

Múltiplos cenários da Biblioteconomia

Organizadores

Rosana de Vasconcelos Sousa
Carlos Henrique da Silva Sousa
Sara Maria Peres de Moraes
Carlos Robson Souza da Silva

reflexões teóricas
e experiências
práticas no âmbito
das bibliotecas do IFCE

Biblioteconomia



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE

Reitor

Jose Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joelia Marques de Carvalho

Pró-Reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitora de Extensão

Ana Claudia Uchôa Araújo

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Marcel Ribeiro Mendonça

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS NATOS

Ana Cláudia Uchoa Araújo

Cristiane Borges Braga

Joelia Marques de Carvalho

Sara Maria Peres de Moraes

Tiago Estevam Gonçalves

CONSELHEIROS TITULARES

Alisandra Cavalcante Fernandes de Almeida

David Moreno Montenegro

Paula Patricia Barbosa Ventura

Josefranci Moraes de Farias Fonteles

Marcilio Costa Teixeira

Marieta Maria Martins Lauer

Barbara Suellen Ferreira Rodrigues

Sebastiao Junior Teixeira Vasconcelos

Nadia Ferreira de Andrade Esmeraldo

Auzuir Ripardo de Alexandria

Francisco Jose Alves de Aquino

Sandro Cesar Silveira Juca

Antonio Cavalcante de Almeida

Beatriz Helena Peixoto Brandao

Joao Eudes Portela de Sousa

Juliana Zani de Almeida

Glauber Carvalho Nobre

Rommulo Celly Lima Siqueira

Harine Matos Maciel

Maria Do Socorro de Assis Braun

Sarah Mesquita Lima

Jose Eranildo Teles do Nascimento

Igor De Moraes Paim

Nara Lidia Mendes Alencar

Meire Celedonio da Silva

Marilene Barbosa Pinheiro

Wendel Alves de Medeiros

Múltiplos cenários da Biblioteconomia

reflexões teóricas
e experiências
práticas no âmbito
das bibliotecas do IFCE

Organizadores

Rosana de Vasconcelos Sousa
Carlos Henrique da Silva Sousa
Sara Maria Peres de Moraes
Carlos Robson Souza da Silva

Biblioteconomia

Fortaleza - CE, 2025



Múltiplos cenários da Biblioteconomia: reflexões teóricas e experiências práticas no âmbito das bibliotecas do IFCE. Organizadores: Rosana de Vasconcelos Sousa; Carlos Henrique da Silva Sousa; Sara Maria Peres de Moraes; Carlos Robson Souza da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI Editora IFCE – EDIFCE

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

EDITORA IFCE

Editor Executivo

Tiago Estevam Gonçalves

Editora Adjunta e Normalização

Sara Maria Peres de Moraes

Revisão

Marilene Barbosa Pinheiro / Daniel Aguiar e Silva

Diagramação

Phabrica de Produções

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará** **Editora IFCE - EDIFCE**

M961 Múltiplos cenários da Biblioteconomia: reflexões teóricas e experiências práticas no âmbito das bibliotecas do IFCE. / Organizadores: Rosana de Vasconcelos Sousa, Carlos Henrique da Silva Sousa, Sara Maria Peres de Moraes e Carlos Robson Souza da Silva -- Fortaleza: EDIFCE, 2025.

158 p. il.

E-book no formato PDF:

ISBN: 978-65-84792-08-1 (impresso)

ISBN: 978-65-84792-07-4 (e-book)

DOI: 10.21439/EDIFCE.82

1. Ciência da Informação. 2. Biblioteconomia. 3. Gestão do conhecimento. I Sousa, Rosana de Vasconcelos (org.). II. Sousa, Carlos Henrique da Silva (org.). III. Moraes, Sara Maria Peres de (org.). IV. Silva, Carlos Robson So1J2a da (org.). V. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. VI. Editora IFCE. VII. Título.

CDD 025

Bibliotecária responsável: Sara Maria Peres de Moraes CRB N° 3/901



Contato

Rua Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426. Fone: (85)34012263 /
E-mail: edifce@ifce.edu.br / Site: editora.ifce.edu.br.

A todos os servidores e
usuários das bibliotecas
do IFCE.

Entre livros e poesias: múltiplos encantos das bibliotecas do IFCE

Nas bibliotecas dos IFs, em cada prateleira,
Cenários múltiplos da Biblioteconomia florescem,
Na educação profissional e tecnológica, a estrela,
Reflexões teóricas e experiências enriquecem.

Livros e recursos, fontes de inspiração.
Nas mãos dos alunos, a transformação;
Pluralidade de cursos e ensino,
Instituição multinível e multimodal, um destino.

Geograficamente presente
Em todo o território nacional;
Um farol que brilha intensamente,
No mundo do conhecimento, é fundamental.

Atendendo escolares e universitários,
Especializados, um público diverso
Integrando uma instituição pública;
Responsabilidade social, um compromisso.

Reflexões teóricas se entrelaçam,
Com a prática vivenciada em cada ação,
Bibliotecas do IFCE, lugares que abraçam,
A educação profissional, com dedicação.

Instrumentos e indicadores múltiplos,
Avaliá-las é um desafio constante,
Características únicas e singulares,
Bibliotecas do IFCE, inspiração vibrante.

Em suas estantes, sabedoria reside,
Livros que abrem asas da imaginação,
Cada página, um novo universo se divide,
Conhecimento que transforma em profusão.

Bibliotecas do IFCE, pilares do saber,
Difusoras do conhecimento, sem igual,
Um legado que se perpetua, a crescer,
Nas letras, na cultura, na alma do ideal.

Em cada canto, uma história a contar,
Nas entrelinhas, segredos a desvendar,
A Biblioteconomia, arte de conectar,
Reflexões teóricas e experiências a somar.

No âmbito do IFCE, se desdobram;
Nas múltiplas faces, o encanto eclode,
Um universo de possibilidades se abre,
Nas páginas vivas, a magia do código.

Bibliotecas do IFCE, palco da sabedoria,
Um refúgio para a mente viajar,
Em suas estantes, a eterna sinfonia,
Da Biblioteconomia a nos guiar.

Múltiplos cenários que se entrelaçam,
Na dança harmoniosa do conhecimento,
Bibliotecas do IFCE que nos enlaçam,
Educação profissional e tecnológica em movimento.

Sumário

Apresentação	8
INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL DE ACESSIBILIDADE PARA AS BIBLIOTECAS DO IFCE	10
1 Introdução	10
2 Planejamento e acessibilidade em bibliotecas	12
3 Acessibilidade: diretrizes analisadas	13
3.1 Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar	14
3.2 Modelo de avaliação para a biblioteca universitária brasileira	15
3.3 Formulário CENSUP	15
3.4 Normas da ABNT para acessibilidade nas bibliotecas do IFCE	15
3.5 Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação	16
3.6 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	16
4 Instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade para as bibliotecas do IFCE	16
5 Considerações finais	21
Referências	21
GESTÃO DO CONHECIMENTO EM BIBLIOTECAS TÉCNICO-ACADÊMICAS: PROPOSTA DE MODELO CONCEITUAL	23
1 Introdução	23
2 Modelo de gestão do conhecimento em bibliotecas técnico-acadêmicas	24
3 Percepção de gestores acerca do modelo proposto	29
4 Implementação do modelo de gestão do conhecimento em bibliotecas técnico-acadêmicas	32
5 Considerações finais	33
Referências	34

**PERFIL ACADÊMICO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS BIBLIOTECÁRIOS DO IFCE:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURRÍCULO LATTES _____ 36**

1	Introdução _____	36
2	Bibliotecários no ifce como universo de pesquisa _____	37
3	A Questão da Continuidade na Formação Acadêmica a Partir do IFCE _____	40
3.1	Formação em nível de especialização _____	40
3.2	Formação em nível de mestrado _____	42
3.3	Formação em nível de doutorado _____	43
4	A relação complexa entre formação acadêmica e produtividade _____	44
4.1	Panorama geral de publicação científica dos bibliotecários do IFCE _____	44
5	Traçando um perfil acadêmico e de produção científica para os bibliotecários do IFCE _____	48
6	Considerações finais _____	49
	Referências _____	50

**O LIVRO ELETRÔNICO NO ENSINO SUPERIOR: EDUCAÇÃO, MERCADO
E POLÍTICA PÚBLICA _____ 51**

1	Introdução _____	51
1.1	A problemática da pesquisa _____	52
2	O livro eletrônico sob a luz da tríade educação, mercado e política pública _____	53
3	Considerações finais _____	60
	Referências _____	63

**QUESTÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS PARA SE PENSAR A
INFORMAÇÃO INDÍGENA NAS BIBLIOTECAS DO IFCE _____ 64**

1	Introdução _____	64
2	Informação indígena na biblioteconomia e na ciência da informação _____	66
2.1	A dimensão social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação _____	66
2.2	Os estudos étnico-raciais e a necessidade de rompimento com o paradigma epistemológico dominante _____	68
2.3	O conceito de informação étnico-racial e o caminho para se pensar a informação indígena _____	69
2.4	Decolonialidade como posição de ruptura epistemológica _____	70
2.5	Informação indígena como projeto decolonial na Biblioteconomia e na Ciência da Informação _____	71
2.6	Os efeitos do pensamento decolonial e da informação indígena na prática profissional da Biblioteconomia e da Ciência da Informação _____	72
3	Diálogos conclusivos _____	73
	Referências _____	75

AVALIAÇÃO DA COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA BIBLIOTECA DO IFCE CAMPUS CRATO	78
1 Introdução	78
2 Desenvolvimento de coleções e avaliação	79
3 Avaliação das bibliografias dos cursos superiores do IFCE campus Crato	80
4 Considerações finais	87
Referências	87
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO ACERVO NA BIBLIOTECA DO IFCE CAMPUS ITAPIPOCA	89
1 Introdução	89
2 Conservação e restauração em bibliotecas	90
3 Conservação e restauração de livros na biblioteca do IFCE campus Itapipoca	92
4 Considerações finais	98
Referências	98
MODOS DE LER: LEITURAS PLURAIS NAS BIBLIOTECAS DO IFCE CAMPUS FORTALEZA E IFSP CAMPUS SÃO PAULO	100
1 Introdução	100
2 A leitura como dispositivo indispensável na sociedade da informação	102
2.1 O leitor contemporâneo e as tecnologias	103
2.2 Bibliotecas em Sistemas de Instituições de Ensino Federais	105
2.3 Diferentes modos de ler em diferentes modos de vidas	106
3 Considerações finais	109
Referências	110
Sobre os organizadores	113
Sinopse	115

Apresentação

Prezado(a) leitor(a),

É com grande satisfação que apresentamos a você o livro “Múltiplos cenários da Biblioteconomia: reflexões teóricas e experiências práticas no âmbito das bibliotecas do IFCE”. Neste livro, abordamos, com base em investigações acadêmicas e técnico-científicas, temas relevantes e atuais, a partir do contexto das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), resultantes dos múltiplos olhares dos profissionais que atuam nessas unidades de informação e das diversas possibilidades que esses ambientes de informação e de conhecimento nos proporcionam.

Circunscritas ao âmbito das Ciências Sociais Aplicadas (área do conhecimento interdisciplinar, que abrange estudos sobre questões sociais, culturais, econômicas e políticas), as temáticas aqui trabalhadas se desenvolveram sob a égide da i) Ciência da Informação, voltada a compreender os processos de produção, organização, disseminação, recuperação e uso da informação; e da ii) Biblioteconomia, um campo que aborda, no contexto de bibliotecas e outras unidades de informação, questões relacionadas à Gestão da Informação e do Conhecimento, à Gestão de unidades de informação, à Atuação profissional, às Tecnologias da Informação, à Formação, ao desenvolvimento, à conservação e

restauração de acervos, e à Teoria e prática da leitura. Tais tópicos foram essenciais para se tomar como ponto de partida na definição de uma estrutura coesa para esta obra.

Outro ponto importante a se destacar é que as temáticas aqui abordadas têm como pano de fundo as indagações surgidas a partir da vivência nas bibliotecas do IFCE e, conseqüentemente, da própria Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No cenário educacional brasileiro, a Rede tem trajetória centenária na missão de produzir e disseminar conhecimento, sendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) suas principais instituições. Seu papel é estratégico na formulação e implementação das políticas públicas para a educação básica, profissional e superior e também para o desenvolvimento local, tendo em vista sua capilaridade e interiorização e sua capacidade de oferecer itinerários formativos que se expandem desde a educação básica à educação superior, perpassando a educação profissional e tecnológica, por meio de 602 unidades espalhadas pelo país.

O IFCE faz parte da referida Rede e a representa no Ceará, mas também se destaca entre as instituições que a compõem, posicionando-se, de acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2023 (Ano base 2022), como o segundo IF com maior número de matrículas

ativas (69.781), unidades (33), cidades de atuação (32) e cursos ofertados (692) em todo o Brasil. Além disso, está vinculado à Rede Federal desde seus primórdios quando ainda era Escola de Aprendizizes Artífices.

As indagações são desenvolvidas e relatadas por profissionais que ali atuam e, como afirmado acima, por profissionais cuja vivência está intimamente ligada às suas bibliotecas. Atualmente, há um total de 33 bibliotecas em todo o IFCE, responsáveis por promover o acesso, a disseminação e o uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação tecnológica nele desenvolvidos. Essas unidades de informação integram o Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI) e a ele são subordinadas tecnicamente, contando com a atuação de 48 bibliotecários, 55 auxiliares de biblioteca, além de assistentes em administração e profissionais terceirizados.

No **capítulo 1**, “Instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade para as bibliotecas do IFCE”, consta um instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade que apresenta indicadores compatíveis com o perfil das bibliotecas do IFCE.

Já no **capítulo 2**, “Gestão do Conhecimento em bibliotecas técnico-acadêmicas: proposta de modelo conceitual”, aborda-se a Gestão do Conhecimento (GC) no contexto organizacional das bibliotecas dos IFs e apresenta-se um modelo conceitual propositivo de GC, avaliado e validado por gestores de bibliotecas do IFCE.

No **capítulo 3**, “Perfil acadêmico e produção científica dos bibliotecários do IFCE: uma análise a partir do currículo Lattes”, discute-se como a atuação profissional, a formação acadêmica e a produção científica se entrecruzam e se interseccionam ao longo da carreira desses profissionais no IFCE.

O **capítulo 4**, “O livro eletrônico no ensino superior: educação, mercado e

política pública” discorre sobre a inserção do livro eletrônico na avaliação do ensino superior à luz da tríade educação, mercado e política pública, examinando o impacto do livro eletrônico no contexto acadêmico do IFCE *Campus Maracanaú*.

A informação indígena se evidencia como tópico no **capítulo 5**, “Questões teóricas e epistemológicas para se pensar a informação indígena nas bibliotecas do IFCE”, no qual se disserta sobre a inclusão da informação indígena nos acervos das bibliotecas do IFCE, indicando estratégias informacionais para emancipação a partir dessa informação.

A etapa final do desenvolvimento de coleções é tratada no **capítulo 6**, “Avaliação da coleção bibliográfica da biblioteca do IFCE *Campus Crato*”, que discorre sobre a avaliação da coleção de materiais didáticos das bibliografias para as disciplinas iniciais obrigatórias dos cursos de nível superior ofertados pelo IFCE *Campus Crato*.

O **capítulo 7**, “Conservação e restauração do acervo na biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*”, apresenta e discute as experiências de preservação, conservação e restauração realizadas na Biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*.

Por fim, no **capítulo 8**, “Modos de ler: leituras plurais nas bibliotecas do IFCE *Campus Fortaleza* e IFSP *Campus São Paulo*”, é discutido o papel das bibliotecas dos referidos IFs no percurso da leitura e do leitor diante das novas formas de ler e de como as bibliotecas têm acompanhado essas transformações e adaptado seus serviços.

Diante de tantas contribuições fascinantes, esperamos que esta obra seja de grande valia para todos os interessados no desenvolvimento e aprimoramento das bibliotecas do IFCE.

Agradecemos a atenção e desejamos a todos(as) uma excelente leitura!

Os organizadores.

Instrumento de Diagnóstico Organizacional de **Acessibilidade** para as **Bibliotecas do IFCE**

Rosana de Vasconcelos Sousa¹
 Elieny do Nascimento Silva²
 Maria Raidalva Nery Barreto³
 Josenildes Santos de Oliveira⁴
 Richardson Silveira Almeida⁵

1. Bibliotecária do IFCE, Campus Iguatu. Doutoranda em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/ Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/ Instituto Federal da Bahia (IFBA), com período sanduíche na Universidade de Coimbra (Portugal). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4254058302672965>.
2. Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Campus Juazeiro do Norte. Doutora em Ciência da Informação pela UFBA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1365092858604074>.
3. Professora do IFBA, Campus Camaçari. Doutora em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4952817607443275>.

1 Introdução

No Brasil, a edição vigente do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declararam ter algum tipo de deficiência, com prevalência de deficiência visual e física (IBGE, 2010).

No âmbito da educação, o Censo da Educação Superior (CENSUP) de 2021 e o Censo Escolar de 2022, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), coletaram dados sobre a matrícula de estudantes com os seguintes tipos de deficiência: baixa visão; cegueira; deficiência auditiva; deficiência física; deficiência intelectual; surdez; e surdocegueira. Também são coletadas informações de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (INEP, 2022, 2023).

O CENSUP de 2021 informa que, dos quase 9 milhões (8.986.554) de alunos matriculados no ensino superior no Brasil, 63.404 são estudantes com

deficiência, o que representa cerca de 0,71% do total de matriculados nos cursos de graduação, sendo deficiência física e baixa visão os tipos mais citados nesse censo, e surdocegueira o menos citado (INEP, 2022).

O Censo Escolar, que coleta dados da educação infantil, ensino fundamental, médio e profissionalizante, identificou que “o número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018”. Com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), “as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2022” (INEP, 2023, p. 36-37).

Ainda conforme dados do Censo Escolar, a maior proporção de alunos incluídos é observada na educação profissional subsequente/concomitante, com inclusão de 99,7%. Entre 2018 e 2022 ocorreu na educação profissional subsequente/concomitante um acréscimo de 7,5 pontos percentuais

(INEP, 2023), e essa modalidade de ensino compete também à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujas principais instituições são os 38 Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs).

Presentes em 557 municípios brasileiros, com 602 unidades e 1.437.395 matrículas em 2022, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2023 (Ano base 2022), os IFs “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (Brasil, 2008, p. 1).

Dada sua presença geográfica nacional (estão distribuídos pelos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal), e a pluralidade de cursos e modalidades de ensino, a estrutura multicampi dos IFs possibilita intervenção nas regiões em que estão instalados, identificando problemas, necessidades e desenvolvendo soluções técnicas e tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, constituindo-se como um espaço fundamental para o desenvolvimento local e regional (Pacheco, 2008).

Nessas instituições, os Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) atuam para a garantia de acesso, permanência e êxito da comunidade acadêmica com necessidades educacionais específicas (IFCE, 2015), buscando quebrar barreiras físicas, atitudinais, metodológicas, programáticas, instrumentais e de comunicação para a acessibilidade nos IFs.

No Ceará, o IFCE atua em 32 cidades, com 33 unidades, 57.188 matrículas e a oferta de 619 cursos, dispondo da atuação de 27 NAPNES. Com esses números, o IFCE se destaca entre as instituições da Rede Federal, sendo o Instituto com a segunda maior quantidade de matrículas ativas, de unidades e cidades de atuação, e de cursos ofertados, ficando atrás apenas do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), sendo, portanto, na área de ensino, uma instituição de referência para a Rede Federal, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2022 (ano-base 2021).

Nesse cenário, há 33 bibliotecas no IFCE, que atuam na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, atendendo um público diversificado: discentes e docentes dos cursos ofertados no instituto — podendo ser cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao ensino médio; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado; cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, além de cursos de formação inicial e continuada (FIC) e da EJA —; servidores e público externo da instituição.

Considerando que entre essa multiplicidade de usuários há/pode haver pessoas com deficiência (PcD) visual, física, auditiva, intelectual, mental e múltipla, as bibliotecas e seus servidores precisam garantir acessibilidade em sua estrutura física e organizacional e em seus produtos e serviços, de modo a contribuir com a permanência e o êxito desses usuários.

Para isso, a inclusão precisa ser pensada no processo de planejamento dessas unidades de informação, sendo imprescindível um diagnóstico organizacional, a etapa inicial de um planejamento, de modo a conhecer a realidade dessas bibliotecas e possibilitar as intervenções necessárias quanto à acessibilidade em todas as suas dimensões (Barbalho; Beraquet, 1995; Maciel, 1997).

Diante desse cenário, este capítulo apresenta e atualiza um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre o planejamento em unidades de informação, cujo objetivo é propor um instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade dispondo de indicadores compatíveis com o perfil das bibliotecas do IFCE e que possa ser utilizado como parâmetro para construção, planejamento e avaliação dessas unidades de informação.

4. Analista
Universitário da
UNEB, Campus
Salvador.
Doutoranda
em Difusão do
Conhecimento pela
UFBA/UNEB/IFBA.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0185697927886567>.
5. Analista de
Tecnologia da
Informação da
Universidade
Federal do
Recôncavo da
Bahia (UFRB),
Campus Cruz das
Almas. Doutorando
em Difusão do
Conhecimento pela
UFBA/UNEB/IFBA.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5971706788155218>.

2 Planejamento e acessibilidade em bibliotecas

No processo de planejamento de atividades, produtos e serviços de uma biblioteca é necessário o conhecimento dos ambientes externos e internos da instituição. Um plano de trabalho eficiente precisa se pautar nas potencialidades e limitações da unidade de informação, o que possibilita robustecer os pontos fortes e elaborar ações prioritárias para sanar os problemas existentes.

Fundamentados na leitura de estudos sobre planejamento, Barbosa *et al.* (2019) constataram que a análise do ambiente organizacional é uma das principais ferramentas para definir planos de ação e tomar decisão, por ensejar a visualização de forças, oportunidades, ameaças e fraquezas capazes de interferir ou até mesmo alterar a estratégia organizacional.

Para que isso ocorra, Almeida (2005) elucida que a realização de um diagnóstico organizacional é necessária, sendo recomendável a consulta de padrões internacionais e nacionais provenientes de convenções técnicas que padronizam e determinam indicadores de qualidade para processos realizados em bibliotecas, compreendidos nesta pesquisa como diretrizes.

Em bibliotecas, é possível analisar no diagnóstico organizacional pelo menos sete categorias, a saber: estrutura física; estrutura organizacional; acessibilidade; recursos humanos; usuários; acervo; e serviços (Sousa, 2020). E a categoria acessibilidade, que permeia todas as outras, deve ser pauta prioritária não só nas bibliotecas, mas em todos os segmentos que formam os IFs e no âmbito da educação nacional como um todo.

Embora com um índice baixo, há um aumento gradativo da quantidade de PcDs matriculadas em escolas, institutos federais, faculdades e universidades do Brasil (INEP, 2022, 2023), e, consequentemente, o debate sobre a inclusão desses estudantes e de profissionais com algum tipo de deficiência também cresce gradualmente. “E a acessibilidade

possibilita a equidade de oportunidades e é condição *sine qua non* para que a inclusão social da pessoa com deficiência se efetive em todas as esferas sociais” (Sousa; Queiroz; Bezerra, 2023, p. 52).

Nesse contexto, as bibliotecas têm papel fundamental no processo de inclusão, permanência e êxito das PcDs, uma vez que “[...] devem estimular a autonomia e independência acadêmica dos usuários”, e isso requer que elas estejam “equipadas e preparadas com recursos de acessibilidade, com infraestrutura que oportunize estudos e pesquisa para todos os tipos de usuários” (Fonseca; Gomes; Vanz, 2012, p. 2801).

Corroborando com esse pensamento, Hott e Cruz-Riascos (2018, p. 174) registram que as unidades de informação atuam no campo informacional e devem, portanto, “[...] abarcar as competências e as habilidades requeridas para o trato da Acessibilidade [...], abarcando a cultura organizacional, os processos e as inter-relações de trabalho para inclusão das pessoas com deficiência [...]”.

Considerando-se a importância da etapa de diagnóstico em um planejamento e a patente necessidade de garantir a inclusão de PcDs nos ambientes educacionais, propõe-se um instrumento de diagnóstico organizacional sobre acessibilidade, dispondo de indicadores compatíveis com o perfil das bibliotecas do IFCE, e que pudesse ser utilizado como parâmetro para construção, planejamento e avaliação dessas unidades de informação.

O intuito não foi propor um modelo, pois é preciso considerar as especificidades de cada biblioteca, mas disponibilizar um instrumento com referenciais flexíveis, que pudesse subsidiar o processo de diagnóstico sobre acessibilidade, cabendo aos gestores de cada unidade de informação selecionar e adaptar esse instrumento conforme as necessidades de sua instituição.



É com essa compreensão que foram selecionados indicadores de desempenho oriundos de padrões já validados nacionalmente, para a identificação de pontos fortes, pontos fracos e pontos neutros das bibliotecas do IFCE, reduzindo o tempo do gestor na busca por parâmetros que pudessem ser referência nessa etapa de diagnóstico.

Considerando-se que as especificidades das bibliotecas dos IFs permitem classificá-las como escolares, universitárias e especializadas (Sousa, 2020), foram analisadas diretrizes que contemplassem esses tipos de biblioteca — exceto para bibliotecas especializadas, por não terem sido encontrados parâmetros exclusivos para esse tipo — e diretrizes que abordassem a acessibilidade.

3 Acessibilidade: diretrizes analisadas

Possibilitar o acesso democrático e irrestrito a produtos e serviços é dever de toda unidade de informação, independentemente de público-alvo ou de vínculo institucional. Instituições de ensino, além disso, têm também papel fundamental na promoção da inclusão. Por isso, são analisadas nesta seção diretrizes que estabelecem padrões necessários para uma biblioteca acessível.

A PcD tem garantido por lei o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (Brasil, 2015, p. 6). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 considera acessibilidade como a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, p. 1).

Sasaki (2009, p. 1) classifica acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação); instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios etc.); atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.); e metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas).

O Quadro 1, elaborado pelo INEP nos referenciais de avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresenta uma definição para essas dimensões de acessibilidade.

Quadro 1 – Espectro da acessibilidade

Espectro da acessibilidade	Definições
Acessibilidade Arquitetônica/física	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
Acessibilidade instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), trabalho (profissional), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).
Acessibilidade atitudinal	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
Acessibilidade programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).
Acessibilidade metodológica/pedagógica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente; a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Fonte: INEP (2015, p. 149-150).

Os indicadores analisados foram organizados nas seis referidas dimensões definidas por Sassaki (2009). Ao todo, foi feita a análise de 7 documentos que abordam acessibilidade. Estão listados a seguir e descritos da subseção 3.1 até a 3.6, sendo identificados 67 indicadores correspondentes às dimensões de acessibilidade e às especificidades das bibliotecas dos IFs.

Diretrizes analisadas:

- 1) Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) para a biblioteca escolar (IFLA, 2016);
- 2) Modelo de avaliação para a biblioteca universitária brasileira (Lubisco; Vieira, 2009);
- 3) Formulário CENSUP 2022;
- 4) ABNT NBR 15599:2008 Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços (ABNT, 2008);
- 5) Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação (Sassaki, 2009);
- 6) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015);
- 7) ABNT NBR 9050:2020 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2020).

3.1 Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar

Organizada pela IFLA em 6 capítulos, a segunda edição deste documento apresenta diretrizes internacionais, para auxiliar escolas nos processos de implementação e atuação de bibliotecas escolares, abordando missão e finalidade da biblioteca escolar, enquadramento legal e financeiro, recursos humanos, recursos físicos e digitais, programas e

atividades e, por fim, o processo de avaliação. Discute, além disso, as políticas que devem ser adotadas nessas bibliotecas e diversos aspectos relacionados à qualidade da estrutura física, dos serviços oferecidos e do acervo, dando destaque à importância da atuação do bibliotecário escolar e a necessidade do trabalho em parceria com professores e gestores da escola e com os responsáveis pelos estudantes (IFLA, 2016).

Quanto à acessibilidade, este documento contribuiu com um dos indicadores para o instrumento ora proposto. Os demais estão relacionados à estrutura física, estrutura organizacional, recursos humanos, acervo e serviços.

3.2 Modelo de avaliação para a biblioteca universitária brasileira

Modelo elaborado, tomando como referências pesquisas e indicadores nacionais e internacionais, para ser utilizado na avaliação das bibliotecas universitárias, em substituição ao utilizado pelo INEP. Está estruturado em quatro grupos de indicadores, que abordam: administração; contexto acadêmico; formação, processamento técnico e desenvolvimento das coleções e serviços ao usuário.

Todos os indicadores apresentam critérios para atribuição de nota (conceito) similar ao instrumento de avaliação do INEP, portanto, variando em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória, o conceito máximo 5 corresponde à situação ideal de uma biblioteca universitária, e o conceito mínimo 1 indica que a biblioteca não apresenta as condições mínimas para funcionamento. Foram considerados nesta análise os critérios para o alcance do conceito máximo.

Apesar de ter sido publicado em 2009 e ter havido mudanças nos instrumentos de avaliação do INEP, cuja edição vigente foi publicada em outubro de 2017, o modelo proposto pela Prof.^a Nídia Lubisco aduz importantes aspectos a serem considerados em uma biblioteca universitária, do qual foram extraídos quatro indicadores sobre acessibilidade.

3.3 Formulário CENSUP

O INEP realiza anualmente o CENSUP, coletando informações sobre as IES (cursos, vagas, inscrições, matrículas e servidores). No módulo sobre a IES, são requeridas informações sobre as bibliotecas, com o levantamento de dados sobre mobiliário e equipamentos, serviços, acervo e acessibilidade.

No IFCE, o formulário de coleta de dados sobre as bibliotecas é enviado pela coordenação do Sistema de Bibliotecas do IFCE para os responsáveis pelas bibliotecas de todos os *campi*, e, após o preenchimento desse formulário, essa coordenação alimenta o sistema do CENSUP. Foi analisado nesta pesquisa o formulário do CENSUP 2022, cujos dados foram coletados em abril de 2023, e que permitiram a identificação de 18 indicadores relacionados à acessibilidade.

3.4 Normas da ABNT para acessibilidade nas bibliotecas do IFCE

O Comitê Brasileiro de Acessibilidade da ABNT (ABNT/CB-040) possui atualmente (abril de 2023) 24 normas em vigor, atuando com normalização no campo de acessibilidade, estabelecendo requisitos para aplicativos de dispositivos móveis, edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, meios de transporte, meios de comunicação e seus acessórios, para que possam ser utilizados por pessoas com deficiência (ABNT, c2023).

As duas principais normas relacionadas aos aspectos que compõem uma biblioteca são a NBR 15599:2008 e a NBR 9050:2020 Errata 1:2021, analisadas nas subseções a seguir.

3.4.1 ABNT NBR 15599:2008 Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços

Essa norma apresenta diretrizes gerais a serem observadas para “acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, consideradas as diversas condições e percepção e cognição, com ou sem a

ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais.” (ABNT, 2008, p. 1). Dela foram extraídos 14 indicadores para a composição do instrumento proposto, relacionados à acessibilidade comunicacional e à acessibilidade instrumental e atitudinal.

3.4.2 ABNT NBR 9050:2020 Errata 1:2021 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

Em sua quarta edição, esta norma estabelece os parâmetros técnicos para acessibilidade na construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários e equipamentos urbanos. Seu décimo capítulo aborda a acessibilidade em equipamentos urbanos — que são todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, em espaços públicos e privados — com indicações específicas para escolas e bibliotecas (ABNT, 2020).

Os 47 indicadores extraídos dessa norma para o instrumento de diagnóstico elaborado nesta pesquisa estão relacionados essencialmente à acessibilidade comunicacional e à acessibilidade arquitetônica, que inclui também os padrões de mobiliário.

3.5 Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação

O artigo que intitula esta seção, de Romeu Kazumi Sassaki (2009), consultor de educação inclusiva, aborda a legislação federal brasileira sobre acessibilidade e apresenta exemplos de acesso no campo do lazer, do trabalho e da educação na perspectiva das seis dimensões da acessibilidade, trazendo também uma breve história da acessibilidade desde os anos 50. Para o instrumento de diagnóstico ora proposto, essa publicação contribui com 10 indicadores.

3.6 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Tendo como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, esta lei tem 127 artigos e se destina “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (Brasil, 2015, p. 1).

Nesta diretriz foram identificados quatro indicadores para o Instrumento de Diagnóstico Organizacional de Acessibilidade às bibliotecas do IFCE, apresentado na seção a seguir.

4 Instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade para as bibliotecas do IFCE

O livro Planejamento de bibliotecas e serviços de informação, da Prof.^a Dr.^a Maria Christina Barbosa de Almeida (2005), apresenta um quadro para ilustrar como pode ser realizado o diagnóstico organizacional; dá exemplos de aspectos a serem analisados e do processo de identificação de pontos fortes e fracos relacionados aos aspectos listados. Foi com base neste quadro que o instrumento elaborado nesta pesquisa foi idealizado.

Este instrumento objetiva subsidiar a realização de um diagnóstico com foco

específico em acessibilidade, um mapeamento que perpassa todos os componentes de uma unidade de informação sobre esse aspecto (Almeida, 2005). O referido diagnóstico busca identificar pontos fortes (vantagens estruturais que favorecem a biblioteca), e pontos fracos (desvantagens que desfavorecem a biblioteca), além de realizar o levantamento de dados quantitativos da unidade de informação (Barbalho; Beraquet, 1995).

Considerando o contexto das bibliotecas do IFCE, que apresentam pluralidade



de funções e tipos de usuários, aborda-se também o conceito de ponto neutro, adaptado de Oliveira (2013): variáveis que não podem ser classificadas como ponto forte ou fraco da biblioteca, por não serem favoráveis a um dos tipos de usuários atendidos, mas também por não serem desfavoráveis para a instituição como um todo.

Para tanto, o instrumento apresenta a categoria acessibilidade, os aspectos abrangidos por essa categoria e os indicadores extraídos das diretrizes analisadas, seguidos da indicação numérica que corresponde a essas diretrizes. Os indicadores que não são acompanhados por um número foram elaborados pela autora bibliotecária do IFCE, com base em sua experiência como profissional do Sistema de Bibliotecas do IFCE.

O processo de coleta de dados pressupõe a consulta a, no mínimo, dois atores, usuários e funcionários da biblioteca, podendo ser utilizados vários instrumentos: questionário; entrevista; observação simples ou participante; e grupo focal. Faz-se importante destacar que a inclusão dos usuários da unidade de informação nesse processo é fundamental, por serem os agentes principais para quem são direcionados os produtos e serviços e por contribuírem com dados externos e novos parâmetros que, em outras situações, dificilmente seriam obtidos dentro da organização (Almeida, 2005).

Segue um exemplo de preenchimento do instrumento e, na sequência, um quadro com todos os aspectos e indicadores que compõem o instrumento completo.

Figura 1 – Exemplo ilustrativo da estrutura do instrumento de diagnóstico organizacional de acessibilidade e de seu preenchimento

Diagnóstico Organizacional de Acessibilidade da Biblioteca: Lourival Pinho - IFCE Campus Iguatu				DATA: 16/05/2023	
Aspectos analisados	Indicadores de potencialidades e limitações	Ponto forte	Ponto fraco	Ponto neutro	Observações
ACESSIBILIDADE					
Acessibilidade arquitetônica	→ Os corredores externos e internos da biblioteca são acessíveis conforme a seção 6.11.1 da NBR 9050:2020, sendo a largura livre nos corredores entre estantes de livros de no mínimo 0,90m, e, a cada 15m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas ⁷	-	-	- Os corredores externos e internos da biblioteca são acessíveis, com largura entre as estantes de livros de 1,00m, porém não há a cada 15m um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas	- A pessoa com cadeira de rodas necessita ir até o final do corredor de estantes para manobrar
Acessibilidade comunicacional	→ Há sinalização tátil ³ e visual no piso, de alerta e direcional ⁷ → O site da biblioteca é acessível ⁶	- Há sinalização tátil e visual no piso, de alerta e direcional	-	- A biblioteca não tem site	-
Acessibilidade atitudinal	→ A equipe da biblioteca participa do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) da instituição → As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos têm atendimento prioritário na biblioteca ⁶	- Há atendimento prioritário na biblioteca	- A equipe da biblioteca não participa do NAPNE	-	- Solicitação de participação no NAPNE realizada dia 16/05/2023 (SEI nº 00000.-0000.2023)

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Quadro 2 – Indicadores de potencialidades e limitações da categoria acessibilidade

<p>Acessibilidade arquitetônica</p>	<p>O transporte público no entorno da biblioteca é acessível⁵ conforme a NBR 14022</p> <p>Pontos de embarque e desembarque de transporte público são acessíveis conforme a seção 8.2.1 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Os semáforos de pedestre próximos à biblioteca possuem dispositivos de acionamento manual para travessia de pedestres situados entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso; o tempo de travessia de pedestres é adequado à marcha de pessoas com mobilidade reduzida de 0,4 m/s; são equipados com mecanismos e dispositivos sincronizados que contenham sinais visuais e sonoros⁷</p> <p>Calçadas e vias exclusivas de pedestres externas de acesso à biblioteca são acessíveis conforme a seção 6.12 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>No estacionamento da biblioteca/instituição há vagas, com sinalização vertical e horizontal, reservadas para idosos e para pessoas com deficiência, conforme a seção 6.14 da NBR 9050:2020, a uma distância máxima de 50 m até uma rota acessível⁷</p> <p>As portas⁵ devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10m. Devem ser acessíveis conforme a seção 6.11.2 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>As janelas devem ter altura que considere os limites de alcance visual conforme a seção 4.8 da NBR 9050:2020, exceto em locais onde devam prevalecer a segurança e a privacidade⁷</p> <p>Portas e paredes de vidro possuem uma faixa de sinalização contínua, com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso⁷</p> <p>Há contraste visual entre paredes, piso, portas, teto, corrimãos e sinalização de perigo⁷</p> <p>Há pelo menos uma rota acessível iluminada até a biblioteca e dentro dela, isto é, um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado³, que conecta os ambientes externos e internos da biblioteca, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas⁷</p> <p>Todas, ou a maior parte, as entradas e saídas da biblioteca são acessíveis³ e, caso existam dispositivos de segurança e para controle de acesso, do tipo catracas, cancelas, portas ou outros, pelo menos um deles em cada conjunto deve ser acessível, garantindo ao usuário o acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia⁷</p> <p>O piso da biblioteca atende às características de revestimento (superfície regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando seco ou molhado), inclinação e desnível conforme descritos na seção 6.3 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há saída de emergência ou rota de fuga devidamente sinalizadas conforme a NBR 9077 e a 6.4 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há rampas de acesso^{2,3} com corrimãos³ conforme os padrões estabelecidos na seção 6.6 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Os degraus isolados e as escadas (sequência de três degraus ou mais), com corrimãos, são acessíveis conforme os padrões das seções 6.7 e 6.8 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Os corrimãos e guarda-corpos são acessíveis conforme os padrões da seção 6.9 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Os corredores externos e internos da biblioteca são acessíveis conforme a seção 6.11.1 da NBR 9050:2020, sendo a largura livre nos corredores entre estantes de livros de no mínimo 0,90m, e, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas⁷</p> <p>Os banheiros^{2,3,5}, sanitários⁵ e vestiários, caso haja, são acessíveis conforme a seção 7 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Interruptores estão entre 0,60m e 1,00m de altura do piso⁷</p> <p>Tomadas estão entre 0,40m e 1,00m de altura do piso⁷</p> <p>Elevadores^{2,3,5}, plataformas de elevação^{2,3}, esteiras rolantes³ da Biblioteca são acessíveis conforme a seção 6.10 da NBR 9050:2020⁷</p>
--	--

Quadro 2 – Indicadores de potencialidades e limitações da categoria acessibilidade (continuação)

Mobiliário	<p>Os armários têm altura entre 0,40m e 1,20m do piso, com puxadores e fechaduras entre 0,80m e 1,20m do piso⁷</p> <p>Há bebedouros e lavabos acessíveis³ conforme a seção 8.5 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90m do piso⁷</p> <p>Há balcão de atendimento é acessível³, com superfície com largura mínima de 0,90m e altura entre 0,75m a 0,85m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80m⁷</p> <p>Há pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e pessoa com mobilidade reduzida⁷</p> <p>Há mesas acessíveis (pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas), que devem possuir tampo com largura mínima de 0,90m e altura entre 0,75m e 0,85m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80m⁷</p> <p>Há assentos para pessoas obesas, que suportem uma carga de 250kg, com medidas conforme a seção 4.7 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Os assentos públicos da biblioteca são conforme a seção 8.9 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis à P.C.R na proporção de pelo menos 1%, para cada caso, do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas⁷</p> <p>Há lixeiras e contentores para reciclados acessíveis conforme a seção 8.6 da NBR 9050:2020⁷</p>
Acessibilidade comunicacional	<p>As informações estão completas, precisas e claras, devendo ser dispostas conforme o critério de transmissão e o princípio do uso de no mínimo dois sentidos: visual e tátil, ou visual e sonoro⁷</p> <p>Há sinalização autoexplicativa, perceptível e legível para todos, inclusive para as pessoas com deficiência, e disposta a uma altura que favoreça a legibilidade e clareza da informação, atendendo às pessoas com deficiência sentadas, em pé ou caminhando, devendo incorporar sinalização tátil e/ou sonora⁷</p> <p>A sinalização suspensa deve ser instalada acima de 2,10 m do piso. Nas aplicações essenciais deve ser complementada por uma sinalização tátil e/ou sonora⁷</p> <p>A redação dos textos de sinalização deve estar de acordo com a seção 5.2.8.3 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Para textos e símbolos táteis, a altura do alto-relevo deve estar entre 0,8 mm e 1,2 mm, e deve estar de acordo com a seção 5.2.9.2 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Os espaços, mobiliário e serviços acessíveis da Biblioteca estão indicados por meio do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), cuja representação se dá de acordo com a deficiência (física, visual, auditiva), conforme as figuras 35, 36, 37 e 43 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização visual nos banheiros da biblioteca, caso possua, conforme os símbolos das figuras 44 a 50 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização visual para identificação de elevador, escadas, rampa e esteira rolante, caso a biblioteca os tenha, conforme os símbolos das figuras 51 a 57 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização visual de degraus isolados e degraus de escadas, caso a biblioteca os tenha, conforme a seção 5.4.4 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização tátil³ e visual no piso, de alerta e direcional⁷</p> <p>Nos espaços, mobiliário e serviços da Biblioteca há sinalização indicativa de atendimento prioritário ou uso preferencial⁴, conforme os símbolos das figuras 38 a 42 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização e alarmes⁷ de orientação e os procedimentos para utilização dos equipamentos de segurança e das facilidades existentes em situações de emergência⁴, conforme as seções 5.5 e 5.6 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização visual dos equipamentos ou serviços de comunicação, conforme as figuras 58 a 61 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização de portas e passagens com números e/ou letras e/ou pictogramas e sinais com texto em relevo, incluindo Braille, conforme a seção 5.4.1 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há sinalização sonora³, cujos conjuntos de sons devem ser compostos na forma de informações verbais ou não. Os sinais devem distinguir entre sinais de localização, advertência e instrução e devem estar de acordo com a seção 5.2.9.3 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>Há mapa tátil da biblioteca, com a descrição de seus espaços⁴. Os planos e mapas acessíveis são representações visuais, táteis e/ou sonoras que servem para orientação e localização de lugares, rotas, fenômenos geográficos, cartográficos e espaciais, conforme a seção 5.4.2 da NBR 9050:2020⁷</p> <p>O site da biblioteca é acessível⁶</p>

Quadro 2 – Indicadores de potencialidades e limitações da categoria acessibilidade (continuação)

Acessibilidade instrumental	<p>Há computadores adaptados¹ com programa de ampliação de tela, sistema composto por leitor de tela, sintetizador de voz e <i>display</i> braille^{3,4}</p> <p>Há computadores com teclado virtual³, mouse adaptado e outras tecnologias assistivas da informática⁴</p> <p>Há recursos óticos para ampliação de imagens (lupas eletrônicas⁵, programa de ampliação de tela, circuito fechado de TV)⁴</p> <p>Há máquina de escrever, máquinas para anotação e impressoras³ em braille⁴</p>
Acervo	<p>Há obras da literatura interpretadas em LIBRAS, braille ou formato Daisy⁴</p> <p>O acervo digital da biblioteca possui formatos acessíveis, isto é, que possam ser reconhecidos e acessados por <i>softwares</i> leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em braille^{4,6}</p> <p>Possui acervo em formato especial (braille⁵/sonoro)³</p> <p>Há recursos de apoio em LIBRAS, tais como fitas VHS, CD-ROM interativos, DVD, dicionários ilustrados e outros⁴</p>
Acessibilidade atitudinal	<p>A equipe da biblioteca dispõe de servidor capacitado para ler e escrever braille⁴</p> <p>A equipe da biblioteca dispõe de funcionário articulador orofacial a fim de permitir a leitura labial de surdos oralizados⁴</p> <p>A equipe da biblioteca dispõe de funcionário guia intérprete de surdocegos, habilitado à orientação e mobilidade de pessoas surdocegas⁴</p> <p>A equipe da biblioteca dispõe de funcionário intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)^{3,5} e/ou LIBRAS tátil⁴</p> <p>A equipe da biblioteca participa do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) da instituição</p> <p>A equipe da biblioteca participa de capacitações sobre atendimento educacional especializado (AEE)</p> <p>As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos têm atendimento prioritário na biblioteca⁶</p>
Acessibilidade programática	<p>O regulamento da biblioteca contempla questões relativas à acessibilidade⁵</p> <p>Possui um plano de atendimento educacional especializado (AEE), de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva⁶</p> <p>Há plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato especial³</p>
Acessibilidade metodológica	<p>As atividades que integram o programa de educação de usuários da biblioteca utilizam recursos didáticos adequados às necessidades especiais de seus usuários⁵</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa de 2020 atualizados em 2023.

Notas: - Os números sobrescritos que acompanham os indicadores correspondem às diretrizes das quais foram extraídos, cuja relação está apresentada no início da seção 3.

- Os indicadores que não são acompanhados por números sobrescritos foram inseridos pela autora, bibliotecária do IFCE, com base em suas vivências como profissional do Sistema de Bibliotecas do IFCE.

Conforme o Quadro 2, este instrumento de diagnóstico organizacional apresenta 67 indicadores de qualidade sobre acessibilidade, distribuídos nas seguintes categorias: arquitetônica (31); comunicacional (17); instrumental (8); atitudinal (7); programática (3); e metodológica (1).

5 Considerações finais

A acessibilidade arquitetônica apresenta 46%, e a comunicacional 25% dos indicadores de qualidade identificados nas diretrizes analisadas e que compõem o instrumento de diagnóstico proposto nesta pesquisa, sendo, conseqüentemente, os aspectos que requerem urgência de adequação não só nas bibliotecas, mas em todos os segmentos que formam os IFs e no âmbito da educação nacional como um todo.

Contudo, só acessibilidade física e comunicacional não são suficientes para garantir acesso, permanência e êxito dos usuários dessas unidades de informação. É também urgente um trabalho atitudinal, metodológico, programático e instrumental para assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, como rege a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Não se pretende com esta pesquisa propor um modelo, pois deve-se considerar as especificidades de cada unidade de informação; mas sim disponibilizar um instrumento com referenciais flexíveis, que possa subsidiar o processo de diagnóstico sobre acessibilidade, cabendo aos gestores de cada biblioteca selecionar e adaptar esse instrumento conforme as necessidades de sua instituição.

Conclui-se, portanto, que esse instrumento poderá ser utilizado como diretriz pelo Sistema de Bibliotecas do IFCE, orientando o trabalho de gestão realizado nas unidades informacionais de seus *campi* e a implantação de novas unidades no constante processo de expansão do Instituto, além de poder ser empregado em bibliotecas de outros IFs, contribuindo com a Biblioteconomia nacional e com a inclusão de milhares de brasileiros.

Referências

ABNT. **ABNT Catálogo**, Rio de Janeiro, c2023. Disponível em: <https://www.abnt-catalogo.com.br/grd.aspx>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ABNT. **NBR 15599**: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ABNT. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005.

BARBALHO, C. R. S.; BERAQUET, V. S. M. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo: Polis/APB, 1995.

BARBOSA, E. R. *et al.* Uso de fontes de informação no monitoramento dos ambientes organizacionais: subsídios para o planejamento estratégico em bibliotecas universitárias brasileiras. **Em Questão**,

Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 442-472, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/81170/50650>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

FONSECA, C. C. R.; GOMES, G. F.; VANZ, S. A. de S. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Porto Alegre.

- Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 2795-2805. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61049/000864667.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- HOTT, D. F. M.; CRUZ-RIASCOS, S. A. Ciência da informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/121810>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- IBGE. Conheça o Brasil – População: pessoas com deficiência. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- IFCE. Resolução nº 050, de 14 de dezembro de 2015. Aprova o Regulamento dos Napnes do IFCE. **IFCE**, Fortaleza, dez. 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/taua/documentos/050AprovaoRegulamentodosNAPNESdoIFCE.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Traduzido pela Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. 2. ed. Portugal: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- INEP (Brasil). **Censo da Educação Superior 2021**: divulgação dos resultados. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.
- INEP (Brasil). **Censo escolar da educação básica 2022**: resumo técnico. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.
- INEP (Brasil). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**: volume 5: avaliação *in loco*: referencias no âmbito do Sinaes. Brasília, DF: MEC, 2015.
- LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. (org.). **Biblioteca universitária brasileira**: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho [...]. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MACIEL, A. C. **Planejamento de bibliotecas**: o diagnóstico. Niterói: EDUFF, 1997.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: MEC, 2008.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009.
- SOUSA, C. S.; QUEIROZ, D.; BEZERRA, N. A. A formação do bibliotecário e a inclusão de pessoas com deficiência: perspectiva dos discentes do curso de biblioteconomia da UFC na divisão de produção de material. *In: SILVA, F. C. A. (org.). Caminhos da acessibilidade*: trajetória dos 12 anos da UFC Inlui. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2023. p. 4-68.
- SOUSA, R. V. **Planejamento em unidades de informação**: diretrizes e indicadores para o diagnóstico organizacional das bibliotecas do Instituto Federal do Ceará. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) — Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2020. Disponível em: <http://sites.ufca.edu.br/ppgb/wp-content/uploads/sites/20/2021/07/ROSANA-DE-VASCONCELOS-SOUSA.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Gestão do Conhecimento em Bibliotecas **Técnico-Acadêmicas:** **Proposta de Modelo Conceitual**

Carlos Henrique da Silva Sousa⁶

1 Introdução

Este capítulo aborda a temática Gestão do Conhecimento (GC) no contexto organizacional das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e apresenta um modelo conceitual propositivo.

A GC no ambiente de bibliotecas é intrínseca aos fluxos de conhecimentos que ocorrem desde a gestão aos serviços de informação e referência gerados por suas atividades. No entanto, poucos são os modelos que orientam a implementação efetiva da GC, principalmente na conjuntura das bibliotecas técnico-acadêmicas (BTAs) ligadas aos Institutos Federais (IFs).

As BTAs possuem potencial de oferecer vantagem competitiva por meio da GC, potencializando a eficiência de seus serviços e a produtividade de suas instituições, pois fomentam a aprendizagem dos usuários (discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa), contribuindo para a geração do conhecimento científico e tecnológico, e são consideradas, por natureza, como organizações do conhecimento.

O sucesso dessas bibliotecas depende das competências e habilidades na utilização da informação e do conhecimento das suas equipes de colaboradores para

atender melhor às necessidades da comunidade técnico-acadêmica. Em vista disso, elas devem também promover o processo de criação, armazenamento e compartilhamento do conhecimento organizacional no desempenho de suas funções gerenciais, tendo como foco bibliotecários e auxiliares (Marques Júnior, 2010).

Nesse sentido, o grande desafio que se apresenta às BTAs são as ações voltadas para a GC, no sentido de utilizar meios que estimulem e facilitem a criação, o armazenamento, o compartilhamento e o uso do conhecimento de modo a ampliar a sua competitividade, objetivando aperfeiçoar processos e produtos para melhor cumprir o seu papel.

O presente estudo, oriundo de uma tese de doutoramento, apresenta um modelo de GC cujo objetivo é apoiar a implementação da GC nas BTAs como uma prática de gestão organizacional que possibilite a criação e aplicação de conhecimentos e o aumento da capacidade de resposta às demandas institucionais e da comunidade técnico-acadêmica.

O modelo é constituído de 11 elementos conceituais: gestão estratégica da biblioteca; processo de gestão do conhecimento que acontece por meio de identificação,

6. Bibliotecário do IFCE, Campus Fortaleza. Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5295031480692172>.

aquisição, desenvolvimento, compartilhamento e uso do conhecimento; gestão de pessoas; suportes organizacionais, formados pela tríade cultura organizacional, estrutura organizacional e tecnologias de informação; e ambiente externo. Todos com base teórica na literatura: Nonaka e Takeuchi (2008), Davenport e Prusak (1998), Wiig (1999), Stollenwerk (2001), Probst, Raub e Romhardt (2002), Castro (2005), Bem (2015) e Sousa (2017).

A pesquisa foi desenvolvida na rede de bibliotecas de um IF, mais especificamente no Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (SIBI/ IFCE). A seleção do SIBI/IFCE para o estudo de caso ocorreu em função de ele apresentar características de infraestrutura, tecnologias e pessoas semelhantes aos dos principais sistemas de bibliotecas de outros IFs do Brasil, revelando-se pertinente a sua participação em estudos desta natureza.

A avaliação e validação do modelo proposto foi realizada por uma amostra de gestores de bibliotecas do IFCE com experiência e expertise em gestão nesta tipologia de biblioteca. A pesquisa com os gestores foi autorizada pelo Comitê de Ética do IFCE e consta no Parecer de nº 4.065.656, ligado ao processo na Plataforma Brasil por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 30805020.1.0000.5589.

A investigação foi conduzida por meio de operações técnicas e mentais que possibilitam a verificação dos resultados auferidos, seguindo uma sequência lógica de duas etapas: 1- Etapa inicial: investigação bibliográfica e estudo de caso. 2- Etapa final: coleta e análise de dados, utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica, observação direta intensiva com aplicação de questionários e análise de conteúdo categorial. Os resultados da investigação resultaram em impressões sobre os benefícios e desafios que o modelo possa gerar nos ambientes das BTAs.

2 Modelo de gestão do conhecimento em bibliotecas técnico-acadêmicas

A GC na perspectiva da BTA carece de abordagens conceituais e reflexões mais aprofundadas, devido ao tema ser tratado consistentemente no ambiente de bibliotecas universitárias, revelando diferenças sensíveis em sua aplicabilidade. Para este estudo, no entanto, seguimos o conceito de GC estipulado por Sousa (2009, p. 49):

[...] a forma com que as organizações trabalham o conhecimento, englobando sua aquisição, seu compartilhamento, sua adaptação ao meio e seu aprimoramento, conforme o modelo adotado e os objetivos a alcançar, e o respeito aos preceitos da responsabilidade socioambiental, considerando, para isso, as fontes internas e externas, as explícitas e implícitas e o capital social existente.

Assim, o conhecimento em uma perspectiva organizacional é insumo

indispensável, e é construído pelas condutas de gestão ou práticas institucionais (Duarte *et al.*, 2020). Desse modo, a GC necessita ser integrada às práticas gerenciais de atuação da biblioteca, pois o futuro desse espaço será conduzido por ela (Balagué; Düren; Saarti, 2016). Para isso, Santos e Valentim (2014, p. 25) afirmam:

Para tornar a gestão do conhecimento uma realidade para a organização, é fundamental compreender que o conhecimento gerado por cada sujeito organizacional necessita ser compartilhado aos demais membros, fator que depende de ações sistemáticas voltadas a isso. Assim, é necessário que a organização aja como gestora do conhecimento gerado internamente, de modo a beneficiar sua própria capacidade de atuação.

Nesse sentido, as BTAs são inspiradas diariamente a refletirem sobre suas estratégias de atuação, devido à busca por uma adaptação constante ao novo contexto dinâmico de suas instituições. Essa busca evidencia a necessidade de modelos de gestão mais flexíveis, apoiados no planejamento estratégico e na busca pela qualidade de seus produtos e serviços. Esses modelos, por sua vez, devem ser suportados cotidianamente pela prática da GC (Sousa; Gouveia, 2019).

O arcabouço do modelo de GC para as BTAs teve como “pilares” estudos de modelos voltados para organizações empresariais, e específicos para bibliotecas.

Porém, as opções analisadas neste estudo não esgotam as possibilidades existentes na literatura. Assim, adotamos a definição de Figueiredo (2005, p.27) que conceitua modelo de GC como “a determinação da arquitetura, os esforços e os pilares de gestão do conhecimento e assim servirá para nortear todas as ações relacionadas à GC na empresa”.

Assim sendo, apresenta-se a síntese dos modelos de GC trabalhados e que ajudaram a demonstrar como a GC pode se desenvolver nas organizações, ressaltando seus autores, enfoques e componentes, expressando como se compõem suas arquiteturas.

Quadro 1 – Síntese dos modelos de gestão do conhecimento

Modelos	Autores	Ano	Foco	Componentes do Modelo
Modelo do processo de criação do conhecimento	Nonaka e Takeuchi	1997	Processo de criação do conhecimento organizacional voltado para o desenvolvimento de produtos, inovação contínua e vantagem competitiva	Modo de conversão do conhecimento: socialização, externalização, internalização e combinação Fases do processo: compartilhamento do conhecimento tácito, criação de conceitos, justificação de conceitos, construção de um arquétipo e difusão interativa do conhecimento
Modelo de processo da gestão do conhecimento	Davenport e Prusak	1998	Processamento e gerenciamento do conhecimento organizacional para manutenção e desenvolvimento em ambiente competitivo	Processo da GC: geração do conhecimento, codificação do conhecimento e transferência do conhecimento
Modelo do ciclo da evolução do conhecimento	Wiig	1999	Ciclo de evolução da GC	Estágios fundamentais da GC: criação ou desenvolvimento do conhecimento, aquisição do conhecimento, organização e transformação do conhecimento, disponibilização do conhecimento e aplicação do conhecimento

Quadro 1 – Síntese dos modelos de gestão do conhecimento (continuação)

Modelo genérico de gestão do conhecimento	Stollenwerk	2001	Modelo genérico de GC nas organizações	<p>Processo de GC: identificação, captura, seleção e validação, organização e armazenagem, compartilhamento, aplicação, criação do conhecimento, liderança, cultura organizacional, medição e recompensa, tecnologia de informação</p> <p>Facilitadores: liderança, cultura organizacional, tecnologia, medição e avaliação</p>
Modelo dos elementos construtivos da gestão do conhecimento	Probst, Raub e Romhardt	2002	Análise e aplicação de GC com base nos elementos construtivos	<p>Elementos construtivos: identificação, aquisição, desenvolvimento, compartilhamento e distribuição, utilização, preservação, metas de conhecimento e avaliação do conhecimento</p>
Modelo baseado nos elementos básicos e requisitos para a gestão do conhecimento em BUs	Castro	2005	Aborda os elementos básicos para GC em BUs e seus requisitos	<p>Gestão estratégica da BU</p> <p>Processo de GC: identificação, aquisição, desenvolvimento, compartilhamento e uso do conhecimento</p> <p>Suportes organizacionais: cultura organizacional, gestão de pessoas, estrutura organizacional e tecnologia da informação</p>
Framework de gestão do conhecimento para as BUs	Bem	2015	Trabalha com o conceito de sistemas adaptativos complexos como um modo de olhar a BU como uma gestão centrada nas pessoas	<p>Módulo Coordenação de Gestão do Conhecimento</p> <p>Módulo Recursos de Conhecimento</p> <p>Módulo Espaços de Aprendizagem/ Conhecimento</p>
Modelo de gestão do conhecimento para as bibliotecas técnicas-acadêmicas	Sousa	2017	GC como modelo gerencial	<p>Gestão estratégica da BTA</p> <p>Processos de GC: identificação, aquisição, desenvolvimento, compartilhamento e uso do conhecimento</p> <p>Suportes organizacionais: cultura organizacional, estrutura organizacional e tecnologia da informação</p> <p>Gestão de pessoas</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo dos modelos foi fundamental para uma perspectiva de entendimento de como se articula a GC nas instituições. Foi possível observar uma forte ênfase na abordagem de criação de condições ambientais, sociais e tecnológicas que viabilizam a geração, a disponibilização e a internalização de conhecimentos por parte dos indivíduos, com o propósito de subsidiar a promoção de conhecimento e a tomada de decisão.

Os modelos de Castro (2005), Probst, Raub e Romhardt (2002) e Stollenwerk (2001) tiveram grande influência na proposta atual, na medida em que nos forneceram a identificação dos elementos conceituais e seus requisitos para a formatação de um modelo de GC voltado para o contexto das BTAs conforme observado no Quadro 2.

Quadro 2 – Elementos conceituais para a gestão do conhecimento em bibliotecas técnico-acadêmicas

Modelo	Autor	Composição do Modelo	Elementos selecionados para o Modelo de GC em BTAS
Modelo baseado nos elementos básicos e requisitos para a GC em Bus	Castro (2005)	Elementos básicos e requisitos: Gestão estratégica da BU, identificação, aquisição, desenvolvimento, compartilhamento e uso do conhecimento, cultura organizacional, gestão de pessoas, estrutura organizacional, tecnologia da informação e aprendizagem com o ambiente.	Gestão estratégica da BTA. Processos de GC: Identificação, Aquisição, Desenvolvimento, Compartilhamento e Uso do conhecimento. Suportes Organizacionais. Aprendizagem com o ambiente.
Modelo dos elementos construtivos da GC	Probst, Raub e Romhardt (2002)	Elementos construtivos: Metas de conhecimento, Identificação do conhecimento, Aquisição de conhecimento, Desenvolvimento de conhecimento, Compartilhamento e distribuição de conhecimento, Uso do conhecimento, Preservação do conhecimento, Avaliação do conhecimento.	Processos de GC: Identificação, Aquisição, Desenvolvimento, Compartilhamento e Uso do conhecimento.
Modelo genérico de GC	Stollenwerk (2001)	Processo de GC: Identificação, Captura, Seleção e validação, Organização e armazenagem, Compartilhamento, Aplicação, Criação do conhecimento. Facilitadores: Liderança, Cultura organizacional, Medição e recompensa (avaliação), Tecnologia de informação.	Processos de GC: Identificação e Compartilhamento. Suportes Organizacionais: Liderança, Cultura Organizacional e Tecnologia de Informação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

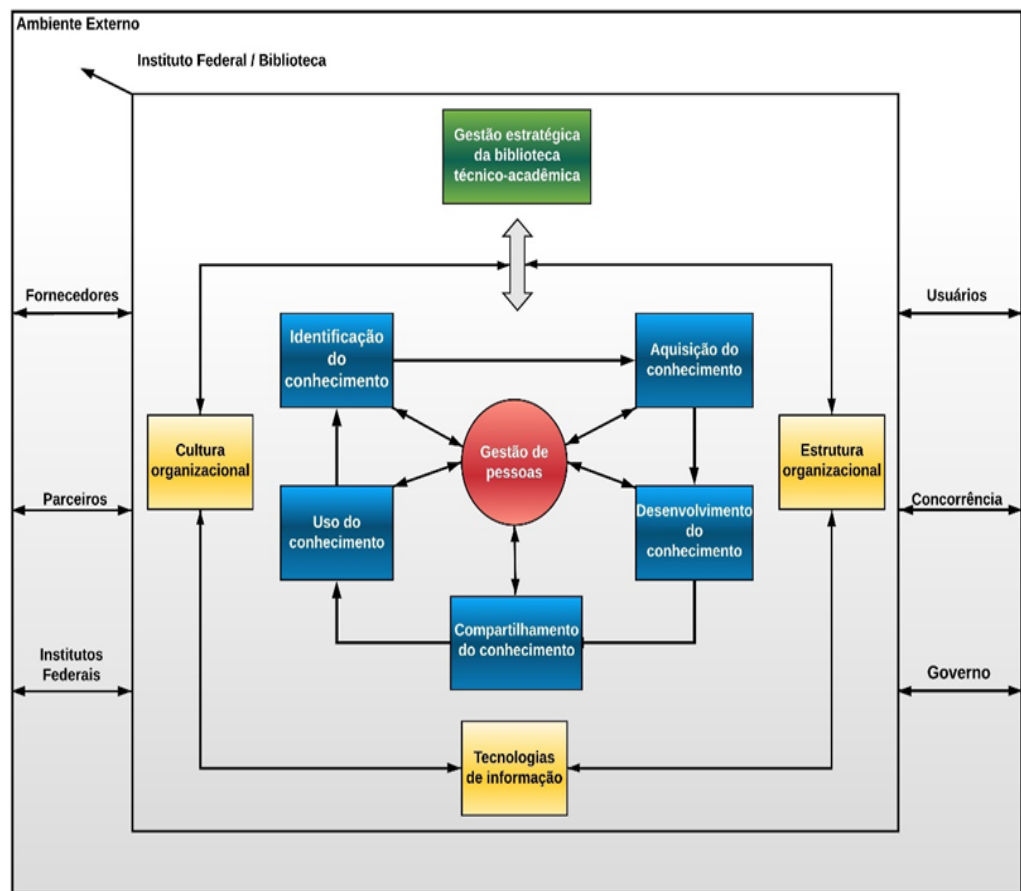
O modelo é composto por elementos conceituais capazes de promover o desenvolvimento dos ativos intangíveis das BTAs. A seleção dos elementos tem o intuito de trabalhar a GC no ambiente dessas bibliotecas, integrando gestão estratégica, processos de GC, gestão de pessoas, suportes organizacionais e ambiente externo.

O desenho representativo posto, com os elementos do ambiente externo e interno, significa um modo de observar a atuação da biblioteca enquanto uma gestão pensada nas pessoas por meio de seu capital intelectual, relacionamentos, estratégias de atuação e ferramentas tecnológicas para a operacionalização e o alcance de objetivos.

Dessa maneira, ele se apresenta de modo mais aperfeiçoado, do ponto de vista formal e conteudístico, do que o apresentado por Sousa (2017), ao revisar a literatura e ao implementar melhorias em sua estrutura como a inclusão do elemento conceitual Ambiente Externo e, conseqüentemente, um novo *layout* de

disposição dos elementos conceituais; e, também, a validação de todos os elementos do modelo por uma amostra de gestores de biblioteca que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Assim, apresentamos na Figura 1 o modelo de GC estipulado para as BTAs.

Figura 1 – Modelo de gestão do conhecimento para as bibliotecas técnico-acadêmicas



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

A proposta fundamenta a visão de se trabalhar a GC como uma prática de gestão, facilitando a promoção de uma perspectiva mais integradora no que tange ao compartilhamento do ativo de conhecimento existente dos seus colaboradores sobre o ambiente da biblioteca, fluxos de informações, procedimentos técnicos, administrativos. Além disso, a proposta visa à construção de conhecimentos e ao aumento da capacidade de resposta às demandas institucionais e às da comunidade técnico-acadêmica.

A gestão estratégica da BTA é essencial no processo de GC, pois abrange a responsabilidade de propor o desenvolvimento de um ambiente voltado à criação e ao compartilhamento do conhecimento. A partir disso, e com a formalização de um plano estratégico e discussões acerca de itens como missão, visão e *core competence* da biblioteca é possível alcançar um melhor aproveitamento dos processos de GC, trabalhando e reaproveitando o capital intelectual disponível dos colaboradores da biblioteca envolvidos nas respectivas etapas de cada processo: identificação;

informação. Como ponto a ser observado, os gestores relataram o elemento Cultura Organizacional como um dos mais desafiadores, por envolver o cotidiano das bibliotecas e suas diferentes realidades e estágios de desenvolvimento para uma possível mudança ou adaptação que o modelo possa requerer na implementação da GC.

O elemento **Ambiente Externo** foi entendido, de modo geral, como um “*pilar*” importante para a identificação de ameaças e oportunidades, assim como para captar sinergias com outras instituições, setores, visando à melhoria de processos internos, agregação de conhecimentos, resolução de problemas e aprimoramentos.

Figura 4 – Avaliação sobre a viabilidade e utilização



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Com relação à viabilidade e à possível utilização do modelo de GC, a aceitação foi quase unânime, sendo considerado essencial, abrangente, flexível, viável e adaptável à realidade de cada biblioteca. Foi interessante perceber as possibilidades apontadas de utilização do modelo, como, por exemplo, em planejamento estratégico das atividades da biblioteca, diagnóstico e práticas isoladas. Porém, foi indicada por um dos gestores a proposta de um projeto-piloto que serviria de modelo para as demais bibliotecas, para que ficasse mais claro o passo a passo na implementação da GC.

Figura 5 – Avaliação com relação às contribuições do modelo de GC para as BTAs



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Dentre as principais contribuições citadas do modelo de GC pelos gestores estão: a utilização como uma ferramenta de gestão da BTA; a valorização dos recursos humanos; a excelência dos serviços oferecidos; a sistematização de ações; a padronização dos procedimentos de fluxos de conhecimento; o

desenvolvimento de conhecimento científico na BTA; a promoção do crescimento e desenvolvimento da BTA; o aumento da visibilidade da biblioteca; e valorização profissional. Assim, ratificaria a importância do uso de um modelo específico de GC como uma ferramenta gerencial relevante para as BTAs.

4 Implementação do modelo de gestão do conhecimento em bibliotecas técnico-acadêmicas

A partir dos registros dos gestores na avaliação, evidenciou-se o grau de relevância e validação do modelo de GC no contexto das BTAs como ferramenta de gestão organizacional com potencial de possibilitar 1) melhorias contínuas nas tomadas de decisão; 2) qualificação dos colaboradores; 3) otimização dos processos de gestão; e 4) adaptabilidade ao ambiente da instituição em que atua, de acordo com as demandas e realidade de cada biblioteca.

Desse modo, com o propósito de orientar gestores e bibliotecários, recomendamos as seguintes ações para a implementação dos elementos do modelo de GC para as BTAs, no sentido de que se tenha a eficácia e a eficiência desejada:

- 1) **A gestão estratégica da BTA:** implementar após o estabelecimento de uma macro-estratégia, consenso sobre as suas competências inerentes e comunicação ampla aos colaboradores. Com isso, esperamos que ocorra o alinhamento da GC à gestão estratégica da biblioteca, assim como o explícito planejamento estratégico a todos os seus colaboradores;
- 2) **Fase da identificação do conhecimento:** mapear todos os conhecimentos e competências existentes na BTA e os que deem suporte às suas competências essenciais, identificando fontes internas e externas, como também formalizar

todo o processo por meio de normas e/ou regulamentos internos;

- 3) **Fase da aquisição do conhecimento:** registrar todos os conhecimentos assimilados pela BTA, bem como indicar estratégias de aquisição, tanto de fontes internas quanto de fontes externas (parcerias), com o devido armazenamento, através de meios tecnológicos como base de dados, intranet, servidores em redes, serviços de armazenamento em nuvem, tecnologias voltadas para a *Big data* entre outros;
- 4) **Fase do desenvolvimento do conhecimento:** construir políticas de desenvolvimento de conhecimento ligadas aos objetivos da BTA, assim como condições de interação e comunicação entre os colaboradores da biblioteca por meio de promoção de eventos, encontros, palestras, fóruns, tanto presenciais quanto virtuais;
- 5) **Fase do compartilhamento do conhecimento:** definir métodos formais de compartilhar o conhecimento dos colaboradores da BTA, assim como facilitar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, para esse fim, por exemplo, por meio de intranets e repositórios institucionais, aplicativos de mensagens de voz e texto, e redes sociais;

- 6) **Fase de uso do conhecimento:** estabelecer políticas e incentivos para o uso do conhecimento organizacional armazenado no âmbito da BTA, assim como ampliar o uso do conhecimento por meio de novos serviços e produtos informacionais e uma infraestrutura tecnológica que facilite o uso;
- 7) **Gestão de pessoas:** estabelecer uma política formal de gestão de pessoas alinhada com o modelo de GC, pois as fases ou elementos que fazem parte do processo da GC estarão ligadas permanentemente com a gestão do capital intelectual da BTA e irão convergir com ela em todas as etapas descritas;
- 8) **Cultura organizacional:** implementar práticas de manutenção e reforço de uma cultura ambiental voltada para o conhecimento, por meio da conscientização de todos os colaboradores da importância do partilhar ideias, informação, conhecimentos, vivências e experiências, por exemplo, por meio de palestras e *workshops* e até mesmo em momentos informais em grupos;
- 9) **Tecnologias de informação:** identificar e analisar as tecnologias que a BTA possui e as que darão suporte aos processos de GC, visando compatibilizar sua TI ao modelo de GC;
- 10) **Estrutura organizacional:** mapear a estrutura e os processos

essenciais, buscando compatibilizar tanto a estrutura quanto os processos existentes nele com o modelo de GC, e facilitar, desse modo, a interação, a comunicação e os fluxos de informação;

- 11) **Ambiente Externo:** identificar as instituições e/ou pessoas potenciais com as quais possam ser estabelecidas parcerias de cooperação em que ocorra permuta de experiências, conhecimentos, melhores práticas, buscando o aprendizado e o mapeamento de *expertises* externas.

O modelo de GC proposto pode ser implementado apenas quando as pessoas o entenderem facilmente e estiverem convencidas de sua validade, por meio de uma linguagem acessível que todos possam lembrar e aplicar.

De acordo com Balagué, Düren e Saarti (2016), incorporar ferramentas de GC em bibliotecas não é necessariamente dispendioso ou árduo, mas é necessário que haja motivação dos colaboradores envolvidos, que devem estar dispostos a compartilhar o próprio conhecimento.

Por fim, a cada BTA caberá, ao reconhecer suas demandas, adotar práticas que as levem às melhores tomadas de decisão quanto à operacionalização da GC, pois, de acordo com Coxe, Rocha e Hoffmann (2019), gerir o conhecimento significa gerenciar o ambiente no qual o conhecimento é produzido, disseminado, utilizado e compartilhado.

5 Considerações finais

O capítulo teve como objetivo apresentar um modelo de gestão do conhecimento voltado para o contexto de atuação das bibliotecas técnico-acadêmicas. A partir dos levantamentos obtidos, optamos por três modelos de GC que tiveram influência na presente proposta, na medida em que nos forneceram a identificação dos elementos conceituais e seus requisitos para a formação de um modelo de GC voltado para o ambiente técnico-acadêmico dos IFs.

Com base nos resultados obtidos junto aos gestores de BTAs, o modelo foi considerado essencial, acessível, abrangente, viável e estruturado; porém, para seu efetivo sucesso, eles mencionaram a importância de uma comunicação eficiente e ampla com os colaboradores da biblioteca com o intuito de facilitar sua implementação.

O gestor deve acompanhar de perto as ações voltadas para a GC por meio da gestão por competências, visando à

melhor performance dos recursos humanos disponíveis e com o apoio de tecnologias de informação, sem deixar de observar a cultura da organização como um elemento desafiador em todo o processo.

Logo, este estudo buscou demonstrar a importância de se promover iniciativas que possam contribuir principalmente

para o uso e difusão da GC nas BTAs, preenchendo uma lacuna pouco explorada pela literatura científica da área que são as abordagens de modelos voltados à maximização de desempenho e resultados pelas bibliotecas desse nicho para que sejam protagonistas na promoção e no gerenciamento de conhecimentos.

Referências

- BALAGUÉ, N.; DÜREN, P.; SAARTI, J. Comparing the knowledge management practices in selected European higher education libraries. **Library Management**, [s.l.], v. 37, n. 4/5 p. 182-194, 2016. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/LM-12-2015-0068>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- BEM, R. M. **Framework de gestão do conhecimento para bibliotecas universitárias**. 2015. 344 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- CASTRO, G. **Gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias: um instrumento de diagnóstico**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- COXE, R. A.; ROCHA, M. B.; HOFFMANN, W. M. Mapeamento dos grupos de pesquisa que atuam com gestão do conhecimento no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 4-23, 2019.
- DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1998.
- DUARTE, E. N. *et al.* Conteúdos emergentes da gestão da informação e do conhecimento nos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [s.l.], v. 10, n. Especial, p. 176-200, 24 mar. 2020.
- FIGUEIREDO, S. P. **Gestão do conhecimento: estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa: descubra como alavancar e multiplicar o capital intelectual e o conhecimento da organização**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- MARQUES JÚNIOR, E. **Gestão do conhecimento em bibliotecas universitárias: análise de experiências no Brasil e em Portugal**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia de Bauru da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2010.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Tradução Maria Adelaide Carpigiani. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 19-33, 2 ago. 2014.

SOUSA, C. H. S. **Gestão do conhecimento na Rede de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**: uma proposta de implementação. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017. Disponível em: http://biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=69184. Acesso em: 13 abr. 2023.

SOUSA, C. H. S.; GOUVEIA, L. M. B. Modelos de gestão do conhecimento em bibliotecas acadêmicas do Brasil: uma análise sistemática. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 5, n. 2, p. 44-51, jul./dez. 2019.

SOUSA, P. T. C. **O capital social estratégico como recurso para a gestão**

da informação e do conhecimento no processo eleitoral brasileiro. 2009. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

STOLLENWERK, M. F. L. Gestão do conhecimento: conceitos e modelos. In: TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001. p. 143-163.

WIIG, K. M. **Knowledge management foundations: thinking about thinking** – how people and organizations create, represent, and use knowledge. Arlington: Schema Press, 1999.



Perfil Acadêmico E Produção Científica dos **Bibliotecários do IFCE: Uma Análise a Partir do Currículo Lattes**

Carlos Robson Souza da Silva⁷
Sara Maria Peres de Moraes⁸

1 Introdução

A prática profissional e a atuação científica são dois dos caminhos possíveis que uma pessoa com nível superior pode trilhar ao longo da sua carreira. Tais caminhos se entrecruzam e se interseccionam ainda durante a graduação e podem voltar a se entrecruzar e se interseccionar ao longo da vida dos sujeitos, seja por interesse próprio, por razão das circunstâncias ou por causa das necessidades da própria profissão.

O mesmo acontece com profissionais que se graduam em Biblioteconomia. Assim, ao longo de sua formação, bibliotecários acessam diversos conhecimentos que compõem a área e que estão a ela atrelados, de maneira a prepará-los para atuarem com serviços e com tratamento e gestão da informação. Esses conhecimentos são desenvolvidos por meio de diversas atividades, sendo quase todas elas preparatórias para a prática científica, como seminários, apresentações de trabalho, resumos críticos, trabalhos acadêmicos, anais de evento e artigos científicos.

A prática da pesquisa científica traz qualidade à atuação profissional, pois vai além das atividades técnicas do cotidiano; envolve capacidade de reflexão crítica do seu meio e dos aspectos que o circundam e contribuem com ações estratégicas e

tomadas de decisão (Silva, 2013). “O estudo da produção científica de uma área revela tendências e aponta caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas” (Vasconcelos; Farias, 2020).

A formação científica durante a graduação se dá principalmente devido à tradição universitária de fornecer uma educação que não apenas habilite para atuação profissional, mas que seja integral e que inclua elementos de ensino, pesquisa e extensão. Conhecido por tripé universitário, o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser tidos como indissociáveis no processo de formação dos sujeitos, possibilitando-os desenvolverem, ao mesmo tempo, o espírito científico, o aperfeiçoamento cultural, a capacidade de difundir entre a comunidade que a cerca as conquistas e os benefícios gerados na instituição e integrar conhecimentos (Brasil, 1996).

Assim, bibliotecários, quando passaram pelo curso de Biblioteconomia, tiveram a oportunidade de conhecer o método científico e as práticas investigativas mais gerais utilizadas na área, assim como a oportunidade de desenvolver seu espírito científico, com atividades como Trabalhos de Conclusão de Curso ou participação em programas como o Programa Institucional de Bolsa

7. Bibliotecário do IFCE, Campus Cedro. Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com período sanduíche na Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1843747941427506>.

8. Bibliotecária do IFCE, Reitoria. Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8934119704905734>

de Iniciação Científica. Da mesma forma que aprenderam como atuar no mundo do trabalho direto, aprenderam também que haveria a possibilidade de seguir a carreira científica, progredindo academicamente (por meio de especializações, mestrados e doutorados) e/ou produzindo e publicando material científico (descobrimos, por exemplo, os principais eventos e revistas de sua área).

É o caso, por exemplo, de bibliotecários que compõem o quadro de servidores técnico-administrativos atuantes no Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Ceará (IFCE). No caso destes, entende-se que todos optaram por seguir a carreira profissional de Biblioteconomia; entretanto seguem conhecedores de como é e como se desenvolve a pesquisa científica. Inclusive, o próprio Governo Federal, ao qual são ligados institucionalmente, incentiva a sua progressão acadêmica em nível de pós-graduação, com benefícios como aumento salarial e afastamentos (Brasil, 1990).

Com base na experiência de tais bibliotecários, no presente capítulo nos debruçamos sobre o seguinte questionamento: como a atuação profissional e a formação acadêmica podem continuar a se entrecruzar e a se interseccionar ao longo da carreira profissional bibliotecária?

Embora não represente a totalidade da realidade dos bibliotecários brasileiros,

principalmente aqueles que atuam em instituições privadas, acredita-se que o presente capítulo pode contribuir para a compreensão da relação entre a atuação profissional e a progressão acadêmica. Isso porque o capítulo demonstra como os bibliotecários podem atuar como pesquisadores e contribuir para o crescimento da sua área de formação.

Por isso, a presente pesquisa tem como objetivo geral: traçar o perfil acadêmico dos(as) servidores(as) bibliotecários(as) que atuam no IFCE. E teve como objetivos específicos: i) relacionar o período de atuação no IFCE com a progressão acadêmica do quadro de profissionais aqui estudado; e ii) mapear a produção de materiais destes profissionais como contribuição científica a suas áreas de formação.

Para alcançar tais objetivos, realizou-se uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa, utilizando como fonte de coleta de dados a Plataforma Lattes, criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), destinada ao preenchimento de currículo *vitae* para pesquisadores. Outros dados puderam ser extraídos do Portal da Transparência e de documentos produzidos pelo próprio IFCE. Como categorias de análise definiram-se: continuidade da formação acadêmica e a produção científica.

2 Bibliotecários no IFCE como universo de pesquisa

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) é uma instituição federal de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, equiparada às universidades, e especializada na oferta de cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2008). Instituído pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFCE remonta à centenária Rede Federal de Educação Profissional do Brasil, possuindo raízes na Escola de Aprendizes Artífices, instituída em 1909, e que teve seu nome

alterado para Liceu Industrial do Ceará (em 1941), Escola Técnica Federal do Ceará (em 1968) e Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET-CE), em 1994. No ato de sua instituição, congregaram-se também as Escolas Agrotécnicas Federais do Crato e de Iguatu (IFCE, 2015).

De acordo com o Anuário Estatístico do IFCE (2022), o instituto é constituído de 33 *campi* espalhados por todo o Ceará, que atendem cerca de 57.188 alunos, com a oferta de 619 cursos, sendo

168 cursos de formação inicial e continuada, 228 cursos técnicos, 59 cursos de tecnologia, 42 bacharelados, 93 licenciaturas, 20 especializações e 09 cursos de mestrado, totalizando 57.188 matrículas atendidas (IFCE, 2022, p. 21).

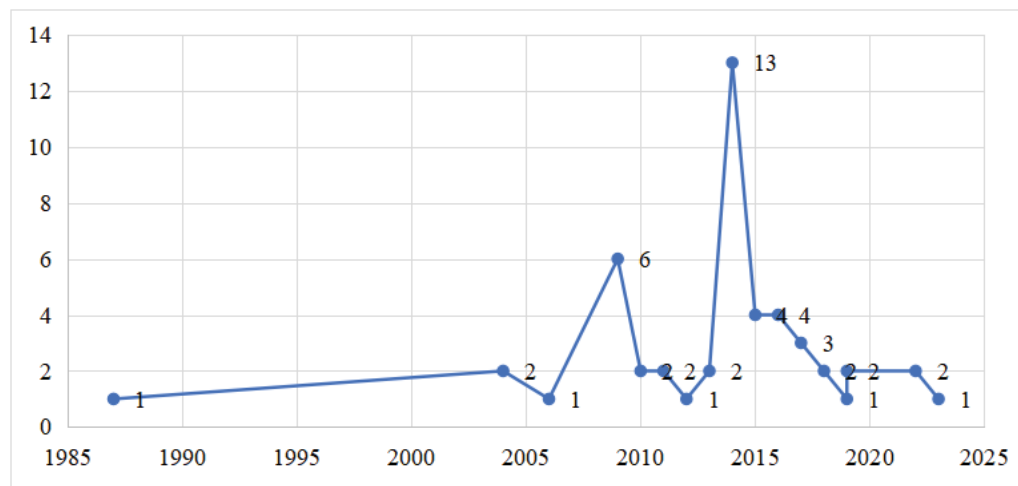
Para que tais cursos sejam efetivamente ofertados, atuam no IFCE um total de 3.583 servidores, dos quais 2.107 são docentes e 1.614 são técnicos administrativos (IFCE, 2022). Tais servidores se dividem em trabalhos de ensino, pesquisa, extensão, inovação tecnológica e administração, de maneira a tornar possível o acesso da comunidade a uma formação básica, profissional e superior

que contemple todas as dimensões da vida no processo educativo.

Dentre os técnicos administrativos, destaca-se aqui a atuação dos bibliotecários. Um total de 48 bibliotecários atuam no IFCE e estão distribuídos entre as bibliotecas que compõem o Sibi-IFCE e demais departamentos administrativos.

O quadro atual de bibliotecários foi construído ao longo dos anos (Gráfico 1), sendo perceptível o aumento significativo da quantidade de tais profissionais após a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), destacando-se os anos de 2009 e de 2014.

Gráfico 1 – Distribuição dos bibliotecários quanto ao ano de entrada no IFCE



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tais bibliotecários estão lotados nas bibliotecas vinculadas aos *campi* ou à Reitoria e podem atuar, por exemplo, no(s): tratamento da informação em atividades como processamento técnico, controle do acervo, conservação; desenvolvimento de coleções em atividades como seleção, compra e até mesmo descarte de materiais; e nos serviços de informação oferecendo atendimento aos usuários, fazendo levantamentos bibliográficos e promovendo treinamentos. (IFCE, 2017).

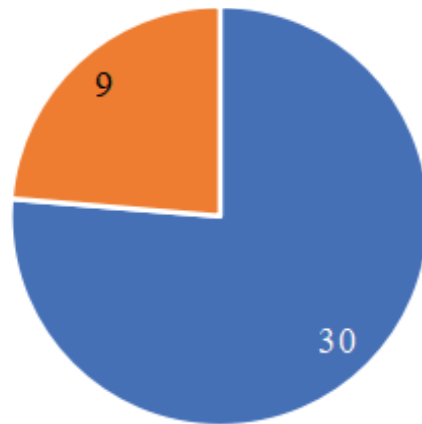
Para auxiliar em seu trabalho cotidiano, os bibliotecários do IFCE têm acesso à formação continuada em nível de pós-graduação e são incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa,

extensão e inovação tecnológica. Isso significa que, além da prática profissional, os bibliotecários do IFCE também podem desenvolver sua própria carreira acadêmica.

Uma forma de identificar se os caminhos profissionais e acadêmicos se entrecruzam e se interseccionam na vida dos bibliotecários do IFCE é através da análise de seus currículos Lattes. Fazendo um levantamento dos bibliotecários que atuam no IFCE, por meio do site Portal da Transparência e, em seguida, pesquisando currículo por currículo na Plataforma Lattes, tornou-se possível identificar que dos 48 profissionais, 39 possuem currículo e 9 não possuem.

Através do mesmo levantamento, pôde-se identificar também que dos 39 bibliotecários com cadastro na Plataforma Lattes, 30 mantiveram seus currículos atualizados nos últimos cinco anos (2018-2022), em comparação a 9 que não o atualizaram durante esse período mais recente (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Atualização dos bibliotecários com Lattes



- Lattes atualizado nos últimos cinco anos (a partir de 2018)
- Lattes desatualizado nos últimos cinco anos (anterior a 2018)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entretanto, apesar dos dados sobre cadastro e atualização de currículos na Plataforma Lattes, identificou-se que poucas são as informações disponibilizadas pela maioria dos bibliotecários. Há pelo menos 19 bibliotecários (entre os que atualizaram nos últimos cinco anos e os que não atualizaram) que informaram poucos dados como resumo, local de atuação profissional e graduação, sendo não utilizáveis para esta pesquisa.

Dentre os que apresentaram currículo atualizado ou com robustez de dados, foi possível buscar alcançar os objetivos da presente pesquisa, encontrando informações sobre sua formação acadêmica, produção científica e participação em outras atividades acadêmicas após a sua entrada no IFCE. Iniciaremos debatendo a questão da continuidade da formação acadêmica a partir da entrada no IFCE.



3 A Questão da Continuidade na Formação Acadêmica a Partir do IFCE

Para atuar como bibliotecário, o profissional deve preencher pelo menos dois requisitos mínimos: ser graduado em Biblioteconomia e possuir registro em conselho competente. Ao se tornarem parte do quadro de servidores do IFCE como bibliotecários, tais profissionais já entram com uma formação acadêmica sólida. Diante dessa realidade, a presente pesquisa focou em compreender a continuidade da formação acadêmica em nível de pós-graduação, seja *stricto sensu*, seja *lato sensu*, tendo como recorte temporal o período posterior à entrada de cada bibliotecário na instituição.

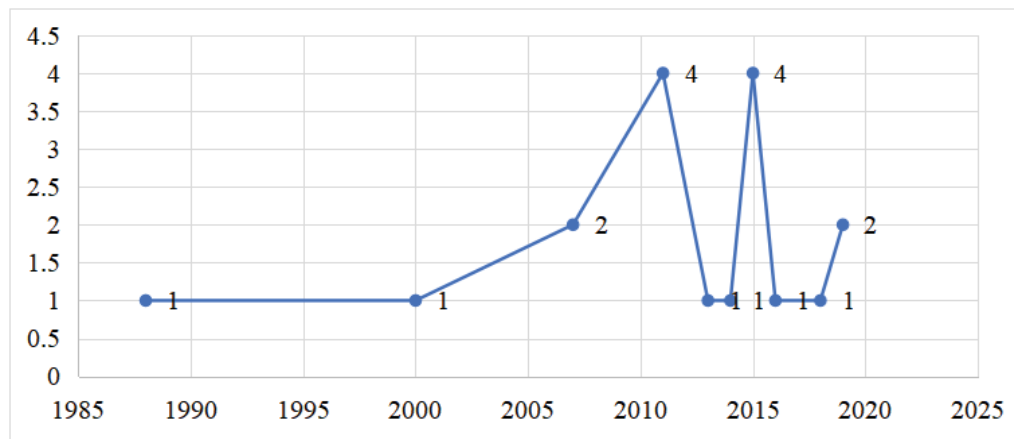
3.1 Formação em nível de especialização

Na modalidade *lato sensu*, apenas 1 bibliotecário informou haver realizado

curso de Aperfeiçoamento. Por outro lado, dos 39 bibliotecários com Lattes, 18 informaram ter realizado curso de Especialização após entrarem no IFCE. Além disso, 3 bibliotecários informaram realizar, no mínimo, duas especializações durante sua trajetória na instituição.

No Gráfico 3, é possível visualizar o período de especialização dos bibliotecários do IFCE. Nele, identifica-se uma extensão temporal que se inicia em 1988 e se estende até 2019. Há uma maior concentração de bibliotecários se especializando em 2011 (4), o que volta a acontecer somente em 2015. Se o recorte for de uma década, é possível identificar que, em relação às décadas anteriores, o período entre 2011 e 2020 é visto com o maior número de bibliotecários especializados (15).

Gráfico 3 – Distribuição temporal de Especialização de Bibliotecários no IFCE



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tais dados refletem pelo menos duas variáveis muito importantes na história recente do IFCE: sua transição de CEFET-CE para IFCE em 2008, que ocasionou sua expansão e, conseqüentemente, o aumento de bibliotecários no seu quadro de pessoal; e o fato de que tais bibliotecários, ao assumirem suas vagas na instituição, logo resolveram buscar

meios para progredir através dos estudos acadêmicos.

A tese da imediatez no processo de progressão por meio de estudos acadêmicos pode ser comprovada quando se observa a relação entre a entrada de bibliotecários no IFCE e a data que esses bibliotecários informaram como ano de encerramento de suas especializações. A

maioria dos bibliotecários demorou até 3 anos para receber o título de especialista; 2 realizaram especialização no mesmo ano que entraram na instituição, 6 depois de 1 ano e 7 depois de 2 anos. Apenas 1 fez especialização 7 anos depois da entrada na Instituição.

O período de 1 a 3 anos identificado entre os bibliotecários é, em termos gerais, o período comumente atrelado ao processo de iniciar e terminar um curso de Especialização, que costuma ser igual a dois anos (360h ou quatro semestres). Os casos que envolvem bibliotecários que informaram terminar o curso no mesmo

ano em que entraram no IFCE ou até um ano depois podem ser justificados pois eles podem ter entrado no curso antes de serem convocados. Já os bibliotecários que terminaram com três anos, podem ter entrado em um curso de especialização no meio do ano.

Para além da distribuição temporal, é importante também identificar quais são os campos do saber aos quais pertencem as especializações cursadas pelos bibliotecários do IFCE e em quais instituições foram realizadas. No Gráfico 4, identificam-se os cursos em que tais bibliotecários se formaram.

Gráfico 4 – Distribuição de bibliotecários por curso de especialização



Fonte: Elaborado pelos autores.

As principais áreas em que os cursos podem ser classificados são: Biblioteconomia e Ciência da Informação (7); Educação (5); Administração (1) e Comunicação (1); curso generalista de Pesquisa Científica (1). Dos 15 cursos citados, a maioria deles foi ofertado por instituições de ensino superior de caráter privado (9), enquanto 6 foram ofertados em instituições de ensino superior públicas. Dessas, apenas 1 se localizava fora do estado do Ceará.

Quanto aos temas de pesquisa desenvolvidos para o trabalho de conclusão de

cada curso, destaca-se uma concentração de pesquisa sobre leitura (5), bibliotecas escolares e seu papel educativo (4), e comunicação científica (2). Outros temas como gestão da informação e do conhecimento, automação de bibliotecas, avaliação institucional, planejamento de unidades de informação, desenvolvimento de coleções, serviços de informação e informação ambiental também são mencionados pelos pesquisadores. Apenas dois pesquisaram sobre temas externos à área, como trabalho docente e inclusão.

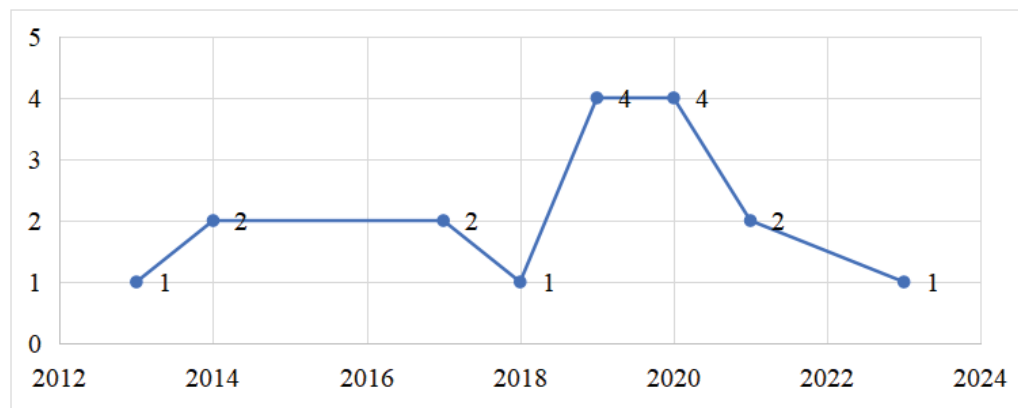
3.2 Formação em nível de mestrado

Na modalidade *stricto sensu*, é perceptível uma quantidade equiparável de bibliotecários com mestrado (17 ao todo) em relação à quantidade de bibliotecários especialistas, sendo interessante destacar que todos os bibliotecários com mestrado receberam o título após entrarem no IFCE. Além disso, uma bibliotecária informou haver começado mestrado em 2023. Já em relação ao

doutorado, apenas 3 informaram estar em processo de doutoramento, enquanto 1 indicou possuir doutorado completo.

No Gráfico 5, é possível visualizar a distribuição temporal em que se estende o processo de titulação de mestrado pelos bibliotecários aqui estudados. Percebe-se uma grande concentração de bibliotecários tornando-se mestres entre 2019 e 2020 (8 ao todo); já em outros períodos como 2013–2014, 2017–2018 e 2021 demarcaram a formação de 3 bibliotecários mestres cada.

Gráfico 5 – Distribuição temporal da titulação de mestre entre os bibliotecários do IFCE



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se faz a relação entre o ano de entrada no IFCE e o término do mestrado, percebe-se uma extensão temporal muito maior em relação à especialização. Se, no caso desta última, o comum era o bibliotecário terminar o curso de especialização em até três anos depois de entrar na instituição, no mestrado a coisa se torna diferente, pois 8 dos 17 bibliotecários que afirmaram ser mestres demoraram de cinco a dez anos para poder ter esse título.

Identifica-se, porém, que, entre os bibliotecários que entraram no IFCE na década de 2011–2020, essa extensão temporal discutida diminui de 3 a 4 anos. Isso pode indicar que as condições de progressão e de realização do próprio mestrado podem ter sido mais favoráveis para estes, como, por exemplo, o fato de que apenas uma entre todos (7) não realizou mestrado no Ceará; ainda o

fato de que, dos sete, quatro realizaram mestrado em programas de pós-graduação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação (o que não existia no estado antes de 2016) e a proliferação de cursos de mestrado profissional voltados para a formação de trabalhadores atuantes no mundo do trabalho (apenas três bibliotecários se formaram em mestrados acadêmicos).

É possível inclusive destacar as áreas do conhecimento aos quais os cursos de mestrado realizados pelos bibliotecários do IFCE estão atrelados: Biblioteconomia e Ciência da Informação (3 cursos); Políticas Públicas (3 cursos); Pesquisa tecnológica (1); e Educação (1). Todos os cursos foram ofertados em instituições de ensino superior públicas, localizadas no Ceará, exceto um curso de Mestrado em Ciência da Informação proveniente da Universidade Federal da Paraíba.

Gráfico 6 – Distribuição de bibliotecários por curso de mestrado



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para finalizar a análise dos dados sobre a formação em nível de mestrado, pode-se também apresentar os temas desenvolvidos pelos bibliotecários em suas dissertações de mestrado, como informado por eles mesmos em seus currículos Lattes: informação indígena (1); cooperação entre bibliotecas (1); competências profissionais do bibliotecário (1); educação inclusiva (1); competência em informação (1); gestão do conhecimento (1); planejamento de unidades de informação (1); gestão de acervos (1); avaliação do ensino superior (2); representação da informação (2); e pesquisa tecnológica (3). Além disso, seis das 17 pesquisas realizadas trazem no título o Instituto Federal do Ceará como lócus da pesquisa.

3.3 Formação em nível de doutorado

Como afirmado na subseção anterior, apenas um bibliotecário do IFCE possui título de doutor. O curso foi realizado na área de Ciência da Informação e ofertado por uma universidade portuguesa. Além dele, três outros bibliotecários estão em processo de doutoramento em cursos provenientes de diversas áreas, sendo elas, Difusão do Conhecimento, Ciência da Informação e Educação.

Tais cursos são ofertados por instituições públicas e privadas de fora do estado, revelando, ainda, a dificuldade de os bibliotecários acederem a este grau acadêmico, tanto por questões pessoais internas, como por questões externas relativas à, por exemplo, oferta nula de doutorados em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Ceará. Nota-se também que os bibliotecários demoraram em média dois anos após o término do mestrado para iniciar um curso de doutoramento.

4 A relação complexa entre formação acadêmica e produtividade

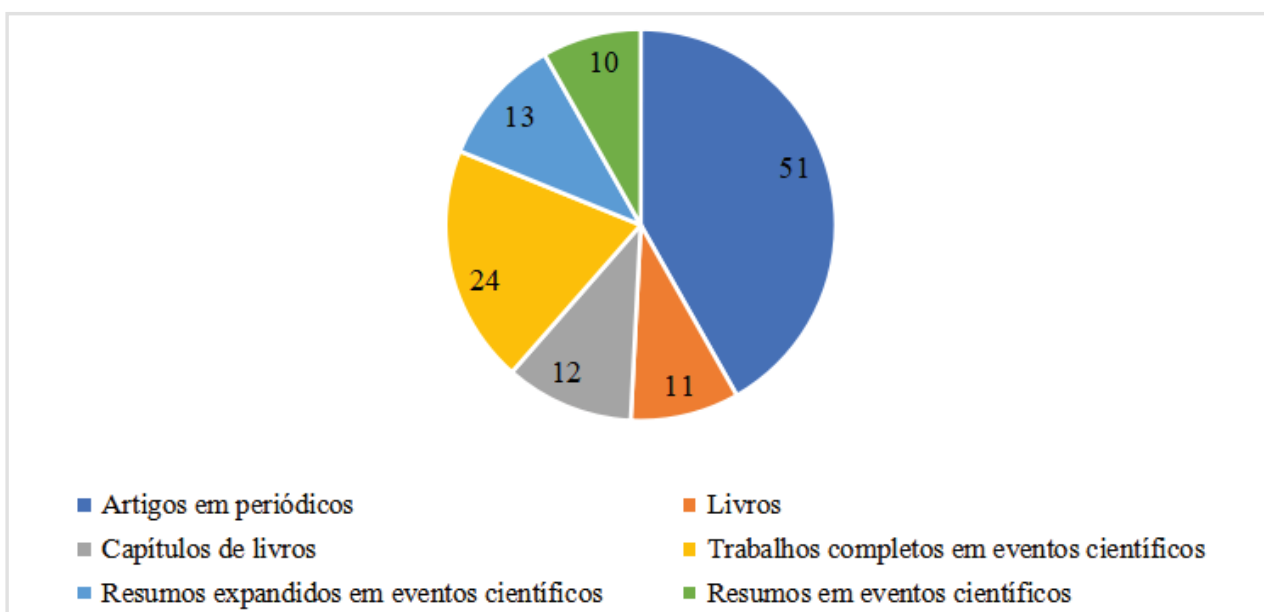
O segundo conjunto de dados analisados nesta pesquisa foi a produção científica dos bibliotecários do IFCE, de maneira a entrelaçá-la com a formação acadêmica e a atuação profissional. Para a presente seção, desta maneira, discutiram-se os dados informados pelos bibliotecários nos campos de artigos em periódicos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos, resumos expandidos e resumos.

Além disso, considerando que a apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos envolve, na maioria das vezes, a publicação em anais, a presente seção destinará momento separado para discutir a participação dos bibliotecários em eventos com apresentação de trabalho.

4.1 Panorama geral de publicação científica dos bibliotecários do IFCE

Ao todo, identificou-se que os bibliotecários do IFCE contribuíram cientificamente para suas áreas de pesquisa com um total de 122 publicações. Quanto à tipologia das publicações, o Gráfico 7 aponta que a maioria das publicações se tratavam de artigos publicados em periódicos científicos (51); logo em seguida, contabilizam-se 24 trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos, 12 capítulos de livros, 13 resumos expandidos publicados em eventos científicos, 11 livros e 10 resumos simples publicados em anais de evento.

Gráfico 7 – Quantidade de publicação por tipologia documental



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar dessa profusão de publicações, percebeu-se que tais trabalhos foram publicados apenas por bibliotecários com mestrado, ou seja, o interesse pela publicação mostrou-se presente principalmente durante o período de estudos, estendendo-se,

no máximo, a três anos depois do término do curso (Gráfico 8). Essas informações permitem-nos inferir que a produtividade científica dos bibliotecários do IFCE está atrelada ao período em que estiveram ligados a programas de pós-graduação.

Gráfico 8 – Relação entre a continuidade de publicação e o término do mestrado



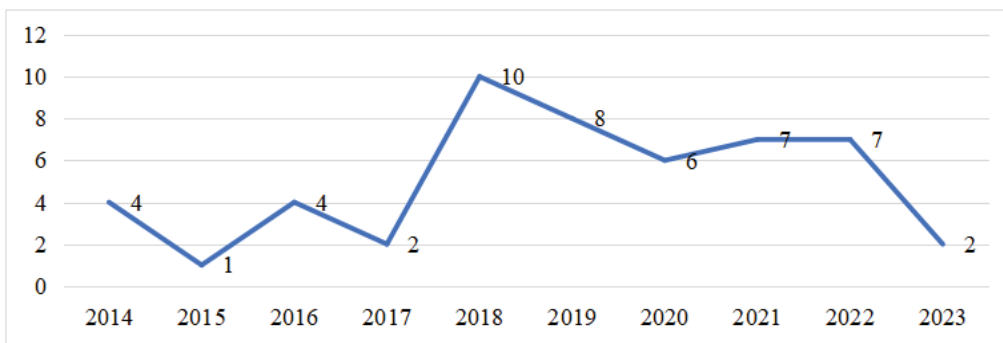
Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar desses dados, ainda se percebe uma grande contribuição dos bibliotecários para sua área de formação acadêmica, principalmente para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. No presente capítulo, a produção será avaliada de acordo com as seguintes categorias: artigos publicados em periódicos científicos; comunicações publicadas em eventos científicos (trabalhos completos, resumos expandidos, resumos); e livros e capítulos de livros.

4.1.1 Artigos publicados em periódicos científicos

Ao todo, os bibliotecários do IFCE publicaram um total de 51 artigos científicos em periódicos. As publicações se iniciaram em 2014 e se estendem até o corrente ano de 2023 (Gráfico 9). Percebe-se um pico de publicações em 2018 (10 no total), que vai se mantendo com uma média de 7 publicações entre 2019 e 2022. A brusca queda em 2023 (2) pode ser justificada pelo fato de que o ano ainda não se encerrou.

Gráfico 9 – Distribuição de publicação de artigos de periódicos

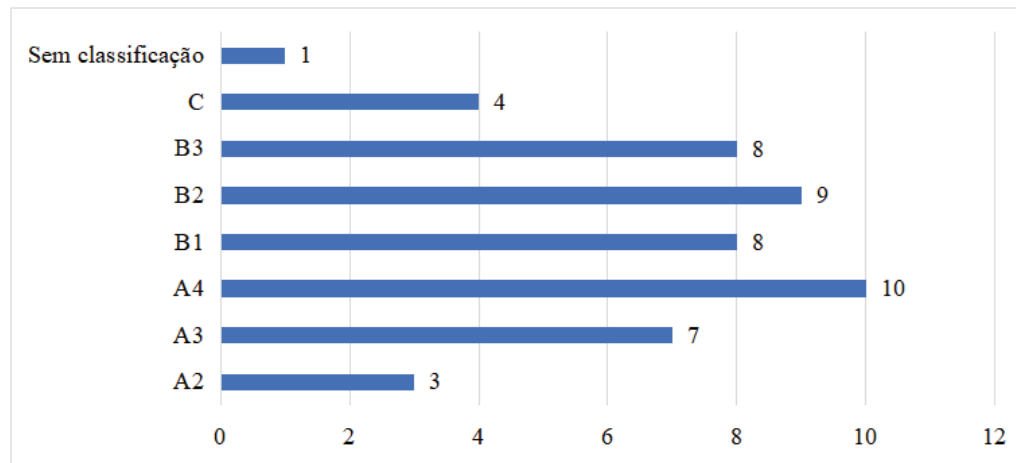


Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses artigos foram publicados principalmente em periódicos das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação (20 das 31 revistas informadas). Eis as principais revistas aos quais esses trabalhos foram submetidos: Folha de Rosto (9); Revista ACB (4); Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (4). As demais revistas informadas pertenciam às seguintes áreas: Generalidades; Ciências da Saúde; Educação; Administração; Comunicação; e Pesquisa Tecnológica.

Para enriquecer os dados obtidos na pesquisa sobre a quantidade de publicações em formato de artigos de periódicos apresentada, utilizou-se a extensão QLattes no Google Chrome para identificar os Qualis atribuídos às revistas nas quais os artigos estudados foram publicados (Gráfico 10). O Qualis é importante instrumento de avaliação da qualidade e do mérito de periódicos científicos nacionais e internacionais, atribuindo notas que vão desde C (menor nota) a A1 (maior nota).

Gráfico 10 – Quais das revistas a que recorreram os bibliotecários



Fonte: Elaborado pelos autores.

Identifica-se que o grande número de publicações realizadas pelos bibliotecários não se expressa apenas quantitativamente, mas também pela qualidade das revistas em que publicam. A4 é a nota aplicada ao maior número de revistas informadas pelos bibliotecários em seus currículos na Plataforma Lattes, contabilizando 10 artigos. Os outros materiais estão distribuídos em revistas com notas B3 (8 artigos), B2 (9 artigos), B1 (8 artigos), A3 (7 artigos) e até mesmo A2 (3 artigos), além de artigos em revistas com pior nota (4 em C) ou em revistas sem classificação (1 artigo).

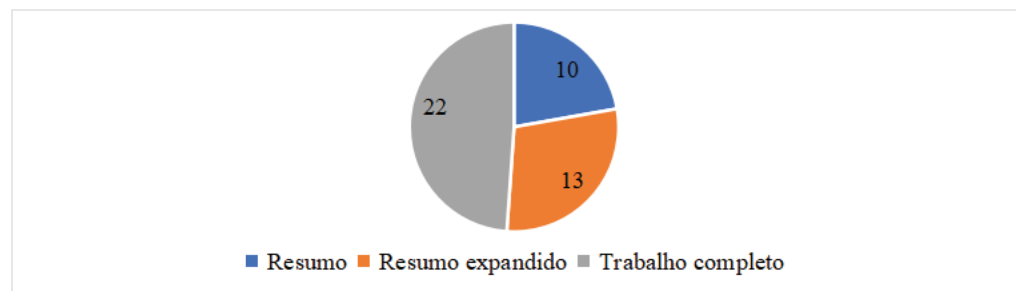
Para finalizar a análise quantitativa de artigos publicados, é importante também trazer à discussão os temas debatidos pelos bibliotecários em seus trabalhos. Competência em Informação foi a temática com maior profusão (9 artigos), seguida por Gestão do Conhecimento (4) e Planejamento de Unidades de Informação (4). Outras temáticas como Ação Cultural, Acessibilidade, Arquitetura da informação,

Bibliotecas escolares e universitárias, Representação da Informação, Incentivo à Leitura, Inovação em Bibliotecas e Comunicação Científica puderam ser identificadas nos títulos dos artigos. Destaca-se também que dos 51 trabalhos estudados, 29 inter-relacionavam os temas supracitados à realidade das bibliotecas e dos bibliotecários do IFCE.

4.1.2 Comunicações publicadas em eventos científicos

Como afirmado anteriormente, materiais informados pelos bibliotecários nas seções “Trabalhos completos publicados em anais de congressos”, “Resumos expandidos publicados em anais de congressos” e “Resumos publicados em anais de congresso” do Currículo Lattes foram reunidos como “Comunicações publicadas em eventos científicos” para facilitar a presente análise. No Gráfico 11, é possível ver como essas três tipologias de comunicação se distribuem no conjunto de currículos estudados.

Gráfico 11 – Tipos de comunicação publicadas em eventos científicos

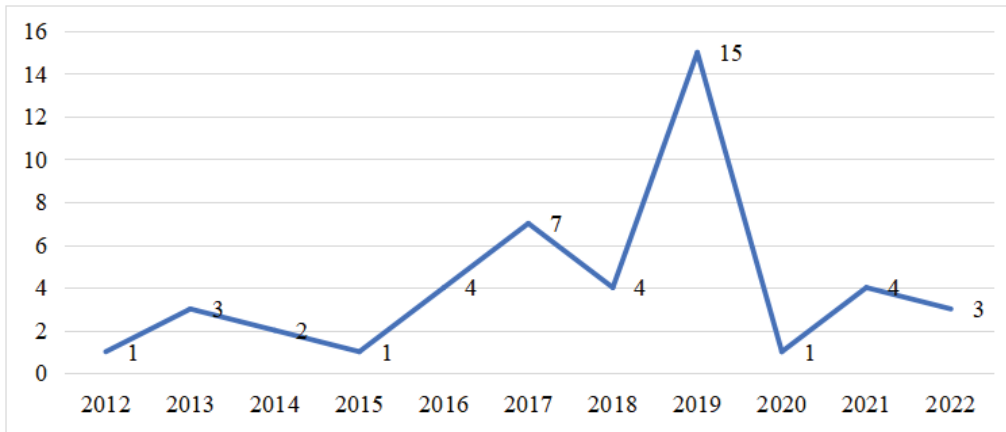


Fonte: Elaborado pelos autores.

Os 22 trabalhos completos, 13 resumos expandidos e 10 resumos foram publicados em uma extensão temporal que se inicia em 2012 e vai ter registros ainda uma década depois em 2022 (Gráfico 12). De acordo com os dados disponibilizados pelos bibliotecários, o ano identificado como aquele que possui maior

quantidade de publicações foi 2019 (15 no total). Tal feito não se repete nos outros anos, uma vez que a frequência de publicações passa a se restringir entre 1 e 4 a cada ano (menos em 2017, ano em que são identificadas 7 comunicações publicadas em eventos científicos).

Gráfico 12 – Distribuição temporal da publicação de comunicação em evento científico



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tais trabalhos foram publicados tanto em eventos circunscritos às áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação como a eventos de outras áreas (como Educação, Estudos de Gênero e Pesquisa Tecnológica). Dos eventos da área, destacam-se o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB), em que foram publicadas 12 comunicações; o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em que foram publicadas 5 comunicações; a Semana Acadêmica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, da Universidade Federal do Cariri (UFCA), com 4 publicações; e o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), também da FEBAB, com 2 publicações.

Dentre os principais temas abordados nessas comunicações pode-se elencar: Competência em informação (9 trabalhos); Patentes (5 trabalhos);

e Ação cultural (4 trabalhos). Outros temas com menor expressão, como a identidade das bibliotecas do IFCE, a educação de usuários, a formação profissional em Biblioteconomia, a mediação da informação e a informação de gênero, também foram identificadas entre os trabalhos. Destaca-se também que, assim como nos artigos de periódicos, dos 45 trabalhos estudados, 29 inter-relacionavam os temas supracitados à realidade das bibliotecas e dos bibliotecários do IFCE.

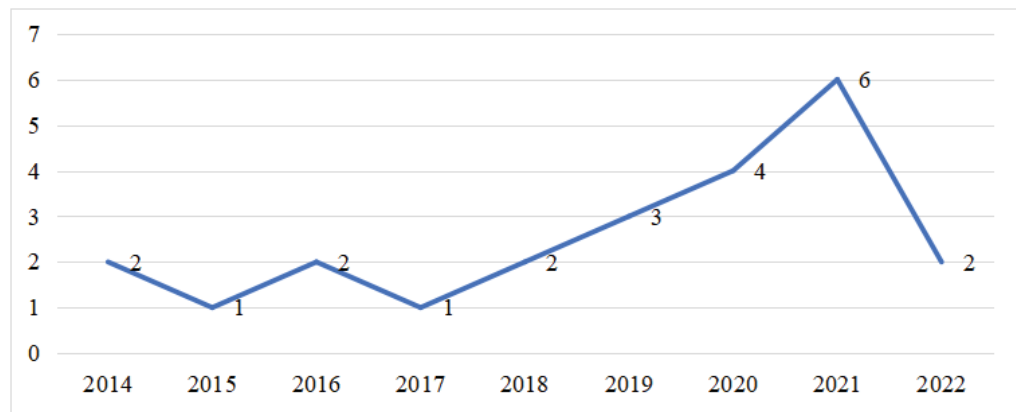
4.1.3 Publicações no formato livro e capítulo de livro

Por fim, serão analisados aqui os livros e capítulos de livros que os bibliotecários informaram ter produzido e/ou publicados ao longo de sua carreira acadêmica. Para organizar a análise, reuniram-se aqui dados recolhidos das seções “Livros publicados/organizados ou edições” e “Capítulos de Livros”. Ao todo, encontrou-se menção a 12 livros e 11 capítulos de livros nos currículos Lattes estudados.

No Gráfico 13, pode-se identificar que os primeiros livros/capítulos de livros publicados pelos profissionais de Biblioteconomia estudados foram publicados em 2014. Uma frequência básica de 1 a 2 publicações de livros e

capítulos de livros pode ser identificada entre 2014 – 2018. A partir de 2019, inicia-se crescente, chegando ao auge de publicações em 2021 e regulando-se novamente em 2022. Não há dados para o atual ano de 2023.

Gráfico 13 – Distribuição temporal da publicação de livros e/ou capítulos de livros



Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior parte dos livros e capítulos de livros foram publicados por editoras universitárias ou por instituições de ensino superior. O IFCE foi a instituição mais citada, com 8 trabalhos publicados. Também foram citados trabalhos publicados pela Editora da Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), pela Universidade Caxias do Sul (UCS), pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Já em editoras independentes (no caso aqui discutido, aquelas não pertencentes a universidades), a editora Quipá foi a mais citada, com 4 trabalhos. Além dela, destacaram-se as editoras CRV, POD,

Rocha, Conhecimento e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

As temáticas dos textos publicados nessa modalidade são bastante diversas, com a Normalização sendo a mais citada (5 livros e capítulos de livros). Outras temáticas incluem Competência em Informação, Planejamento de Unidades de Informação, Gestão do Conhecimento, Prospecção Tecnológica, Gênero e Políticas de Informação. Agrega-se aqui o fato de que pelo menos 12 desses trabalhos tem como lócus o IFCE e/ou suas bibliotecas.

5 Traçando um perfil acadêmico e de produção científica para os bibliotecários do IFCE

Os dados levantados nas duas seções anteriores não são representativos da totalidade de atividades científicas que podem ser consideradas para a caracterização de um profissional como

pesquisador. Atividades como apresentação de trabalhos, palestras, organização de eventos, participação em eventos, em grupos de pesquisa ou em bancas de defesa, orientação de trabalhos de

conclusão de curso ou de projetos de pesquisa, e atuação como revisor ou membro de comitê editorial de periódicos científicos podem ser elencadas como essenciais para a definição de um perfil acadêmico para os bibliotecários.

Entretanto, apenas com dados sobre formação acadêmica e produção científica, tornou-se possível identificar comportamentos, práticas e interesses por parte dos bibliotecários pesquisados, que definem como se dá a sua relação com a continuidade da formação acadêmica e com a contribuição à ciência por meio das publicações.

É importante destacar que, entre os bibliotecários do IFCE, não existe ainda uma cultura acadêmica voltada à formação científica. Isso pode ser corroborado pelos seguintes fatos: i) existem bibliotecários sem currículos na Plataforma Lattes; ii) há bibliotecários com currículos desatualizados desde 2018 ou com currículos atualizados ou não, que possuem pouquíssimos dados como resumo e graduação; e, iii) a contribuição científica por meio da produção e da publicação só foi realizada por bibliotecários mestres, em um período que não vai além de 3 anos após seu curso de mestrado.

Então, tem-se um perfil geral de bibliotecário pouco atrelado à carreira científica, recorrendo a ela em questões muito específicas como a realização de um curso de pós-graduação *stricto sensu*. Vários fatores ambientais podem, porém, ser destacados como influenciáveis para este perfil acadêmico de bibliotecário se sobressair, como o interesse dos próprios bibliotecários em se dedicar a sua

atuação profissional, mas também o fato de que, por serem espalhados por todo o Ceará, muitos *campi* ficam afastados dos grandes centros onde costumam estar localizadas as instituições com programas de pós-graduação (só recentemente passaram a ofertar cursos de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação).

Por outro lado, apesar de que a continuidade na formação acadêmica não seja vivenciada pela totalidade de bibliotecários do IFCE, a contribuição científica de, pelo menos, parte dela (aqueles formados como mestres) empenhou-se a seu tempo a contribuir com suas áreas de formação, com a publicação de artigos em periódicos, comunicações em eventos e livros e capítulos de livros.

A variedade de assuntos tratados nas publicações, o fato de que tais assuntos estão em grande parte relacionados às vivências no IFCE e/ou em suas bibliotecas e o fato de que os textos que tratam desses assuntos são veiculados nas principais revistas e eventos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil revelam a tamanha importância que os bibliotecários do IFCE têm no crescimento e fortalecimento de suas áreas de formação.

Portanto, se o perfil acadêmico dos bibliotecários está quase sempre atrelado às necessidades de publicação dos programas de pós-graduação a que se vinculam, o perfil de produção científica revela um quadro de bibliotecários conscientes de seu papel no questionamento e na busca de soluções para problemas de pesquisa dos mais variados, muitas vezes atrelados ao seu fazer.

6 Considerações finais

A intersecção entre atuação profissional e formação acadêmica é ainda uma meta pouco alcançável para profissionais que atuam diretamente no mundo do trabalho, especialmente para servidores técnico-administrativos do serviço público federal. Essa é a realidade dos bibliotecários, que enfrentam desafios como demandas do cotidiano, aptidões pessoais, problemas relacionados

a deslocamento geográfico e diferenciação de direitos em relação a outros servidores (docentes, por exemplo, possuem maior facilidade de se afastar ou reduzir sua carga horária para se dedicar aos estudos). Esses desafios dificultam a busca da continuidade formativa em nível de pós-graduação ou a dedicação à produção e publicação de materiais de cunho científico.

Apesar disso, percebe-se que, mesmo diante de tantos empecilhos, é ao entrar no IFCE que grande parte dos bibliotecários podem separar tempo para estudar e contribuir cientificamente na sua área. A intersecção e o entrecruzamento entre a atuação profissional e a atuação acadêmica inicialmente questionadas ocorre de forma definitiva entre os bibliotecários do instituto, de modo que, ao assumirem suas vagas, em cerca de dois anos chegam a se especializar e, em quatro, cinco, dez anos podem se titular mestres. Ou seja, a atuação profissional é fator condicionante da continuidade da formação acadêmica, e na produção científica da maioria dos bibliotecários do IFCE.

O presente capítulo encerra, dessa forma, apresentando a possibilidade de que se

dê continuidade à pesquisa aqui desenvolvida, seja acrescentando novas variáveis à pesquisa (como as outras atividades científicas elencadas na seção anterior), seja discutindo diretamente com os bibliotecários sobre como eles interpretam os dados aqui obtidos ou propondo estratégias de superação aos problemas encontrados.

O que se deve alcançar ao fim de tudo isso é a compreensão de que a formação acadêmica e a atuação profissional não são opostas, mas complementares. Elas são essenciais para que os sujeitos compreendam as dimensões do seu trabalho e do seu saber, de maneira a agir de forma reflexiva e responsável na resolução de problemas e na tomada de decisões na academia, no trabalho e no cotidiano. Essas dimensões incluem conhecimentos, habilidades e atitudes.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 237, p. 23936-23946, 12 fev. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 131, n. 248, p. 27834-27841, 23 dez. 1996.

IFCE. **Anuário estatístico 2022**: ano base 2021. Fortaleza: IFCE, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/ANURIOESTATSTICO20222021.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

IFCE. **Demonstrativo de cargos vagos e ocupados do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2023.

IFCE. Histórico. **IFCE**, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/historico>. Acesso em: 1 jun. 2023.

IFCE. **Regulamento de funcionamento das bibliotecas**. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/regulamento-bibliotecas-versao-final-revista-publicacao-portal-22_08_2018.pdf. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, M. R.; SILVA, J. S.; SANTOS-ROCHA, E. S. O profissional da informação como produtor de conhecimentos: análise bibliométrica da produção científica de bibliotecários. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2013.

VASCONCELOS, M. C. N.; FARIAS, G. B. Autoria feminina em Ciência e Tecnologia: cenário sobre a produção científica na Ciência da Informação. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, p. 5-21, 10 jul. 2020.

O Livro Eletrônico no Ensino Superior: Educação, Mercado e Política Pública

Luiz Carlos Silveira de Sousa⁹

1 Introdução

O surgimento do livro eletrônico na educação superior brasileira nos permite algumas análises a respeito do propósito e das motivações que levaram a sua adoção como material didático. Assim, objetivamos realizar uma pesquisa avaliativa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sistema do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para sistematizar a política pública de avaliação do ensino superior. Com isso, visamos compreender as implicações da inserção do livro eletrônico na política pública em questão, examinar o uso dessa tecnologia no ensino superior e analisar a questão mercadológica por trás da adoção desse recurso eletrônico por parte do governo.

Para avaliar a política pública, utilizamos o modelo de avaliação experiencial, proposto por Lejano (2012). Esse modelo combina dados quantitativos e qualitativos para compreender melhor as questões envolvidas na política. O referencial teórico para as análises foi desenvolvido a partir de uma revisão da literatura e de documentos.

É importante, para uma melhor compreensão, conceituarmos nosso objeto de estudo. O livro eletrônico nada mais é que uma versão eletrônica de um livro

tradicional impresso, que pode ser lido usando-se um computador pessoal, um dispositivo eletrônico especial de leitura (*e-readers*), *tablets* e até *smartphones*. A característica eletrônica do livro proporciona ao leitor novos modos de uso, manuseio e formas de interação, oferecendo algumas funcionalidades extras, tais como: funções de busca e referência cruzada; *links* hipertextuais; *bookmarks*; anotações; destaques; objetos multimídia; e ferramentas interativas.

É importante elucidar o que entendemos por política pública, mesmo que pareça simplista. Podemos definir política pública como o conjunto de ações que o Estado, com a participação da sociedade civil, toma para resolver problemas públicos e garantir direitos básicos aos cidadãos.

Compondo, então, a tríade teórica de análise aqui, precisamos ambientar o leitor a respeito do mercado editorial. Com a chegada do livro eletrônico, esse mercado do livro teve que se reinventar para poder se adaptar à nova realidade. Em termos internacionais, o mercado dos livros eletrônicos mostrava-se como um cenário bem promissor já em 2010. Nesse período, no Brasil era praticamente embrionário.

9. Bibliotecário do IFCE, Campus Maracanaú. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4054140716756408>.

A partir de 2012, esse cenário começou a mudar devido a alguns fatores principais: grandes empresas experientes no ramo chegaram ao país; houve a criação de consórcios de editoras que corroboraram com a produção e a distribuição dos livros eletrônicos; ocorreu uma maior difusão da internet; e surgiram ações governamentais que impulsionaram o consumo dos livros eletrônicos.

Nesse contexto, este capítulo apresenta um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre a inserção do livro eletrônico na avaliação do ensino superior do SINAES. Foi examinado seu impacto no contexto acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus* Maracanaú, com a aplicação de questionário eletrônico para os 1.345 discentes dos cursos superiores em 2019. O objetivo era identificar o uso do livro eletrônico no *Campus* Maracanaú principalmente para mensurarmos o impacto desse uso por meio do aparato tecnológico tanto na prática docente, quanto no cotidiano acadêmico dos alunos. Respondeu o questionário uma amostra de 178 discentes, com aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

1.1 A problemática da pesquisa

Depois de realizada diversas análises nos documentos da política pública de avaliação da educação superior, tendo como recorte o período em que houve a inserção dos livros eletrônicos, não identificamos nenhum registro que explicita com veemência e de forma clara o porquê da inclusão dessa tecnologia nos instrumentos de avaliação do ensino. O que encontramos descrito nos documentos do Ministério da Educação (MEC) e em outros órgãos oficiais ligados à educação é nada além da vaga necessidade de implementação de novas tecnologias na educação que consta nas leis e uma suposta demanda da sociedade civil pela inclusão do livro eletrônico.

O SINAES, a partir de 2012, promoveu alterações nos critérios das avaliações,

que ocorreram principalmente por conta da adoção do livro eletrônico. Em resumo, o processo resultou na inclusão desses livros nas unidades curriculares das disciplinas dos cursos que passam pelos processos de avaliação. Esta ação do MEC causou muito impacto, gerando mudanças que se deram, principalmente, no desenvolvimento das coleções, no dimensionamento do espaço físico e nos investimentos financeiros (Passos; Oliveira; Vieira, 2011, p. 2).

Para além do impacto que reverberou na gestão das bibliotecas e na reformulação dos Programas da Unidade Didática (PUD), no que tange às bibliografias das disciplinas, estão os desdobramentos que essa adoção acarretou aos discentes. A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil 4*, que teve como amostra a sociedade em geral, revela que 47% dizem que os livros eletrônicos de literatura (contos, romances, poesia) são os mais lidos. Os livros técnicos para formação profissional chegam a representar 33% e 21%, que indicam os livros escolares ou didáticos (Failla, 2016, p. 109).

Na revisão de literatura, Silva (2016, p. 69) obteve como resultado: i) em grande número de estudos abordando essa temática, concluiu-se que o uso por discentes e docentes ainda é baixo (mesmo já sendo uma atividade rotineira); e ii) ele é utilizado mais comumente como material complementar aos estudos (restringe-se à leitura de poucas páginas, como artigos científicos e capítulos de livros). Isso é reflexo, muito provavelmente, dos principais obstáculos encontrados pelos usuários desses livros, tais como: dificuldade com a leitura em telas (fadiga ocular); distração ocasionada pela internet (quando a leitura é realizada por meio dispositivos que possuem essa função); preferência por livros impressos; barreiras de uso com os *softwares* e *hardwares* de um modo geral (Sousa, 2019).

A inserção do livro eletrônico no ensino superior levantou questionamentos que contribuem para a nossa problemática e abarcam a tríade educação, mercado e política pública. Tais questionamentos são: A mudança foi motivada por

uma necessidade real das comunidades acadêmicas para melhorar o ensino e a aprendizagem? O livro eletrônico foi inserido nas avaliações do ensino superior no intuito de promover o crescimento do mercado desse setor? O Estado, por meio da política pública de avaliação do ensino superior, incluiu o livro eletrônico nos instrumentos avaliativos no intuito

de acompanhar a modernidade e as mudanças advindas das novas tecnologias? Ou, ainda, o Estado visou a diminuição dos custos com a aquisição de materiais bibliográficos? Para responder a esses questionamentos, é importante considerar as variáveis da tríade educação, mercado e política pública.

2 O livro eletrônico sob a luz da tríade educação, mercado e política pública

O capitalismo vem se revitalizando após a avalanche neoliberal dos anos 1980 e 1990. Esse processo se alimenta das crises que o modelo tem enfrentado desde então, principalmente em países emergentes como o Brasil. Isso nos leva a refletir sobre a idoneidade e intencionalidade das atualizações e modernidades inseridas pelo MEC nas avaliações do ensino superior (Moreira; Magalhães, 2016).

Após essas crises que o capitalismo vem passando nos últimos tempos, esse modelo econômico está sempre se reinventando. O capital estrangeiro está encontrando novas estratégias de valorização do capital, procurando ofertar “especial atenção ao mercado brasileiro, apresentando novas formas de inserção comercial do investimento direto estrangeiro no país e terminando por enquadrar categoricamente o Brasil como mercado emergente na lógica do capitalismo financeiro global” (Moreira; Magalhães, 2016, p. 204).

O MEC parece novamente estar preso às pressões neoliberais e direciona suas avaliações com vistas a uma qualidade que nos faz questionar se vai servir de fato ao processo de ensino e aprendizagem ou vai fazer com que o país cresça como mercado emergente na lógica capitalista. Quando analisamos a inserção do livro eletrônico no ensino superior, tais reflexões se fazem presentes mesmo quando queremos nos distanciar da hipótese de que o MEC fez uso da política

pública de avaliação, para atender de fato os ditames do mercado neoliberal.

Pesquisas similares às já elencadas anteriormente indicam que este novo recurso didático não conseguiu se tornar de fato um material que agregou muito ao ensino e seu uso não se tornou comum na comunidade acadêmica, principalmente entre os alunos. Para estes, os principais pontos negativos são: cansaço ocular; internet ruim; irrelevância dos livros; insuficiência de suportes para leitura; preferência pelo livro impresso. Os discentes sinalizam como positivo: acessibilidade; mobilidade; portabilidade; novas experiências de leitura; otimização do espaço físico.

É de fácil percepção que, mesmo com todas as vantagens advindas da tecnologia obtidas por este tipo de livro, o uso do livro eletrônico ainda não conseguiu a popularidade almejada. Até mesmo em países desenvolvidos, que muitas vezes disponibilizam os aparelhos eletrônicos exclusivos para a leitura, mais infraestrutura física e pessoal de apoio e uma internet de qualidade, o êxito esperado não ocorreu.

Percebemos que, apesar de vantagens como, poder ser levado em grande número por meio de um *notebook* ou *tablet* e até em *smartphones* e ser acessada por várias pessoas ao mesmo tempo, a questão do cansaço ocular (produzido pela leitura dos livros em telas) e o apego emocional dos leitores pelo livro físico

são fatos apontados pelos usuários acadêmicos como pontos que influenciam negativamente a experiência com o livro eletrônico.

Esta pesquisa apontou que, dos discentes de nível superior do IFCE *Campus* Maracanaú, mais de 60% dos alunos participantes usaram um livro eletrônico. Entretanto, 40% não faz uso desta ferramenta, apesar de a instituição ofertar um serviço disponibilizado gratuitamente, que pode ser utilizado fora do ambiente acadêmico. Porém, mais de 50% dos discentes sinalizaram ser entusiastas desse recurso na vida acadêmica, o que veio a se confirmar quando mais de 63% relataram fazer uso dos livros eletrônicos para fins acadêmicos.

Em sala de aula, 84% dos discentes que responderam esta pesquisa dizem já terem feito uso da biblioteca virtual, sendo que 45,2% disseram que esse uso ocorre “raramente” e 44% “às vezes”. Vale destacar que a Biblioteca Virtual Pearson, plataforma digital de livros eletrônicos assinada à época desta pesquisa pelo IFCE, foi a primeira a ser adquirida e possuía aproximadamente mais de 7.000 títulos disponíveis para toda a comunidade acadêmica sem restrições de uso.

Quando perguntados sobre sua preferência caso tivessem que escolher entre estudar por um livro físico e um eletrônico, a resposta majoritária dos alunos foi “livro físico” (73,8%) dentre os que sinalizaram que já tinham utilizado a biblioteca virtual. Os resultados obtidos balizam os de outras pesquisas que fundamentaram este estudo. O uso do livro eletrônico, mesmo tendo seus pontos positivos reconhecidos pelo público discente, está longe de ser o material didático principal e mais adequado para os fins acadêmicos.

Na contramão do que as pesquisas sinalizam, o SINAES adotou o livro eletrônico como recurso informacional válido nas avaliações do ensino superior, que é uma importante política pública educacional. Segundo o que consta no documento base do SINAES (INEP, 2004, p. 81), essa nova proposta tem como questão central

avaliar para melhorar os índices de qualidade do ensino, respeitando as diversidades e as especificidades das Instituições de Ensino Superior, considerando todos os elementos que as compõem. O respeito às diversidades e especificidades de cada IES não é necessariamente seguido pelo SINAES quando, por exemplo, adota os livros eletrônicos sabendo das realidades díspares das IES públicas e privadas que irão utilizar tal recurso didático.

A adoção dos livros eletrônicos tanto impacta como ocorre de formas bem diferentes nessas instituições, por possuírem origens e realidades distintas. Mas, ainda assim, analisando os instrumentos avaliativos do MEC, não encontramos nenhum indício de que serão levadas em consideração essas especificidades das IES no momento da avaliação. O uso dos livros eletrônicos encontrará mais dificuldade em sua aceitação na rede pública por, historicamente, possuírem uma realidade econômica e estrutural mais debilitada, dependente quase exclusivamente dos investimentos do Estado, que quase sempre não dispõe de muitos recursos para educação.

Nas IES da rede pública, atualmente, devido à crise financeira rotineira, detectamos na maioria situações precárias de funcionamento, problemas de infraestrutura, falta de laboratórios, dentre outros fáceis de serem observados hoje, como a falta de internet de boa qualidade, que nos faz indagar se essa adoção dos livros eletrônicos e suas bibliotecas digitais vão conseguir se manter por muito tempo sem dificuldades.

As instituições privadas, por terem recursos financeiros mais abundantes e infraestrutura física e tecnológica mais robusta, conseguem ofertar os livros eletrônicos com mais eficácia, possuindo equipes profissionais exclusivas para trabalhar somente com este tipo de material educacional e assinatura de muitas bibliotecas digitais, o que nos faz deduzir que os livros eletrônicos têm mais possibilidades de dar certo.

É certo que, para que esse novo recurso informacional funcione adequadamente,

será preciso também muito planejamento por parte de seus administradores, buscando envolvê-los desde a promoção e o treinamento de usuários para o uso desta nova ferramenta até o suporte tecnológico e financeiro. Por isso, reforçamos que as instituições de ensino precisam de um novo posicionamento perante o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que essa junção entre ensino e tecnologia é uma realidade e se faz necessária. Um dos grandes desafios dessas instituições é munir seus espaços de infraestrutura adequada para o bom funcionamento das tecnologias que estão adentrando no âmbito educacional.

Dagnino *et al.* (2016, p. 243) nos dizem que estamos em um país em “que as políticas são aqui geradas e implantadas em um ambiente marcado por uma grande desigualdade de poder, de capacidade de influência e de controle de recursos entre os diversos atores sociais”. E a inserção do livro eletrônico no ensino superior por meio da política pública de avaliação foi fruto justamente desse jogo político e econômico, em prol dos mais poderosos e influentes em detrimento dos que realmente necessitam e que fariam uso deste recurso informacional.

Essa situação pode ser percebida quando observamos os levantamentos a respeito do mercado do livro eletrônico. Em 2010, nos países desenvolvidos, o mercado dos livros eletrônicos já estava consolidado, mostrando-se um mercado bem promissor. No Brasil, contudo, esse mercado ainda não representava grande força devido à chegada tardia dessa tecnologia por aqui. Outros agravantes eram a quantidade de títulos em português, que ainda era pequena, e não existiam à venda no país os aparelhos eletrônicos exclusivos para leitura. Contudo, o país era um mercado em potencial com seus mais de 80 milhões de leitores. Assim, o Brasil mostrou-se para o mundo como um país propício a investimentos nessa área mercantil.

Já em 2012, com a chegada de gigantes do mercado do livro eletrônico, como Amazon, Kobo e Google Books, a popularidade do livro eletrônico deu

um salto. E, como aconteceu nos países desenvolvidos, o governo brasileiro, tentando assegurar a continuidade daqueles investidores no país, tratou de elaborar um meio de ajudar nesse crescimento e na popularização dos livros eletrônicos.

Assim, depois de algumas iniciativas de incentivo ao uso desses livros no ensino básico e médio, por meio da distribuição de *tablets* a professores, e a imposição às editoras para que começassem a produzir os livros físicos também na versão digital, o governo, que já era o maior comprador de livros impressos, seria também o maior consumidor dos livros eletrônicos.

No entanto, ainda diante de todos esses incentivos, o negócio dos livros eletrônicos pareceu não deslanchar e ainda crescia de forma discreta. Mesmo com a chegada dessas grandes multinacionais de tecnologia no Brasil, que ofertam seus livros eletrônicos em formatos fechados e impedem a sua leitura em dispositivos eletrônicos que não sejam da propriedade deles, em 2015, segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 4, 88% dos entrevistados, que disseram já ter lido um livro no formato digital, tiveram acesso a esses livros baixando-os na internet gratuitamente.

É preciso ressaltar também que, em 2011, antes da chegada dessas empresas, esse mesmo índice estava um ponto percentual a menos (Failla, 2016, p. 108). Isso ilustra que, no Brasil, a questão econômica da população afeta muito os negócios dessas empresas que se instalaram no país não fazendo o negócio dos livros eletrônicos emplacar como eles desejavam.

Nesse cenário, em 2012, o governo deu mais um passo na tentativa de emplacar o livro eletrônico e o inseriu na política pública de avaliação do ensino superior. A partir dali, os instrumentais de avaliação do ensino passavam a aceitar a indicação dos livros eletrônicos nas bibliografias básica e complementar dos cursos, podendo, assim, ser adquiridos e adotados pelas IES para uso no cotidiano acadêmico, tal qual o livro físico. Isso possibilitou um crescimento considerável do setor e

trouxo também mais investimentos.

O interesse do mercado pelo livro eletrônico levou grandes editoras a se unirem em consórcios para ganhar vantagem competitiva. O governo, por sua vez, preocupado em atrair investimentos externos, fez mudanças na política pública de avaliação do ensino superior para beneficiar as grandes empresas que estavam entrando no mercado brasileiro de livros eletrônicos.

Até 2015, o livro eletrônico apresentou crescimento exponencial nas vendas, mas, a partir daí, o mercado foi sofrendo constantes quedas. A movimentação de mais de R\$ 9,5 milhões de reais de 2015 tinha previsão para chegar à metade desse valor em 2020. Vale frisar que, até então, a popularização maciça do livro eletrônico não havia acontecido de fato.

Diante desse cenário, intencionalmente ou não, o Estado agiu para não deixar cair essa onda de crescimento do mercado de livros eletrônicos. No último instrumento de 2017 do MEC, é facultada às IES a presença ou não de livros físicos e eletrônicos nos programas das disciplinas. Assim, nas bibliografias básicas e complementares dos cursos, ficou permitida a indicação somente de livros físicos ou somente de livros eletrônicos, ou ainda, as bibliografias poderiam se constituir de ambos os formatos de livros.

No intuito de fortalecer ainda mais a parceria entre o Estado e o mercado, o primeiro, por meio do Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2017, reconheceu a imunidade tributária dos livros em formato digital (como acontecia já com os livros físicos). E, com isso, permitiu esse benefício também aos leitores eletrônicos, que estavam isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do imposto de importação.

Já em relação à venda desses livros eletrônicos, houve a redução a zero das alíquotas de contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e da Contribuição para

o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta (Gomes, 2017, p. 1).

Diante do que expusemos, surgiu um espectro de questionamentos sobre a intencionalidade real da adoção dos livros eletrônicos pelo MEC nas avaliações do ensino superior. Pelo que vimos, podemos constatar que a chegada do livro eletrônico no Brasil esteve relacionada também com a ajuda do Estado, que vislumbrou uma oportunidade de obter vantagem naquele volume de investimentos externos.

E, para além de inserir o livro eletrônico no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), abrangendo o ensino básico e médio, promoveu o livro eletrônico também em uma política pública para o ensino superior a partir de 2017, por meio de meio de incentivos fiscais e tributários.

Como aconteceu na maioria dos países, o livro eletrônico, que surgiu com o *status* de que iria substituir o livro físico, não conseguiu mais do que ser um nicho de mercado para as editoras. E, com o discurso de “modernizar” a educação, o governo inseriu o livro eletrônico em uma política pública, não se importando se a própria sociedade iria se beneficiar de fato do uso dessa nova tecnologia no ensino.

O livro eletrônico iria trazer vantagens para o contexto acadêmico, funcionando como uma estratégia didática auxiliar que valesse a pena tanto esforço em investimentos? Para que a resposta a esse questionamento fosse positiva, o Estado promoveu uma contribuição na promoção dos livros eletrônicos, que provocou o crescimento do setor e a entrada de grandes empresas nacionais e internacionais no ramo educacional brasileiro, sem mesmo ter como base um estudo a respeito da efetividade e da necessidade desse novo material didático na educação.

Desse modo, percebemos que assim o Estado, com o intuito de propor mais qualidade à educação, se utilizou da política pública para servir com mais ênfase ao mercado. De fato, isso também acontece em sua totalidade nas avaliações, que, por meio da medição e comparação de resultados, realizam um ranking desumano e desonesto

perante a realidade das IES de todo o país, não se importando com as particularidades e realidades distintas de cada uma.

Entretanto, segundo afirmam os documentos-base do SINAES, o Estado criou o sistema com uma proposta que não estivesse centrada somente em resultados, que trazia um aspecto mais regulatório. É preciso considerar que essa nova roupagem atende à qualidade requisitada pelo neocapitalismo vigente e tem como base as experiências exitosas de outras tentativas anteriores de avaliação do ensino superior seguidoras dos mesmos ditames.

Alguns autores, como Rothen (2006, p. 10), fazem críticas quanto a essa proposta do SINAES ser realmente nova, pois observa-se que, na prática atual de avaliações das instituições, o que acontece é uma transposição do método praticado anteriormente pelo Exame Nacional de Cursos (ENC), mas que já não era bem aceito pelas comunidades acadêmicas.

O sistema, além de regular por meio dos resultados obtidos dessas avaliações, pretende chegar a uma avaliação educativa de fato, tendo um caráter mais emancipatório. Gouveia *et al.* (2005, p. 119) entendem que o que era proposto pelo SINAES tinha um propósito de construção de um projeto de desenvolvimento da nação brasileira, em que “a avaliação não tivesse um fim em si mesma, mas que fosse parte de um conjunto de políticas públicas visando à expansão da educação superior, cuja qualificação deveria estar vinculada à sua revalorização”. Porém, podemos constatar, passados alguns anos da criação do SINAES, uma ambiguidade e um distanciamento do que foi posto na lei de sua criação, visto que a avaliação educativa citada anteriormente não é percebida claramente.

Essa avaliação promovida pelo SINAES, difundida como sendo prioritariamente de cunho educativo, enfraquece quando percebemos ações semelhantes à inclusão do livro eletrônico ocorrida de forma arbitrária e sem partir de uma necessidade real das comunidades acadêmicas, maiores beneficiários da inclusão desse novo recurso didático em suas rotinas de

ensino e aprendizagem. Essa característica educativa do sistema de avaliação não é contemplada devido o SINAES estar inserido em um ambiente neoliberal, que resulta na perda de muitas de suas nobres características citadas nos documentos de sua criação.

Os conceitos de justiça, rigor, efetividade, integração, globalidade, participação, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade, credibilidade, legitimidade, institucionalidade, continuidade, respeito à identidade institucional e sistematização se fundiram a outros conceitos neoliberais já embrenhados desde antes da criação do sistema. Com isso, muitos destes conceitos-base que estão na lei são recorrentes da prática mercantil e não da área educacional. Assim, notamos que o SINAES não foi criado somente para servir ao crescimento e desenvolvimento educacional, mas também e principalmente, para trazer a lógica do capital, do mercado e da concorrência para dentro das IES.

Observamos, neste sentido, diante do avanço desenfreado do capitalismo, que os objetivos do SINAES continuam praticamente os mesmos desde a sua criação e um dos principais é “melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação” (INEP, 2015, p. 1). Esse é, de certa forma, alcançado, porém essas melhorias trouxeram a concorrência, característica do mercado, gerando um jogo de interesses e de poder prejudicial para os que não obtêm destaque nos resultados. Isso vai de encontro aos conceitos iniciais da concepção das avaliações, pois, segundo seus documentos oficiais de criação, as avaliações preconizavam ser processual-formativas e emancipatórias. A qualidade pretendida ao ensino pelo SINAES, por meio dos indicadores criados e emitidos, quer enquadrar as IES de todo país em um *ranking* desonesto.

O que está ocorrendo de fato é a desconsideração das particularidades das instituições principalmente quando se trata de um país continental e com desigualdades gritantes. Isso acarreta uma

desenfreada disputa interna e externa entre os cursos da mesma instituição, e até com os de outras.

Essa comparação de resultados das avaliações traz tanto benefícios quanto prejuízos às instituições. Os benefícios podem surgir a partir da revisão de estratégias para as melhorias no futuro e oferecer mais qualidade às IES. Porém, isso já vinha sendo feito desde sempre, só que não da forma como o SINAES está propondo. Os prejuízos implicam nas IES da rede pública e da rede privada de ensino ou nos cursos, que recebem recursos diferenciados das gestões por ter mais visibilidade para a população. Assim, é fácil perceber que a lógica do mercado está claramente sendo inserida nesses processos de avaliação, trazendo à tona a competitividade e a individualidade.

Outro objetivo colocado pelo sistema é “melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização” (INEP, 2015, p. 1). Esse nos faz questionar também vários pontos. Essa melhoria na qualidade que o INEP explica só acontece enquanto as IES estão passando por essas avaliações, pois, depois de aprovados nas avaliações, os cursos voltam à realidade da falta de verbas e depredação da infraestrutura, por exemplo. Até que outro curso volte a passar pelos processos avaliativos e, assim, voltem a ocorrer as mudanças e a chegada de investimentos.

A expansão da oferta de cursos e vagas está ocorrendo por meio dos resultados das avaliações, o que promove o enfraquecimento e até a extinção de alguns cursos. A responsabilidade social já é descumprida primeiramente com a falta de uma boa qualidade de ensino permanente, visto que as IES têm como missão social primeira garantir esse direito aos que fazem uso de seus serviços educacionais.

O respeito à identidade institucional e à autonomia na gestão das IES é colocado de lado, quase sempre devido aos mandos e desmandos do neoliberalismo.

A inclusão dos livros eletrônicos nos instrumentos de avaliação é um exemplo do desrespeito à autonomia das IES, cerceando sua liberdade de escolha, já que tal tecnologia adentrou no ensino superior sem ser por vontade própria desses centros de ensino. A partir disso, o MEC declara ter adotado essa tecnologia após consultas e estudos a respeito do interesse dessas comunidades acadêmicas, contudo, tais estudos não se encontram em nenhum registro oficial.

Em defesa do SINAES e contra os argumentos que vão de encontro aos seus objetivos, Ristoff e Giolo (2006) compreendem que, com o sistema, todos estariam trabalhando em uma unidade integrada, para que os objetivos do SINAES, que são os de melhorar a qualidade do ensino superior, fossem realmente cumpridos. De acordo com eles, o SINAES teve nesse novo modelo uma reestruturação da avaliação dentro de uma concepção global única. Esse novo modelo melhorou os instrumentos e trouxe a integração deles entre si, dos espaços avaliativos e dos momentos da avaliação, otimizando “o uso de todos os instrumentos de informação disponíveis e criando outros considerados fundamentais” (Ristoff; Giolo, 2006, p. 201).

É nessa ideia de “concepção global única” que reside uma das principais críticas ao sistema. Assim, por mais que Ristoff e Giolo (2006, p. 200) relatem que o SINAES, em seus documentos norteadores, “tem por objetivo identificar o seu perfil [das instituições] e o significado de sua atuação, respeitadas a diversidade e a especificidade das diferentes organizações acadêmicas”, não foi bem dessa forma que as instituições receberam e entendem a finalidade do sistema. Avaliar as instituições pelo viés da concepção global passa por cima das particularidades de cada instituição, que promovia a sua educação superior influenciada, totalmente, pelas regionalidades e atendendo de perto as necessidades da comunidade local.

No modo global de avaliação, as instituições passariam a ser avaliadas tais qual o mercado mundial preconiza.

Assim, teríamos instituições dentro dos padrões de qualidade do mercado, para serem vistas pela sociedade como algo moderno e atrativo, como acontece com as instituições de ensino privadas. Souza e Oliveira (2003, p. 876) identificam que as iniciativas de avaliação desencadeadas pelo poder executivo federal a partir dos anos de 1990 serviram para inserir a noção de “quase mercado” às nossas instituições de ensino, e, como alternativa, encontraram um jeito de introduzir concepções de gestão privada no setor público, sem necessariamente alterar a sua propriedade.

De acordo com Souza e Oliveira (2003, p. 876), esse viés mercadológico “tanto do ponto de vista operativo, quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita, podendo, portanto, ser implantada no setor público sob a suposição de induzir melhorias”. Na concepção dos autores, é nas políticas de avaliação da educação que mecanismos criados em prol dessas melhorias se evidenciam com maior potencial de adequação, estando ou não associadas a estímulos financeiros.

Percebemos que, pautados na ideia de quase-mercado, o SINAES foi se atualizando e se modificando sucessivamente por meio de leis, que geraram algumas novidades. No decorrer do fortalecimento do sistema, foram introduzidos novos conceitos nos processos de avaliação. As atualizações no sistema de avaliação sempre deixaram questionamentos sobre a origem desses conceitos, pois atestamos que algumas alterações e inserções não foram oriundas das necessidades das comunidades acadêmicas, como foi o caso da adoção do livro eletrônico. Se essas atualizações não estão surgindo da demanda das IES ou em parceria com elas, faz-nos acreditar que o SINAES continua seguindo a servir os ditames do mercado.

De acordo com Souza e Oliveira (2003, p. 874), as políticas de avaliação da educação apresentam uma ideia de quase mercado e verificam que, atualmente, “inclui-se todo o processo educacional na esfera do mercado e generalizam-se

os procedimentos e valores típicos do capitalismo competitivo na gestão dos sistemas e das instituições educacionais”.

Partindo dessa corrente de pensamento, podemos deduzir que a inclusão do livro eletrônico na política pública de avaliação do ensino superior serviu ao ideal dessa política de buscar uma melhor qualidade na educação. O livro eletrônico, em tempos de valorização da sociedade pelo que é tecnológico, colabora para uma visão mais moderna da educação e para a transformação da educação em um produto de mercado com mais valor agregado.

Uma visão mais crítica diz que as avaliações servem como mecanismo de controle e massificação em prol da qualidade mercadológica, que enquadra o ensino superior nos vieses do neoliberalismo econômico. Para Gomes (2002, p. 275), a política de avaliação para o ensino superior brasileiro, nos últimos tempos, “desempenha papel central na lógica organizativo-funcional do atual sistema de educação superior”. Porém, “tornou-se o instrumento por excelência da política oficial para promover a realização [...] dos [sic] objetivos centrais do projeto educacional [...] para a educação superior”. Segundo o autor, esses objetivos perpassam por: “produzir a expansão acelerada do sistema via financiamento privado e desenvolver um moderno mercado da educação superior no Brasil”.

A partir de um olhar mais atento, podemos observar que o MEC, com esses processos de avaliação, está em grande parte inserido na ótica do capital. A forma que hoje se configura a intervenção do Estado na educação superior é entendida de duas maneiras diferentes. Existem os que defendem a dimensão positiva da avaliação, pois acreditam que essas análises e esses diagnósticos trazem para a instituição a oportunidade de refletir sobre os problemas encontrados, impulsionando a busca por melhorias.

De acordo com Gouveia *et al.* (2005, p. 104), nessa visão existe “uma certa confiança de que a qualidade e os resultados alcançados dos títulos da educação

superior sejam garantidos e ampliados”. Para isso ocorrer, “o foco na qualidade das oportunidades de aprendizagem oferecidas, nos padrões acadêmicos alcançados e nos sistemas de garantia de qualidade existentes nas instituições de educação superior”, não pode ser esquecido.

Outra dimensão encontrada é a da prestação de contas do uso dos recursos públicos. Aqui, a avaliação é entendida como uma forma de responsabilizar as instituições pelo êxito ou não, em um resultado de avaliação com uma visão mais empresarial que educacional. Gouveia *et al.* (2005, p. 105) acreditam que, dessa forma,

essa avaliação educacional é posta com esmerada sofisticação técnica para atender às demandas do Estado contemporâneo, gestor e portador de uma racionalidade empresarial mais refinada, que não poupa esforços para se adequar às modificações ocorridas na produção, destacando-se a avaliação na educação como uma forma de racionalizar recursos, alcançar a qualidade defendida pelo mercado, controlar e coletar indicadores para a tomada de decisões políticas de desenvolvimento da educação superior.

As duas dimensões de avaliação citadas trazem reflexões acerca do papel do livro eletrônico nesses vieses quando entendemos que os resultados dessas avaliações fazem com que as IES reflitam acerca dos problemas encontrados, podemos denotar que nesses resultados estarão expostos a efetividade do uso dos livros eletrônicos pela comunidade

acadêmica. Todavia, sabemos que não é bem isso que acontece. Os resultados dessas avaliações são meramente quantitativos, não tendo o interesse em saber se determinado recurso didático, incluído pela própria avaliação, está tendo o efeito esperado e desejado.

É importante ressaltar que, em relação à dimensão da avaliação que trata do controle dos gastos públicos, a inserção do livro eletrônico trouxe uma diminuição considerável dos custos na aquisição de bibliografias. O que se gastava antes com a compra de livros impressos era um valor muito alto, devido às IES necessitarem adquirir as quantidades mínimas exigidas pelo MEC. Atualmente, com a chegada do livro eletrônico, essa questão do quantitativo é inexistente, pois a acessibilidade deste tipo de material se dá por um número infinito de pessoas a uma mesma obra e ao mesmo tempo.

A partir das opiniões apresentadas, entendemos que a intenção do Estado na política pública de avaliação superior não é exclusiva. As avaliações podem contribuir para a melhoria educacional, pois estimulam as IES a investir em melhorias para obterem bons conceitos. No entanto, também reforçam a ideia de mercado e concorrência, que são valores pregados pela globalização e pelo neoliberalismo. Isso, para países como o Brasil, que ainda apresentam grandes desigualdades educacionais, pode trazer problemas, pois pode levar à concentração de recursos e oportunidades nas IES mais bem avaliadas.

3 Considerações finais

A criticidade desta pesquisa ao capitalismo e seu efeito na política pública de avaliação do ensino superior dá-se por enxergarmos, depois dessas primeiras análises nos documentos oficiais da política e da constatação de sua aplicação na prática das IES, que realmente a lógica do capital se faz presente desde a criação dessa política.

Contudo, entendemos que essas avaliações proporcionam como ponto positivo o fato de apresentarem às instituições parâmetros de qualidade, que podem ser reverberados em melhorias para elas. Questionamos que essas avaliações são realizadas com o cunho meramente quantitativo, não se importando tanto com outras ações promovidas pela instituição,

como treinamentos, ações culturais e campanhas sociais, por exemplo.

No entanto, a questão também está em como esses resultados quantitativos são aproveitados pelas instituições para o provimento de melhorias na qualidade dos serviços para a sociedade. Muitas vezes, as interpretações dos dados obtidos nessas avaliações são mal aproveitadas. Esses resultados das avaliações têm que ser utilizados para ir além da obtenção de autorizações, credenciamento e recrenciamento de cursos e precisam ser interpretados de forma holística, visando ao benefício de toda a instituição.

Essa lógica do capital inserida nas políticas públicas de avaliação do ensino superior, desde as primeiras iniciativas de criação de instrumentos de avaliação até hoje, é identificada quando observamos que as tentativas em prol da qualidade do ensino não visavam somente ao benefício de nosso povo. No decorrer de várias iniciativas em busca dessa ilusória identidade nacional, observamos que estamos diante de um “equilíbrio de antagonismos” quase que constantemente.

Freyre (2014, p. 69) se embasa nisso ao afirmar que “a formação da sociedade brasileira é igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos”. Atestamos que esse problema na formação da sociedade brasileira é um espelho e reflete em outras áreas, como política, economia e, certamente, educação brasileira.

Na tentativa de atender aos nossos anseios educacionais próprios, vivemos em uma gangorra, tentando equilibrar essas vontades que o mercado mundial dita. Constatamos que nossa educação vem sofrendo constantes assédios dessa lógica neoliberal, cujo intuito é fazer de nossas instituições de ensino meros produtos educacionais cada vez mais sem identidade, porém prontos para serem vendidos e consumidos pela sociedade, que identifica neles a qualidade que o mercado tanto busca, produz e comunica por meio de seus *rankings* avaliativos.

Constatamos isso ao percebermos que, desde o descobrimento de nosso país até

os dias atuais, nós não conseguimos nos tornar menos dependentes de nossos algozes colonizadores. Como bem disse Prado Jr. (2011, p. 29-31), o Brasil, como todos os outros países colonizados nos trópicos, resultou de uma “vasta empresa colonial”, organizada em torno de “grandes unidades produtoras que reúnem um número relativamente avultado de trabalhadores” (negros, indígenas e de outras raças) dirigidos pelo colonizador branco. E é assim que, praticamente, continuamos hoje, já que ainda somos meros fornecedores de matéria-prima para a riqueza de outros.

O cenário descrito sofreu mudanças, mas ainda apresenta características neoliberais. Não é mais colonial, mas industrializado. Infelizmente, essas mudanças sempre foram intencionadas, regidas pelo mercado mundial, ainda mais agora, com o neoliberalismo desenfreado. Até mesmo na educação, que poderia ser o caminho para mudanças reais, observamos a dependência externa sem escrúpulos que o país já conhece há muito tempo.

Com isso, desde as primeiras iniciativas de criação de instrumentos de avaliação até hoje, as tentativas em prol da qualidade do ensino brasileiro não visavam somente ao benefício das IES e das comunidades acadêmicas, vide como exemplo a inclusão do livro eletrônico na política pública de avaliação do ensino superior, que não teve aval legal nenhum das comunidades que iriam sofrer o impacto dessa adoção.

Não houve sequer uma preocupação por parte do MEC em trabalhar a inclusão digital antes da inserção do livro eletrônico, para que o processo de adoção deste livro eletrônico não alcançasse tantas barreiras e dificuldades na assimilação desse objeto pela população. E não podemos considerar que a ação de distribuição de *tablets* aos professores do ensino médio, uma das primeiras ações do Estado nesse sentido, seja considerada em prol da inclusão digital, pois esses aparelhos eletrônicos foram distribuídos sem a existência de qualquer treinamento para o uso pessoal e profissional.

Essa questão da inclusão digital poderia ter sido realizada caso o MEC tivesse feito uso de dados de pesquisas como a Retratos da Leitura no Brasil, que iniciou em 2001 e já possuía quatro edições (a última em 2016). Na quarta edição, podemos enxergar essa necessidade de ações voltadas para a inclusão digital; na pesquisa, o percentual de pessoas que, em 2015, nunca tinha ouvido falar em livro eletrônico representava 52%, e, dos 41% que já tinham ouvido falar sobre este tipo de livro, somente 26% já haviam realizado a leitura em um livro eletrônico (Failla, 2016, p. 106).

Percebemos, diante desses fatos, que a nossa educação sofreu e ainda sofre constantes assédios da lógica neoliberal, com o objetivo de que nossas instituições se tornem produtos educacionais cada vez mais sem identidade, porém prontos para o mercado. Para conseguirmos fazer a inversão dessa lógica, precisamos estar cientes de que, mesmo diante de tantas tentativas de melhorias em nossa educação por meio das avaliações do ensino, sempre estivemos realizando tais mudanças com vistas à qualidade cada vez mais voltadas a fazer um maior bem ao Estado e às suas relações externas do que propriamente à sociedade.

No Brasil, o capitalismo é particularmente desumano, fazendo com que cada vez mais as desigualdades existentes se alastrem para um patamar assustador. Nosso País, desde muito tempo, porém mais notadamente nesse período neoliberal, está servindo para enriquecer as outras nações que se instalam no território e, praticamente, saqueiam nossas riquezas naturais, utilizando nossa mão de obra e pagando sempre muito pouco por isso.

É possível constatar isso quando observamos os incentivos da distribuição de *tablets* a professores do ensino médio, de inclusão do livro eletrônico no PNL D e no ensino superior, por meio da política pública de avaliação, por exemplo, ações que o Estado brasileiro desenvolveu, e criando, além disso, oportunidades para que as grandes empresas de tecnologia mundial adentrassem em nosso país e

tivesse terreno fértil para se assentarem e tomarem conta de nosso mercado. Em troca dessa abertura de mercado que oferecemos, quase nada é retornado à população mais precisada. Grande parte do lucro dessas transações é direcionado para os 7% dos brasileiros mais ricos do Brasil, que aplicam essa riqueza fora de nosso País.

Até quando o Brasil terá fôlego para resistir a tamanho descaso? Até quando a população ficará assistindo a essa degradação do País sem se rebelar? Como bem sugeriu Santiago (2016, p. 40), a mudança desse quadro se iniciará a partir de uma revolução social no País, “uma revolução, ao que tudo parece, intermitente, no tempo de espera do ‘deixa-estar’, ainda ensopada pelo ‘equilíbrio dos antagonismos’ freyriano, mas que se amplia no horizonte de maneira otimista”. A fala do autor nos traz uma esperança para que não deixemos de acreditar na força dessa sociedade, que, cada vez mais munida de informações, pode sim vir a realizar mudanças revolucionárias.

Enfim, sabemos que as mudanças precisam ser tomadas para mudar os rumos do País e isso será arduo, pois muitas forças irão surgir contra esse intento, como historicamente comprovamos ao nos reportar à formação social e econômica da nossa sociedade brasileira. Mas não podemos deixar de acreditar que essa lógica do capital que está inserida no mundo como um todo comece a ser modificada o mais breve possível.

Assim, intentamos que as discussões tratadas neste estudo sirvam de alerta para o leitor a respeito da inclusão desmedida do livro eletrônico em uma política pública com o intuito de atender bem mais aos ditames mercadológicos e financeiros e aos interesses do Estado do que propriamente à população que vai fazer uso deste aporte educacional. Buscou, dessa forma, ser esta pesquisa um instrumento de fundamentação para as lutas sociais contra essas forças capitalistas, que querem transformar nossa educação em mercadoria, a partir de ações governamentais descabidas e sem propósito ético.

Referências

- DAGNINO, R. *et al.* Metodologia de análise de políticas. *In*: DAGNINO, R.; CAVALCANTI, P. A.; COSTA, G. (org.). **Gestão estratégica pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 183-263.
- FAILLA, Z. (org.). **Retratos da Leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 49. ed. São Paulo: Global, 2014.
- GOMES, A. M. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.
- GOMES, F. G. Um novo olhar sobre a decisão do STF para livros digitais. **Câmara Brasileira do Livro**, [s.l.], 29 mar. 2017.
- GOUVEIA, A. B. *et al.* Trajetória da Avaliação do Ensino Superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004). **Estudos em Avaliação Educacional**, [s.l.], v. 16, n. 31, 2005.
- LEJANO, R. P. **Parâmetros para análises de políticas**. Campinas: Arte Escrita, 2012.
- MOREIRA, C. A. L.; MAGALHÃES, E. S. Inserção internacional, mercado interno e crescimento. *In*: SOUSA, F. J. P.; NOISEUX, Y. (org.). **Trabalho, desenvolvimento e pobreza no mundo globalizado**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 187-210.
- PASSOS, J. R.; OLIVEIRA, R. M. V. B.; VIEIRA, S. M. P. **Processo de avaliação do MEC para educação superior e os e-books**. Campinas: PUC, 2011.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RISTOFF, D.; GIOLO, J. O Sinaes como Sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.
- ROTHEN, J. C. **Ponto e contraponto na avaliação institucional**. [S.l.]: ANPED, 2006.
- SANTIAGO, E. G. **Brasilidades**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.
- SILVA, S. F. **Acesso e uso dos livros eletrônicos do Portal CAPES**. 2016. 212 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- INEP (Brasil). **Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- INEP (Brasil). **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância**. Brasília, DF: MEC, 2015.
- SOUSA, L. C. S. **A inserção do livro eletrônico na avaliação do ensino superior do SINAES**. 2019. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

Questões Teóricas e Epistemológicas **para se Pensar a Informação Indígena nas Bibliotecas do IFCE**

Cinthia Thamiris Fernandes¹⁰

Erinaldo Dias Valério¹¹

1 Introdução

Este capítulo apresenta um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que trata do tema informação indígena nos acervos das bibliotecas do IFCE, e que parte do princípio de que o saber (conhecimento/ciência), ao longo do século XXI, vem traçando uma perspectiva decolonial, no que se refere à informação indígena, fato esse observado na revitalização da memória indígena e da diversidade étnica, as quais formam a identidade brasileira, e em processos educativos e informacionais decoloniais, que buscam ressignificar e despender maior atenção à informação indígena e à promoção de uma educação voltada à inclusão social.

Nesse sentido, o tema abordado vem ganhando uma dimensão teórico-científica significativa no campo das Ciências Sociais Aplicadas, como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (CI), sob a perspectiva dos estudos epistemológicos decoloniais, que além de contribuir para o processo de inclusão social no sistema educacional, devem ser capazes de provocar a busca por conhecimentos e ampliar as percepções de mundo necessárias para resguardar histórias, saberes e práticas ancestrais, como é o caso dos estudos sobre informação indígena.

Entende-se, aqui, a informação indígena como aquela constituída sobre os e a partir dos povos indígenas, seja por meio das narrativas orais, das práticas culturais cotidianas, das experiências vividas dentro e fora das aldeias, seja por meio de um texto, uma música, uma imagem e outras fontes de informação.

Para as bibliotecas e os demais ambientes informacionais, tal concepção deve apontar para a necessidade de se cultivar a percepção de que grupos/sujeitos sociais possuem modos de vida, características e culturas variadas. Por essa compreensão, pressupõe-se que as bibliotecas devem se remodelar e se reconhecer como um espaço social e informacional que atende a grupos/sujeitos sociais diversos e que, a partir disso, desenvolvem ações informacionais afirmativas que vislumbram a operacionalização de práticas sociais, com foco em produtos e serviços que atendem aos anseios de todos os públicos.

Por outro lado, há um fator que merece atenção: os profissionais de educação (pessoas docentes, pesquisadoras e bibliotecárias) carecem de formação acadêmica e de atualização curricular que os propicie colaborar com o processo de emancipação provido pela valorização

10. Bibliotecária do IFCE, Campus Cedro. Mestra em Biblioteconomia pelo Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9318230615539148>.

11. Professor do magistério superior na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Recife. Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8493209936697007>.

dos conhecimentos tradicionais, de modo que se tornem capazes de produzir e disseminar conhecimentos sobre os estudos étnico-raciais e desmistificar visões estigmatizadas sobre pessoas indígenas, suas histórias e suas culturas. Diante disso, considera-se aqui que a formação de acervo de informação indígena deve ser entendida como um dos principais instrumentos de apoio pedagógico que as bibliotecas das instituições de ensino podem prover a fim de oferecer uma educação para as diversidades.

É importante destacar também que, além de servir como instrumento de formação e atualização, a informação indígena permite também vislumbrar o cumprimento da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que aponta para a construção de relações sociais mais inclusivas entre os diferentes indivíduos, quer sejam pessoas indígenas, negras ou brancas, por meio de uma nova dinâmica pedagógica, que influencie, diretamente, na produção de representações e relações coletivas livres de desigualdades sociais, tanto no contexto educacional como para além dele.

Diante desses apontamentos e pensando-se mais especificamente no acervo físico das bibliotecas do IFCE e na prática bibliotecária nelas desenvolvida, reconhecendo seu potencial informacional, educacional e cultural e o tomando como ponto de partida, apresentou-se como questão-problema a seguinte pergunta: como o acervo informacional presente no Sistema de Bibliotecas (SIBI) do IFCE pode contribuir para que as bibliotecas e a atuação bibliotecária promovam o acesso à informação indígena, pensando no reconhecimento e na valorização das histórias e culturas indígenas na Educação Básica?

No recorte desta pesquisa que ora perfaz este capítulo, objetiva-se a partir da exploração na literatura científica da Biblioteconomia, da CI e de áreas correlatas, indicar estratégias informacionais para valorização da informação indígena, que considerem a formação e atuação bibliotecária, uma vez que, como afirmado anteriormente, acervos com informação indígena podem representar um dos

principais recursos informacionais e educativos no apoio didático-pedagógico às instituições de ensino que as bibliotecas e as pessoas bibliotecárias podem oferecer, de modo que a Educação Básica possa cumprir com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas.

Para o desenvolvimento discursivo desta pesquisa, decidiu-se optar pela perspectiva do pensamento decolonial, sempre tomando como mote a afirmação da escritora e ativista do movimento negro feminista bell hooks, para quem faz-se imprescindível entender que, “quando escrevemos sobre experiências de grupos aos quais não pertencemos, devemos pensar sobre a ética de nossas ações, considerando se nosso trabalho será usado ou não para reforçar e perpetuar a dominação” (Hooks, 2019, p. 101).

Assim, corroborando com Hooks (2019), é imprescindível explicitar o privilégio de fala sociopolítico da pesquisadora e autora deste estudo, enquanto mulher branca e não indígena, mas que se entende como pessoa aliada às causas indígenas e que defende que essa luta alcança um propósito que cabe a qualquer pessoa, em qualquer âmbito, desde que reconheça o poder de fala dos povos originários como protagonistas de suas próprias narrativas/conhecimentos, ou seja, que a historicização própria das pessoas indígenas, como forma de autorrepresentação, deva ser narrada por quem a pertence por direito.

Desse modo, a composição teórica desta pesquisa priorizou estudos acadêmico-científicos de pessoas pesquisadoras indígenas, para, assim, exprimir respeito às cosmovisões originárias, questionando o conhecimento científico dominante ocidental/eurocêntrico/hegemônico e revitalizando o conhecimento indígena, especialmente, aqueles dedicados aos estudos sobre informação indígena no campo da Biblioteconomia. Logo, propôs-se a tecer considerações que provoquem reflexões mais abrangentes sobre um outro modo de fazer ciência, na tentativa de romper com os moldes dominantes e as estruturas de escrita ocidental.

Para efetivar-se, a presente pesquisa caracterizou-se como um estudo bibliográfico e exploratório, de abordagem qualitativa, que utilizou como fontes de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), recuperando material pertinente à temática da pesquisa e que possibilitasse fundamentar a composição do referencial teórico, mesmo considerando que, em termos teórico-científicos, o tema proposto se encontra em um estágio consideravelmente inicial, visto que é escasso o desenvolvimento de pesquisas no campo da Biblioteconomia e da CI.

Isso posto, a construção deste estudo prezou pela tentativa de quebrar paradigmas, enraizados pelo sistema de colonialidade do saber, do poder e do ser do conhecimento dominante eurocêntrico, partindo do pensamento decolonial, rompendo com quaisquer formas de hierarquização de raças, gêneros, etnias e conhecimentos e desenvolvendo um arcabouço teórico-científico pautado na informação indígena pelo viés da decolonialidade do ser, do saber e do poder e de procedimentos metodológicos que se aproximem e dialoguem com as práticas de pesquisa originárias.

Ainda sobre esse ponto, é importante o entendimento de que relacionar a Biblioteconomia e a CI às teorias de estudos decoloniais é, na prática, um processo que se forma por meio da mudança de pensamentos ou, melhor, da construção de novas formas de pensar e produzir a informação, não mais voltadas para a manutenção de posições de

domínio e de subalternidade que tinham como referência única a colonialidade do saber europeu. Trata-se de propor “uma abordagem que respeite as mais diversas formas de produção e troca de saberes” (Alves, 2021, p. 2), ao passo em que se reconhece que essa abordagem se tornará mais abrangente, não se restringindo à teoria, mas alcançando até mesmo a prática cotidiana.

Tal reconhecimento nesta pesquisa aponta para o fato de que uma das principais missões das bibliotecas corresponde, exatamente, à democratização do acesso à informação. Em outras palavras, significa dizer que as pessoas bibliotecárias e as bibliotecas em que atuam devem estar profissionalmente aptas a decolonizar seus fazeres, buscando construir acervos que se aproximem de pautas da contemporaneidade, a ponto de formar bibliografias que representem e dialoguem com pessoas, identidades e culturas diversas. Segundo Alves (2021), isso se reflete na necessidade de recorrer às mais diversas formas de epistemologias e saberes, possibilitando aos grupos que foram subalternizados a construção de seus próprios conhecimentos.

Faz-se importante observar, que sob essa perspectiva, a atuação das pessoas bibliotecárias nas decisões estratégicas sobre os planos pedagógicos das instituições de ensino às quais estão ligados, refletiria uma contribuição que perpassa a lógica do paradigma tecnicista (ou seja, refletindo maior ênfase na organização, guarda e recuperação de documentos), e assumiria um papel de caráter educacional, social, informacional e decolonial.

2 Informação indígena na biblioteconomia e na ciência da informação

2.1 A dimensão social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação

A Biblioteconomia e a CI são áreas do conhecimento que têm a informação

como objeto de estudo, mas nem sempre este objeto foi pensado sob uma perspectiva social. Acrescenta-se ainda o fato de que as práticas e a produção de conhecimentos nessas áreas sempre carregaram uma dependência intelectual

em relação ao conhecimento eurocêntrico ocidental. Essa dependência, advém da ideia de que o pensamento moderno europeu se sobrepõe a outras formas igualmente válidas de produzir conhecimento como aquelas provenientes do contexto africano, latino-americano e indígena, devendo aquele permanecer hegemônico (Amâncio; Pastore, 2019).

Entretanto deve-se ressaltar o surgimento de perspectivas mais contemporâneas dessas áreas em que a informação vem sendo apropriada sob uma ótica social, ampliando o escopo de pesquisas e passando a pensar os fluxos de informação a partir dos fluxos da prática de vida cotidiana, como pode-se perceber nos estudos sobre a temática étnico-racial na CI, cuja relevância epistêmica é evidente e sobre os quais são incorporados debates sobre a informação e a metainformação étnico-racial (Silva Júnior; Schneider, 2020).

Bezerra *et al.* (2016) ressaltam que a CI, ao longo dos anos, ateu-se à análise dos mais diversos fenômenos informacionais, tendo como objeto central de pesquisa a informação. Esses fenômenos aglutinam diferentes domínios, espaços e campos de análise, a saber: a memória, a organização, o acesso, o uso, a ética, a gestão e as políticas de informação. Todavia para validá-la como Ciência Social é importante destacar a necessidade de que a produção do conhecimento científico assuma um posicionamento histórico, econômico e político.

Já a Biblioteconomia é também considerada uma área social, principalmente pelo fato de que mantém amplo diálogo com outros campos do conhecimento, como o i) das Ciências Humanas (Educação, História, Antropologia, Psicologia, Filosofia e Sociologia) e o ii) das Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Economia e Comunicação). Os fundamentos epistemológicos, técnico-pragmáticos e político-pedagógicos dessas áreas são importantes pontos a serem observados na Biblioteconomia, colaborando na identificação e na proposição de possibilidades de aplicação nas bibliotecas ou em quaisquer unidades de informação.

A influência da teoria social sob a Biblioteconomia tem seus primeiros estudos produzidos em grande escala em meados da Idade Moderna, ampliando suas vertentes na Idade Contemporânea, no início do século XIX. Tais estudos caracterizam-se pelo seu aspecto de compreensão conceitual sobre sociedade, sobre o social e a socialização, assim como a outras questões relacionadas ao desenvolvimento social, o que incide sobre o caráter transversal entre os campos mencionados no parágrafo anterior, “acerca do desenvolvimento da sociedade e dos fenômenos sociais” (Silva, 2018, p. 26).

Apesar disso, pode-se situar uma efetiva virada social nos estudos biblioteconômicos por volta de 1960, nos Estados Unidos da América (EUA), tendo como mote a preocupação em ressaltar o compromisso e a responsabilidade social da profissão. Isso ocorreu quando se deram conta da posição de neutralidade profissional da Biblioteconomia diante situações como a censura no desenvolvimento de coleções e o fato de que o processo de produção de sistemas de classificação de acervos desconsiderava questões étnico-raciais e de gênero (Fontes, 2019).

Por outro lado, no Brasil, Silva (2018, p. 29) destaca a posição em que a Biblioteconomia brasileira foi colocada, apontando que “Historicamente, a predominância de representação biblioteconômica é calcada nas duas primeiras assertivas (subserviência e passividade/inércia)”. Exemplo disso é a interferência direta do Estado, no âmbito municipal, estadual e federal, na constituição em grande medida da formalização contratual da área.

Além disso, Silva e Valério (2018, p. 118) também demonstram que os primeiros cursos de Biblioteconomia no Brasil nasceram a partir de propostas que admitiam fortes influências norte-americanas e influências francesas, destacando que “a influência Norte-Americana se sobressaiu à influência francesa, que tinha um caráter mais humanístico”. A partir disso, nota-se que, desde a criação das escolas de Biblioteconomia brasileiras, as influências intelectuais norte-americanas e europeias são priorizadas.

É nesse sentido que Silva e Saldanha (2018) tecem críticas ao campo devido à forte influência epistêmica estadunidense, por não reconhecer a pluralidade de abordagens teóricas possíveis que não as ocidentais. Isso conflui para o fato de que a formação do pensamento biblioteconômico, ao se apoiar no modelo hegemônico de figuração estadunidense, acabou por favorecer também o avanço de epistemologias colonizadoras dentro dos estudos da área ainda no final do século XX.

Entretanto apesar de que Silva e Saldanha (2018) reconheçam “que a teia fundacional de um dado território epistêmico, como em [Biblioteconomia e a Ciência da Informação], se torna extremamente rígida, difícil de ser destituída”, é importante aceitar que são novos tempos e que novos estudos e práticas podem ser desenvolvidos. Tais estudos e práticas contribuiriam para o contínuo processo de descolonização do próprio fazer e saber da Biblioteconomia (Silva; Valério, 2018).

Almeida Júnior (1997, p. 90) corrobora, afirmando que “[...] é inegável a identidade entre o pensamento bibliotecário e a ideologia burguesa”, porém, isso deve mudar de maneira que nos seus fazeres práticos e científicos, “[...] a Biblioteconomia não [possa] ser mais considerada como reprodutora da ideologia dominante, dos valores daqueles que detêm o poder” (Almeida Júnior, 1995, p. 9). É necessário romper com o paradigma epistemológico atual, condicionado ao poderio colonizador, que designa “[...] um controle e previsibilidade negativa acerca da atuação das bibliotecas” (Silva, 2018, p. 30), e que é evidenciado na passividade das pessoas bibliotecárias e na sua falta de mobilização política.

2.2 Os estudos étnico-raciais e a necessidade de rompimento com o paradigma epistemológico dominante

Acredita-se aqui que uma das possibilidades de se romper com o atual

paradigma epistemológico dominante rumo à descolonização do saber, é enveredar-se por caminhos antes rejeitados, como é o caso das experiências étnico-raciais que representam o viver fora do eixo Europa-Estados Unidos. Para Valério (2019, p. 23), uma possibilidade é fazer com que a produção de conhecimento sobre estudos étnico-raciais no âmbito da Biblioteconomia e da CI, sobretudo quando se trata do objeto de pesquisa “**informação**”, possam ser pensadas como e a partir da prática social, representando as relações étnico-raciais como “elemento mediador” e visando reconhecer necessidades outras de informação, a fim de atendê-las. Essas produções ainda devem ser capazes de promover:

Um debate plural para inserir a educação das relações [étnico] raciais entre suas práticas científicas, [...] divulgar a importância e contribuição de grupos [negros e indígenas] historicamente discriminados. [...] Trabalhos como este procuram contextualizar essa temática e promover discussões que demonstrem de que forma a produção, disseminação e apropriação de informações possuem caráter transformador (Valério, 2019, p. 23).

ale ressaltar que os estudos étnico-raciais na Biblioteconomia e na CI representam um avanço no fazer científico de ambas as áreas “uma resposta crítica à desumanização no modo de fazer ciência a partir da linha de pensamento ontológico moderno-colonial” (Silva Júnior; Schneider, 2020, p. 24). A partir de críticas contundentes aos modos de produção do conhecimento e modelos epistemológicos ocidentais, Ballestrin (2020) corrobora apontando que é preciso que haja um olhar amplo acerca dos diferentes modos de ensino e aprendizagem e assim como da diversidade de modos e processos de educação, que ao se articular a processos de produção de conhecimentos e de narrativas diversas, apresentam possibilidades de decolonizar o conhecimento e revitalizar narrativas no âmbito do Sul Global.

No texto “*Conceituando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos*

feministas e o desafio das epistemologias africanas”, a socióloga e feminista nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2019, p. 171) ressalta que a produção do conhecimento que envolva “o comportamento, a história, a sociedade e as culturas humanas”, independentemente do contexto, tem maior complexidade quando visto para além do pensamento hegemônico euroestadunidense. Amâncio e Pastore (2019) acrescentam que todo conhecimento produzido no campo das Ciências Sociais e Humanas deve assumir um poder de denúncia sobre essa hegemonia do conhecimento eurocentrado.

A principal contribuição da Biblioteconomia e da Ciência da Informação nessa ação de denúncia pode estar associada à apresentação de uma nova abordagem sobre a informação, sob uma perspectiva étnico-racial. Entretanto, segundo levantamento de Laurindo (2021), fundamentado por pensadores da área da CI, é perceptível a diversidade de entendimentos sobre o conceito de informação, uma vez que o conceito de informação não passa por uma consensualidade, pois, como evocam Capurro, Hjørland e Cardoso (2007, p. 155), “[...] informação é o que é informativo para uma determinada pessoa [...]”.

Mas, sabendo que um dos principais traços que a informação apresenta é o seu caráter social, pode-se afirmar, que a abordagem sobre questões étnico-raciais se apresenta como necessária para a Biblioteconomia e a CI. Além disso, essa abordagem pode mais do que romper com o paradigma dominante euroestadunidense e pensar formas locais de lidar com a informação, incluindo, por exemplo, as experiências indígenas, fornecendo uma “contribuição inestimável para ampliar a visibilidade dos povos indígenas e favorecer o entendimento das questões relacionadas a esses povos” (Paiva; Ramalho; Carvalho, 2017, p. 15). Oliveira e Aquino (2012) corroboram apontando que o conceito de informação indígena, na perspectiva da CI, é pensado a partir dos estudos étnico-raciais africanos, também chamados de estudos sobre “informação étnico-racial”.

2.3 O conceito de informação étnico-racial e o caminho para se pensar a informação indígena

Paiva (2014) utiliza o conceito “informação étnico-racial” para se pensar o conceito de informação indígena, pois de acordo com Oliveira (2010, p. 56) a informação étnico-racial compreende

[...] todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e [que] tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana (Oliveira, 2010, p. 56).

Ou seja, ela incorpora tanto o aspecto objetivo da informação, no que diz respeito a conteúdos disponibilizados em diversos suportes, como o aspecto subjetivo, no que se refere ao potencial de produção do conhecimento de determinado grupo étnico. Apesar de que tenha surgido com o objetivo de conceituar informação africana e afrodescendente, sua abrangência permite facilmente com que seja possível aplicá-la na determinação do conceito de informação indígena, visto que esta trata de um conjunto de grupos étnico-raciais específico (os povos indígenas) e dos conhecimentos por eles produzidos.

É importante, porém, ressaltar como afirma Paiva (2014) que o termo “informação étnico-racial” não deve ser utilizada com o objetivo naturalizar rotulações uniformizantes acerca dos povos indígenas, como historicamente a cultura ocidental impôs sobre culturas diversas, mas considerar que este termo contempla uma grande diversidade de etnias. Desse modo, a informação indígena deve ser entendida e defendida “como aquela referente aos povos indígenas, que engloba diversos tipos de textos, independentemente do suporte, e trata do conhecimento dos indígenas e sobre eles” (Paiva, 2014, p. 65), apontando para o fato de

que a sua adoção pela Biblioteconomia e CI implica na necessidade de seu uso se referir à informação indígena como representação de todo conhecimento produzido pelos povos originários.

Sobre isso, Valério (2018, p. 37) corrobora afirmando que a presença da informação étnico-racial nos estudos da informação pode desempenhar um papel fundamental na sociedade como um todo, “permitindo a construção de identidades sociais, culturais e estabelecendo práticas emancipatórias”. Já no âmbito deste capítulo e, em maior grau, da pesquisa da qual ele faz parte, o uso da informação indígena, independentemente da forma como foi registrada ou como é utilizada para disseminar conhecimento, pode vir a suprir necessidades informacionais em diversos grupos, indígenas e não indígenas, sob um viés decolonizador e antidominante.

2.4 Decolonialidade como posição de ruptura epistemológica

Sobre a questão do conceito de decolonialidade, Aníbal Quijano é conhecido como um dos principais teóricos do pensamento decolonial e um dos integrantes do grupo Modernidade/Conhecimento, reconhecido por tecer críticas às formas de produção de conhecimentos advindas de ideais colonialistas e de base eurocêntrica, desde a invasão de Abya Yala (como vem se convencido chamar o território americano atualmente sob uma perspectiva indígena e decolonial).

Para Quijano (2005), a teoria decolonial se constitui da reflexão acerca dos conceitos de colonialidade e colonialidade do poder, percorrendo a síntese das relações políticas, econômicas e culturais na América Latina. A colonialidade do poder se expressa na imbricação entre os processos econômicos e políticos, referentes ao capitalismo, e os processos de subjetivação e classificação de grupos sociais, como acontece, por exemplo, na distinção racial entre pessoas consideradas brancas, negras e indígenas. Tal colonialidade ainda estabelece as formas

de imposição de subjetividades, no âmbito da existência social, assim como da autoridade coletiva (Espinosa, 2015).

Catherine Walsh (2017) também adota o termo “decolonial/decolonialidade” em contrapartida a “descolonial/descolonialidade”, por compreender a decolonialidade como um caminho de luta contínuo, no qual se possa identificar, tornar visíveis e estimular “lugares” de exterioridade e construções “alter(n)ativas”. Já em relação ao conceito de descolonialidade, Walsh (2017) argumenta que o prefixo em espanhol “des” pode ser entendido como um simples desarmamento, desfazimento ou reversão do que é colonial, como se fosse possível ir de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que os padrões e traços do domínio colonial pudessem simplesmente deixar de existir. Por isso que ao assumir-se uma posição decolonial, os sujeitos reconhecem que não há um estado nulo de colonialidade, mas posições, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, (re)criar e influenciar.

Decolonizar é, portanto, desenvolver a nível pessoal, acadêmico e político, assim como em outros aspectos da vida, contraposições que não possam mais aceitar, dentro desse lugar do não aceite, as narrativas ocidentalizadas, uma vez que, como afirma a pesquisadora indígena Maori, Linda Tuhawai Smith (2018, p. 4), “aceitar é nos perder, é concordar total e implicitamente com tudo o que foi dito sobre nós. Resistir é recuar nas margens, recuperar o que éramos e nos refazermos”.

Ao trazer a visão decolonial para o campo da Biblioteconomia e da CI, busca-se, de início, entender o que é decolonialidade e como ela se efetiva na prática. Segundo o pesquisador indígena Alvaro de Azevedo Gonzaga (2021), o movimento decolonial manifesta a busca por práticas e ações que fomentem e emancipem as formas de pensamento daqueles ditos grupos subalternizados. Ele propõe, ainda, perante os processos de globalização, pensar criticamente, fora da perspectiva eurocêntrica, novas

epistemologias e políticas que se comprometam em não ofuscar as diversas identidades étnicas indígenas.

Com a teoria decolonial seria possível refletir sobre a própria origem da CI e das primeiras escolas de Biblioteconomia no Brasil, que foram, como afirmado anteriormente, fixadas sobre os moldes consequentes da colonialidade e modernidade, estabelecendo-se com a globalização pela colonialidade do poder, do saber e do ser, e propor um projeto político-acadêmico capaz debruçar-se em reconhecer múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, bem como a subalternização colonial do poder sobre populações e sujeitos. É também a partir da visão decolonial que se pode perceber a necessidade de se ampliarem os estudos sobre informação indígena na Biblioteconomia e na CI.

2.5 Informação indígena como projeto decolonial na Biblioteconomia e na Ciência da Informação

Partindo da perspectiva social da Biblioteconomia e da CI, que leva em conta os diversos contextos sociais, históricos, econômicos e culturais no processo de reflexão científica, é possível reconhecer na informação um aspecto de construção (Chaves, 2018). A informação pode ser reconhecida como construção de sentidos, na qual se destaca o papel do sujeito, assumindo as posições de “construtor” e “construído”. Nesse sentido, a informação é compreendida como um construto social. Entende-se aqui também que a informação estruturada como um elemento com sentido (Le Coadic, 2004) pode ser considerada um fenômeno, que vai se transformando ao longo do tempo. Nesse caso, a informação indígena deve ser reconhecida como um fenômeno informacional inerente aos povos indígenas e construído a partir de sua experiência histórica (Mello, 2019), contrariando a ideia hegemônica de que apenas certas pessoas podem ser consideradas detentoras do poder sobre a informação (levando em conta a lógica

das sociedades modernas e do mercado capitalista de que “ter informação” é “ter poder”).

Para a Biblioteconomia e a CI, isso não significa estudar a informação indígena apenas como um fenômeno isolado, mas reconhecer que os saberes indígenas, negros, quilombolas, assim como de outros grupos e povos serão essenciais na constituição de uma nova Biblioteconomia e uma nova CI, como áreas que se afastam de dimensões relacionadas à colonialidade do saber, do poder e do ser e que se aproximam de conceitos, teorias, saberes e práticas não canonizadas, sob uma perspectiva decolonial (Alves, 2020).

Tais dimensões relacionadas à colonialidade se refletem ainda no contexto contemporâneo por meio de relações de dominação e de desumanização como o racismo, a xenofobia e o sexismo, dentre outros meios de exclusão. A noção da decolonialidade se apresenta como alternativa para se construir um projeto político-epistêmico, um novo paradigma que se distancie do pensamento colonial (que permanece vivo) e que surge a partir dos próprios “sujeitos coloniais que se situam nas fronteiras, sejam elas físicas ou imaginárias” (Silva Júnior; Schneider, 2020, p. 25).

Ao posicionar-se contra o pensamento colonial, os sujeitos coloniais (ou seja, originários de territórios colonizados) demonstram que lugar epistêmico e lugar social são dois quadros diferentes (Silva Júnior; Schneider, 2020) e que os sujeitos, mesmo colocados em posição de sujeito oprimido, não necessariamente devem pensar epistemologicamente a partir da subalternidade. Ou seja, o lugar social do sujeito oprimido não deve ser o lugar epistêmico imposto pela epistemologia eurocêntrica hegemônica, que é consolidada pelo mundo moderno e assume caráter universalista, estabelecendo lugares sociais de fala que demarcam localização geopolítica e hierarquizações racial, de classe e de gênero.

Tal situação é revertida quando a luta epistêmica, epistemológica e política **emerge** a partir grupos cujos saberes são

subalternizados que se articulam e reúnem esforços para também alcançar a visibilidade informacional (Pimenta, 2016). Para a Biblioteconomia e a CI isso deve significar buscar se libertar de uma redoma castradora em relação aos saberes locais subalternizados, que, na maioria das vezes, endossa discursos estrangeiros e desconhece teorias e estudos desenvolvidos por pessoas pesquisadoras da América Latina, sobretudo brasileiras (Amorim; Saldanha, 2016).

A ascensão do pensamento decolonial, no século XXI, tende a desestruturar e invalidar o pensamento colonial universalista autoritário, como um mecanismo de lutas revolucionárias pela reconstrução e produção de um conhecimento libertador e emancipatório. Segundo Silva Júnior e Schneider (2020, p. 26), a partir do pensamento decolonial é possível trabalhar questões como “multiculturalismo, especialmente a sistemática desautorização da perspectiva interpretativa dos oprimidos do sul global”, passando

[...] a entender que a visão decolonial é uma forma de emancipação de sujeitos que foram deslegitimados pelo colonialismo e também no pós-colonialismo, assumindo que essa postura não põe a narração do sujeito excluído em posição de centralidade, embora o pós-colonialismo se proponha ao reconhecimento da diferença. Decolonialismo é uma forma de reconhecimento de diferentes realidades, considerando que essas realidades são situadas não só geográfica e historicamente, mas também no que diz respeito às identidades sociais, tanto as que foram criadas como as que foram silenciadas e desautorizadas epistemicamente durante o colonialismo (Silva Júnior; Schneider, 2020, p. 26).

Por essas razões, a atitude decolonial epistêmica ensejada pela Biblioteconomia e pela CI é uma demonstração de que a colonização do ser, do poder e do saber deve ser desconstruída e desmantelada, caracterizando-se por um tempo de mudança. Em virtude disso, seus estudos devem priorizar o empoderamento dos saberes de determinados

sujeitos subalternizados, respeitando suas próprias produções de conhecimento, a exemplo da própria informação indígena, segundo Amorim e Saldanha (2016) e Mello (2019), no mundo da vida real, ou seja, no mundo da pluridiversidade étnica e racial, existem pessoas com distintas formas de pensar, sentir e fazer, para além dos cânones intelectuais epistêmicos norte-americanos e europeus, que fogem desse modo de pensamento pautado no poder de controle.

2.6 Os efeitos do pensamento decolonial e da informação indígena na prática profissional da Biblioteconomia e da Ciência da Informação

Corroborando com o exposto acima, infere-se que a postura decolonial, assim como a própria discussão sobre informação indígena, desvela a dimensão social da Biblioteconomia e da CI, revelando-se como espaços de contribuição na luta contra o racismo, a discriminação e o preconceito. Além disso, contribui na luta contra o epistemicídio, ao passo em que valoriza o lugar de fala dos povos indígenas, descortinando a decolonialidade do poder, do saber e do ser e apontando para a compreensão da informação como resultante de práticas sociais por meio da aproximação aos estudos das relações étnico-raciais e da informação indígena.

Mas para superar o paradigma dominante, Silva (2018, p. 31) acrescenta que algumas propostas de mudanças devem ser pensadas de forma conjunta entre representantes da academia, dos profissionais que atuam no mundo do trabalho e de órgãos de classe. Tais propostas incluiriam a

Criação de modelos e práticas dinâmicas para organização de bibliotecas; criação de índices e indicadores para atuação em bibliotecas; criação/proposição de instrumentos tecnológicos para atuação das bibliotecas e do bibliotecário; criação/proposição de instrumentos pedagógicos para atuação da biblioteca e do bibliotecário; criação de modelos de gestão da

informação e do arcabouço aplicativo do fazer biblioteconômico-informacional; estímulo às práticas de empreendedorismo biblioteconômico-informacional; e fortalecimento das atividades de pesquisa e fundamentação teórica em Biblioteconomia no sentido de criar/propor serviços e produtos de informação (Silva, 2018, p. 31).

Essas iniciativas desenvolvidas em colaboração entre o ambiente acadêmico e os de formação das políticas institucionais refletem na necessidade de se contribuir com a ascensão “de novos temas de pesquisa, ensino, extensão vinculados à política e educação no espectro biblioteconômico-informacional” (Silva, 2018, p. 31) e romper com a herança colonizadora. Deve haver uma preocupação no que concerne à formação acadêmica, curricular e profissional, por uma atualização que supere o viés tecnicista e pragmático e ponha em debate questões sociais, político-pedagógicas e epistemológicas.

Além disso, as bibliotecas e as pessoas bibliotecárias atuantes e ativas no processo educacional devem superar a “filosofia da educação como ideologia de redução dos problemas sociais” (Gomes, 2016, p. 743) e buscar participarem como mediadoras processo pedagógico escolar diante da gestão educacional das instituições de ensino às quais estão ligadas, lutando por uma educação emancipadora, que trate da história e da cultura de

povos subalternizados, como os povos indígenas, sob uma perspectiva decolonial.

Diante disso, faz-se importante observar e repensar a responsabilidade social da pessoa bibliotecária e a sua atuação como profissional da informação, em face das temáticas étnico-raciais, devendo tais profissionais adotarem, como afirma Pinto (2009, p. 1882 *apud* Chaves; Freitas, 2018, p. 57), uma postura de “agente de (des)colonialidade do saber, [para que venham a contribuir para o] no resgate/recuperação/difusão dos saberes/conhecimentos de grupos não hegemônicos, como são os povos indígenas”.

Dessa forma, é possível refletir sobre os processos de mediação da biblioteca também como processos de inclusão pedagógica, cultural e informacional, de modo que respeitem a alteridade de grupos e sujeitos – nesse caso, os povos indígenas –, valorizem a diversidade cultural e promovam a luta contra qualquer forma de desigualdade e discriminação étnica, cultural e social. Assim, além de ser um espaço de aprendizagem e conhecimento, a biblioteca deve ser um ambiente “de disputa, de resistência, de militância, de compromisso e de política” (Chaves; Freitas, 2018, p. 54), que está diretamente relacionado ao que Henriette Gomes (2014) e Almeida Júnior (2009, 2015) chamam de uma não neutralidade nas práticas informacionais, acadêmicas e profissionais da pessoa bibliotecária.

3 Diálogos conclusivos

O processo de viver resulta das condições de comunicação que favorecem a interação entre indivíduos/grupos com o universo e que resultam, também, do reaprender, em uma estreita relação entre o ser humano e o meio. Entretanto devido à colonização, os povos indígenas e a sua relação com sua origem, espaço, terra e memória sofreram intervenções que se estendem à atualidade e continuam a ter efeito negativo sobre suas relações intersubjetivas. Suas identidades foram constantemente impedidas de serem inscritas na história ou foram

deturpadas, de forma que a esses povos foram impostas outras identidades por um processo colonial devastador.

Nesse tocante, esta pesquisa percebeu que a inserção da informação indígena no campo das Ciências Sociais Aplicadas, principalmente da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tende a abrir espaço para a reflexão sobre teorias, epistemologias e metodologias não ocidentais e não eurocêntricas, como as teorias decoloniais, capazes de afirmar e problematizar a participação dos povos indígenas, no processo de construção de uma nação

multicultural, reafirmando suas culturas e direitos. Assim também pode colaborar com a desmistificação dos discursos hegemônicos estereotipados que submetem os povos indígenas ao primitivismo, ao exotismo, à selvageria e à desumanidade.

Para que os acervos das bibliotecas do IFCE acompanhem o progresso da pauta indígena e sejam capazes de promover o acesso, o reconhecimento e a valorização dos aspectos históricos e culturais dos povos indígenas na educação básica, seus gestores devem assumir um posicionamento ético e de responsabilidade social na prática. Isso pode se dar por meio de uma educação inclusiva, que vise facilitar a mediação da informação para a diversidade de usuários que compõem seu público, de forma a não interferir negativamente em suas subjetividades, mas colaborar para sua emancipação independentemente dos espaços sociais em que vivem e dos papéis que desempenham em uma estrutura social.

Além disso, trabalhar a questão indígena nas bibliotecas do IFCE poderia ser considerado um caminho para pôr em prática a Lei nº 11.645/2008. Uma das possibilidades de efetivar esse caminho, seria através da formação de acervos de informação indígena. Entretanto contabilizando a quantidade total de obras encontradas nas bibliotecas dos 33 *campi* existentes no IFCE, que, de acordo com os dados coletados no SophiA Biblioteca, correspondem a um total de 62.114 (sessenta e dois mil, cento e quatorze) livros catalogados, apenas 252 (duzentos e cinquenta e dois) títulos desse total correspondem a obras classificadas como informação indígena.

Ou seja, apesar do caráter emergente da discussão sobre a informação indígena, nos acervos das bibliotecas do IFCE foi identificada a pouca presença de materiais bibliográficos que a representasse. Com os dados recuperados pelo sistema SophiA Biblioteca, é certo afirmar que essa ausência pode se dar por inúmeras premissas, desde a falta de conhecimento sobre a aplicabilidade da lei, pelo lugar de subalternização em que os povos indígenas foram historicamente colocados, até a falta de conhecimento das obras de literatura indígena.

Desse modo, de acordo com o mapeamento realizado, confirma-se que o acervo informacional indígena presente nas bibliotecas do IFCE ainda apresenta pouca representatividade perante a totalidade das obras que o compõem, podendo ser um indicativo de que tais bibliotecas ainda se mantêm alinhadas de forma acrítica um modelo eurocêntrico de dominação colonial. Ademais, ao analisar a promoção e o acesso à informação indígena, pensando no reconhecimento e na valorização das histórias e culturas indígenas, o lugar epistêmico dessas bibliotecas se encontra sob um contexto de reprodução de conhecimentos eurocentrados, das chamadas sociedades modernas/capitalistas.

Nesse sentido, ao analisar a obrigatoriedade dos estudos sobre informação indígena, no que diz respeito ao cumprimento da Lei nº 11.645/2008 nas 33 bibliotecas do IFCE, ainda há uma lacuna a ser preenchida, dada a insuficiência de materiais bibliográficos recuperados.

Partindo para a ambiência externa às bibliotecas do IFCE, ao explorar literatura científica da Biblioteconomia e CI, outro ponto que pode causar essa escassez literária pode estar relacionada a própria formação acadêmica das pessoas bibliotecárias que nela atuam, supervaloriza o paradigma tecnicista da profissão e que distancia as pessoas bibliotecárias do paradigma social, não os preparando para sugerir estratégias informacionais que conduzam à inclusão da informação indígena nos acervos.

Há ainda a possibilidade de os que profissionais da educação (docentes, pessoas pesquisadoras, estudantes e outros públicos) possuam pouco interesse nos estudos étnico-raciais indígenas. Consequentemente, as epistemologias coloniais continuam sendo reproduzidas por meio de discursos, comportamentos e práticas pedagógicas e metodológicas que contrariam a decolonialidade do poder, do saber e do ser.

Para superar tal realidade, propõe-se aqui como estratégias informacionais para valorizar a informação indígena nas bibliotecas do IFCE:

- a) pensar a aquisição de novos materiais bibliográficos sobre informação indígena, valorizando e reconhecendo os aspectos históricos e culturais desses povos, de modo a pensar na promoção de ações afirmativas pela causa indígena;
 - b) repensar práticas didático-pedagógicas e metodológicas e a atualização curricular que abranja o ensino das histórias e culturas indígenas, na sala de aula, mas também por meio da promoção de eventos, palestras e novas fontes de informação indígena;
 - c) divulgar iniciativas acadêmicas, ações e projetos já existentes, como o Selo Nyota, formado por pessoas bibliotecárias e licenciadas em Biblioteconomia que participam do processo editorial e do suporte à comissão científica avaliadora das produções científicas desenvolvidas por mulheres, pessoas negras e indígenas e população LGBTQIA+, para divulgar suas pesquisas, descobertas científicas e experiências profissionais para a comunidade em geral;
 - d) estimular a participação das pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas do IFCE em Grupos de Trabalhos (GTs) que já desenvolvem ações voltadas aos interesses e às aspirações das populações indígenas, como o grupo de trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB).
- Em síntese, o debate levantado nesta pesquisa considerou aspectos como a decolonização de metodologias, visando romper com o pensamento eurocêntrico e propiciar a disseminação de fontes de informação indígena. Tais fontes devem promover a desestigmatização da imagem da pessoa indígena historicamente estereotipada e combater o silenciamento e a deturpação de suas narrativas e seus conhecimentos. Os espaços informacionais, como as bibliotecas do IFCE, devem oportunizar o acesso à informação indígena e desenvolver práticas que conversem com temas emergentes na sociedade, os quais merecem atenção e devem alcançar todas as pessoas.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública**: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, n. 15).
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 2, n. 1, 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; APB, 1997.
- ALVES, U. S. A busca por uma biblioteca decolonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIAS(OS) NEGRAS(OS) E ANTIRRACISTAS, 2., 2021, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2021.
- ALVES, U. S. Por uma biblioteconomia decolonial. **CRB-8**, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://crb8.org.br/oldsite/por-uma-biblioteconomia-decolonial/#:~:text=Em%20suma%2C%20pensar%20uma%20biblioteca,do%20poder%2C%20saber%20e%20ser>. Acesso em: 13 maio 2023.
- AMÂNCIO, H. P.; PASTORE, M. D. N. A persistência da colonialidade na educação escolar no Moçambique contemporâneo. **Cadernos de África Contemporânea**, Salvador, v. 2, p. 9-35, 2019.

- AMORIM, B. R. P.; SALDANHA, G. S. A ciência da informação entre os feitiços dos centros de ciência e os antídotos dos “laboratórios da vida”. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 9, n. 2, 2016.
- BALLESTRIN, L. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, [s.l.], 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>. Acesso em: 13 maio 2023.
- BEZERRA, E. P. *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, maio/ago. 2016.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B.; CARDOSO, A. M. P. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007.
- CHAVES, M. F.; FREITAS, L. S. A biblioteca deveria estar do nosso lado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: ENANCIB, 2018.
- ESPINOSA, S. Identidad y otredad en la teoría descolonial de Aníbal Quijano. **Ciencia Política**, [s.l.], v. 10, n. 20, p. 107-130, 2015.
- FONTES, S. R. **Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis**: olhares e percursos. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov. 2016.
- GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.
- GONZAGA, A. A. **Decolonialismo indígena**. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.
- HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- LAURINDO, K. R. **Informação e memória que resistem**: quilombo Vidal Martins em Florianópolis. 2021. 214 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- MELLO, R. P. S. **O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- OLIVEIRA, E. B. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- OLIVEIRA, H. P. C.; AQUINO, M. A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2012.
- OYĚWÙMÍ, O. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES; N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 171-182.
- PAIVA, E. B. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade**: Estudos, [s.l.], v. 24, n. 1, 2014.

PAIVA, E. B.; RAMALHO, F. A.; CARVALHO, E. T. G. Informação indígena na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal da Paraíba. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 10, n. 2, ago./dez. 2017.

PIMENTA, R. M. As rugosidades do ciberespaço: um contributo teórico aos estudos dos web espaços informacionais. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 77-90, maio/ago. 2016.

PINTO, A. A. O profissional da informação como agente de (des)colonialidade do saber. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais** perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 1-27.

SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHNEIDER, M. A. F. Contribuições da ética da informação para os estudos étnico-raciais. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Porto, n. 13, p. 23-32, 2020.

SILVA, D. M. F.; VALÉRIO, E. D. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação**

política. Florianópolis: ACB, 2018. v. 1, p. 105-128.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil. *In*: SPUDEIT, D. *et al.* **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 291-318.

SILVA, J. L. C. Perspectivas Sociais em Biblioteconomia: percepções e aplicações. *In*: SPUDEIT, D. F. A. O.; MORAES, M. B. (org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN, 2018. cap. 1, p. 25-47.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

VALÉRIO, E. D. A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais. *In*: OLIVEIRA, D. F. A. *et al.* **Formação e atualização política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 269-283.

VALÉRIO, E. D. **Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de políticas públicas**. 2019. 181f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir**. Quito: Editora Abya Yala, 2017. (Serie Pensamiento Decolonial).

Avaliação da Coleção Bibliográfica da **Biblioteca do IFCE Campus Crato**

Jorgivania Lopes Brito¹²

Ana Karolyne Nogueira de Sousa¹³

Narajane de Souza Monteiro¹⁴

Weima de Lavor Vieira¹⁵

Elieny do Nascimento Silva¹⁶

12. Bibliotecária do IFCE, Campus Crato. Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1457971356541114>.
13. Bibliotecária do IFCE, Campus Crato. Mestra em Biblioteconomia pela UFCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958884810108047>.
14. Auxiliar de Biblioteca do IFCE, Campus Crato. Mestranda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Graduada em Biblioteconomia pela UFCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4115176923871061>.
15. Assistente Administrativo do IFCE, Campus Crato. Mestrando em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2628793539802064>

1 Introdução

O desenvolvimento de coleções é uma atividade primordial nas bibliotecas. Por estar alinhado à missão e aos objetivos dessas unidades de informação, sua institucionalização possibilita que os interesses e as necessidades informativas de sua comunidade sejam atendidos satisfatoriamente. A prática dessa atividade inclui desde a seleção e aquisição de materiais bibliográficos relevantes à comunidade acolhida pela biblioteca, até o descarte, etapa final da vida útil do material para a organização, além da manutenção e atualização frequentes da coleção.

Nesse ciclo, a avaliação da coleção é uma etapa que deve acontecer com constância, pois permite analisar criteriosamente ações propícias para o desenvolvimento e crescimento (qualitativo e quantitativo) do acervo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, que atribui à União o dever de instituir mecanismos de avaliações para assegurar a qualidade da educação superior brasileira, as bibliotecas e os recursos bibliográficos colocados à

disposição da comunidade são avaliados por comissões *ad hoc*, designadas pelo Ministério da Educação (MEC), para verificar, *in loco*, por meio de instrumentos avaliativos, o cumprimento dos padrões de qualidade recomendados pela União (Brasil, 1996).

Para cumprir o que é preconizado pelo MEC, as Políticas de Desenvolvimento de Coleções devem ser consideradas pela equipe e atender o máximo de critérios postos pelo Governo na avaliação das condições dos materiais didático-pedagógicos pertinentes ao ensino presencial e/ou à distância, disponíveis na instituição como ferramentas de apoio ao ensino e à aprendizagem.

Nesse contexto, as bibliotecas e seus recursos bibliográficos são avaliados como uma categoria de análise da quarta dimensão do instrumental de credenciamento e autorização de cursos superiores de instituições universitárias, correspondente a “Instalações”. De acordo com a Secretaria de Educação Superior, a categoria de infraestrutura da biblioteca está presente em um indicador específico devido à forte

influência que acrescenta na qualidade dos cursos, sendo avaliada sob os indicadores “espaço físico” e “acervo e serviços”, os quais relacionam aspectos essenciais e complementares de avaliação, sendo verificados em dois níveis: atendimento ou não-atendimento (Brasil, 2002).

O acervo bibliográfico das bibliotecas das IES é prioritariamente avaliado de acordo com a necessidade de leitura básica e complementar relacionada às disciplinas apresentadas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Em vista disso, o número de títulos e de exemplares das bibliotecas das IES é estabelecido a partir do acervo indicado nos ementários dos PPCs, que pode englobar quaisquer tipos de materiais, desde que catalogados no sistema de informatização utilizado na biblioteca e/ou que estejam disponíveis para acesso remoto. Nesse indicador, são aferidos critérios ligados à disponibilidade e à adequação ao quantitativo de itens dispostos – títulos e exemplares por discentes.

Por entender que a avaliação de coleções permite vislumbrar pontos fortes e fracos do acervo, subsidiando as bibliotecas a encontrarem maneiras de melhorar sua capacidade de atendimento às necessidades informacionais da comunidade, este capítulo verifica a disponibilidade da coleção de materiais didáticos das bibliografias para as disciplinas iniciais obrigatórias (1º e 2º semestres) dos cursos de nível superior do IFCE *Campus Crato*. Os cursos analisados são Bacharelados em Zootecnia, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Letras – Espanhol. Tais

materiais são gerenciados pela Biblioteca Professor José do Vale Arraes Feitosa, com o objetivo de subsidiar as necessidades informacionais da comunidade no apoio ao ensino e à aprendizagem.

Este estudo teve como objetivo analisar uma das etapas do processo de formação e desenvolvimento de acervo, a avaliação. Conforme Cunha e Cavalcanti (2008), a avaliação consiste na medição, tanto quantitativa quanto qualitativa, do grau de qualidade do acervo em relação ao nível de atendimento das necessidades dos usuários. Na percepção de Vergueiro (1989), a avaliação é a fase mais significativa, pois permite uma revisão abrangente de todas as etapas anteriores, desde o início até o final, ou seja, de todo o processo.

A esse respeito, Lancaster (2004) ressalta que, durante a avaliação de acervo, é possível determinar quais obras são relevantes ou não para a biblioteca; para isso, é necessário identificar fatores como qualidade, adequação, obsolescência e mudanças nos interesses dos usuários. Esse processo é importante para otimizar o uso de recursos financeiros limitados e pode ser usado como ferramenta para melhorar as políticas de desenvolvimento de coleções.

Discutir a Avaliação no processo de formação de acervos é essencial para aferir a qualidade dos produtos e serviços ofertados aos usuários, visando ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas. Portanto, é uma temática que precisa ser dialogada no campo biblioteconômico, visto ser uma ação fundamental para a gestão de bibliotecas.

2 Desenvolvimento de coleções e avaliação

É indiscutível o papel preponderante do bibliotecário no equilíbrio e no uso adequado dos recursos financeiros destinados à aquisição de materiais bibliográficos para as bibliotecas do setor público. Para tanto, o conhecimento teórico e prático do processo de desenvolvimento

e gerenciamento de coleções contribuirá nas decisões e no atendimento das demandas informacionais dos usuários, e, de forma efetiva, na missão institucional.

De acordo com Miranda (2007), a gestão da coleção contribui fundamentalmente para a execução dos objetivos

16. Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Campus Juazeiro do Norte. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1365092858604074>.

das bibliotecas, uma vez que a formação, o desenvolvimento e a organização do acervo deve ser um processo permanente, e deve estar em sintonia com as necessidades de informação da comunidade assistida. O desenvolvimento de coleções é definido como um processo cíclico e ininterrupto, formado por seis etapas: estudo da comunidade (perfil da comunidade), políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento; e avaliação da coleção (Vergueiro, 1989; Evans, 2000).

De modo geral, realizar avaliação do acervo possibilita identificar os pontos fortes e fracos, corrigir as fragilidades da coleção, diagnosticar possíveis problemas, verificar lacunas e falhas nas primeiras etapas de seleção das obras, assim como influenciar nas etapas finais do processo no descarte. Isso posto, é importante manter uma avaliação constante do acervo para que esteja sempre em consonância com as necessidades dos usuários e os objetivos da instituição.

Vergueiro (1989) pontua que esse procedimento não é homogêneo, pois cada tipo de biblioteca tem suas especificidades. A coleção de uma biblioteca pública terá um desenvolvimento distinto da coleção de uma biblioteca universitária, escolar ou especializada, pois atende a públicos diferentes e possui ênfases distintas. No caso das bibliotecas dos IFs, porém, essa situação se torna ainda mais complexa, uma vez que não há unanimidade entre os pesquisadores e bibliotecários sobre que tipologia as representaria, principalmente pelo fato de que, como apontam Santos, Gracioso e Amaral (2018), tais bibliotecas lidam

diariamente com desafios singulares devido à diversidade de seu público, que compreende usuários oriundos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

Essa diversidade é resultante do fato de que, conforme a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, nos institutos são ofertados cursos em diversas modalidades e níveis de ensino, como: cursos de formação inicial e continuada presenciais ou na modalidade EAD; cursos técnicos integrados, concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio regular ou na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, podendo também serem presenciais ou em EAD; e cursos superiores de tecnologia, assim como bacharelados, licenciaturas e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (Brasil, 2008).

Por atender a essa diversidade de cursos, as bibliotecas dos IFs têm uma diferenciada das instituições de ensino tradicionais (escolares e universitárias). É neste sentido que aqui escolheu-se a terminologia “bibliotecas multiníveis” defini-las, pois conforme Moutinho (2014), elas apresentam características mistas, ao atenderem usuários de diferentes níveis e modalidades de ensino. Desse modo, averiguar o processo de avaliação da coleção da biblioteca José do Vale Arraes Feitosa, do IFCE *Campus Crato*, é fundamental para compreender a complexidade que gira em torno da formação e do desenvolvimento de coleções em uma unidade de informação que atende a públicos diversos, em momentos diversos de formação, mas que são unidos pela educação formal provida por um instituto federal.

3 Avaliação das bibliografias dos cursos superiores do IFCE *campus Crato*

Os resultados aqui apresentados são provenientes de análise de dados extraídos das bibliografias básica e complementar dos 1º e 2º semestres

dos cursos de Zootecnia, Sistemas de Informação e Letras-Espanhol do IFCE *Campus Crato*. Extraídos os dados, esses foram inseridos em planilhas no

Microsoft Excel para a tabulação, como forma de organizar e sistematizar a análise das informações. Elaborou-se três planilhas (uma para cada curso) destinadas ao *checklist* das categorias **disciplina** e **título**. Para a análise dessas categorias, observou-se as variáveis **idioma**, **forma de aquisição** e **atualidade**. O ordenamento dos dados se deu no agrupamento das disciplinas e dos títulos das bibliografias do primeiro ano.

Para conferir a existência dos títulos extraídos das bibliografias supracitadas, foram realizadas buscas simples no catálogo *on-line* da biblioteca SophiA e no catálogo de livros digitais da biblioteca virtual “Minha Biblioteca”, no período de 17/04/2023 a 21/04/2023, com intuito de verificar a disponibilidade de cada título mencionado nas disciplinas, bem como das variáveis idiomáticas, atualidade e forma de aquisição. É importante ressaltar também que se averiguou sobre a existência de processos de aquisição em andamento, concluindo que a última aquisição de materiais bibliográficos foi realizada no ano de 2021 e que não há processo de compra (em aberto ou em finalização) de livros no IFCE *Campus* Crato no ano de 2023 para que fosse adicionado na coleta de dados da pesquisa.

Historicamente, como parâmetro de avaliação dessas bibliografias utilizava-se os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sob responsabilidade do INEP/MEC, que em suas edições de 2008, 2010, 2012 e 2015 estabeleciam a indicação, por disciplina, de no mínimo três títulos nas bibliografias básicas e cinco títulos nas bibliografias complementares (INEP, 2008, 2010, 2012, 2015).

Entretanto a edição vigente desses instrumentos, publicada em 2017, passou a não estabelecer mais uma quantidade mínima de títulos, indicando, em substituição, que as bibliografias devem estar referendadas por relatório de adequação, assinado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, comprovando a compatibilidade, em cada

bibliografia básica e complementar da disciplina, entre o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo (INEP, 2017).

Nesse cenário, em que o NDE passou a ter grande responsabilidade ao referendar as quantidades mínimas de títulos nas ementas dos PPCs dos cursos, as bibliotecárias do IFCE *Campus* Crato continuam recomendando como parâmetro, à direção, coordenação e docentes dos cursos, as quantidades mínimas estabelecidas nas edições anteriores do instrumento de avaliação, de modo a garantir a razoabilidade e proporcionalidade do acervo disponível na biblioteca e, consequentemente, um acesso coerente com as demandas da comunidade acadêmica. Esta pesquisa, portanto, considerou a indicação mínima de três títulos na bibliografia básica e cinco títulos na complementar, como parâmetro de avaliação do acervo.

Durante a coleta dos dados, foi possível perceber que a maioria das ementas dos cursos de Zootecnia e Sistemas de Informação não estão em conformidade com os parâmetros adotados no *Campus* em relação às quantidades mínimas exigidas para os títulos das bibliografias básicas e complementares. Todavia, o curso de Letras atende a quantidade mínima exigida nos PPCs. No total, para os três cursos, consultou-se 37 disciplinas e 262 títulos.

As tabelas a seguir descrevem o ementário dos cursos supracitados. Nesse aspecto, as eventuais disponibilidades baixas de certos títulos não refletem necessariamente o acervo geral da biblioteca em análise. Assim sendo, é possível que outras obras relevantes às disciplinas estejam disponíveis, mas que não constem nas próximas tabelas por não estarem listadas nas ementas pelos docentes.

A Tabela 1 tem como objetivo visualizar a disponibilidade de títulos da coleção bibliográfica para a comunidade acadêmica do curso de Zootecnia.

Tabela 1 – Disponibilidade de títulos da coleção bibliográfica do curso de Zootecnia do IFCE *Campus Crato*

Bacharelado em Zootecnia					
Nº	Disciplinas	Títulos na ementa	Disponíveis	Não disponíveis	% Disponibilidade
1º semestre					
1	Anatomia animal	4	2	2	50%
2	Introdução à Zootecnia	5	4	1	80%
3	Introdução à Informática	3	1	2	33,33%
4	Zoologia	9	6	3	66,67%
5	Matemática	6	6	0	100%
6	Química Orgânica	3	1	2	33,33%
2º semestre					
7	Anatomia animal II	5	1	4	20%
8	Parasitologia	2	1	1	50%
9	Legislação ambiental	3	1	2	33,33%
10	Física geral	4	4	0	100%
11	Estatística experimental	5	4	1	80%
12	Bioquímica	6	1	5	16,67%
Total		55	32	23	58,18%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Para a leitura inicial do quadro, é importante lembrar que os resultados positivos (ou seja, acima de 50% dos títulos indicados estão disponíveis no acervo) são aqueles destacados com as variações das cores verde. Em contrapartida, os resultados negativos (ou seja, que representam as disciplinas em que menos de 50% dos títulos indicados estão disponíveis no acervo), estão sinalizados com variações na cor vermelha. Portanto, é possível perceber que, no total dos dois semestres do curso de Zootecnia, cinco disciplinas apresentam ter mais de 50% dos títulos disponíveis no acervo, cinco disciplinas com menos de 50%, e duas disciplinas com exatamente 50% dos títulos disponíveis.

Quando contabilizado em seu total geral, é perceptível que somente 58,18% dos títulos recomendados nos dois primeiros semestres do curso estão sendo ofertadas aos alunos. Logo,

torna-se uma realidade deficitária para os alunos e o curso, em que as cadeiras introdutórias, que dão base para as futuras disciplinas, não estão suprimindo a necessidade total dos alunos, reque-rendo a aquisição de novos títulos para compor o acervo da biblioteca referente ao curso de Zootecnia.

Vale ressaltar que os dados demonstram que as disciplinas de Matemática e Física, que além do Ensino Superior também são contempladas pelo Ensino Médio, apresentam o percentual de 100%, refletindo o fato de que tais obras atendem de forma mais abrangente o maior quantitativo de usuários da instituição. O mesmo acontece com a disciplina de Estatística, comum aos cursos de Sistemas de Informação e Zootecnia e, que talvez por isso, possui um quantitativo de itens satisfatório no acervo. Em contrapartida, os dados revelaram baixa porcentagem de disponibilidade de

títulos em disciplinas do núcleo específico do curso como Legislação Ambiental e Bioquímica, pontuando que há disparidade entre a bibliografia indicada nos PPCs e os possíveis exemplares disponíveis no acervo.

A análise quantitativa revelou que há distinção entre a necessidade das bibliografias das disciplinas com o acervo disposto pela biblioteca. Vergueiro (2010) pontua que as considerações quanto às características e necessidades dos usuários é premissa básica para a definição

dos materiais incorporados ao acervo que poderão trazer à comunidade assistida. Desta forma, avaliar o acervo conforme os PPCs do curso é uma condição *sine qua non* para suprir as necessidades informacionais dos usuários.

A Tabela 2 apresenta os resultados da coleta do curso de Sistemas de Informação quanto à disponibilidade e ausência das obras impressas e digitais, bem como a porcentagem desse acesso.

Tabela 2 – Disponibilidade de títulos da coleção bibliográfica do curso de Sistemas de Informação do IFCE *Campus* Crato

Bacharelado em Zootecnia					
Nº	Disciplinas	Títulos na ementa	Disponíveis	Não disponíveis	% Disponibilidade
1º semestre					
1	Cálculo Diferencial e Integral	6	6	0	100%
2	Fundamentos de Sistemas de Informação	7	6	1	85,71%
3	Inglês Instrumental	7	3	4	42,86%
4	Fundamentos de Ciência da Informação	6	2	4	33,33%
5	Introdução à Filosofia	6	3	3	50%
6	Algoritmos e Programação I	6	4	2	66,67%
2º semestre					
7	Introdução à Administração	6	6	0	100%
8	Algoritmos e Estrutura de Dados	6	4	2	66,67%
9	Português Instrumental	6	5	1	83,33%
10	Lógica Matemática	6	3	3	50%
11	Algoritmos e Programação II	6	5	1	83,33%
12	Matemática Discreta	6	5	1	83,33%
Total		74	52	22	70,27%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Os dados coletados evidenciaram um percentual de disciplinas com margem positiva, que atendem às diretrizes dos documentos avaliativos do MEC. A disciplina Cálculo Diferencial e Integral tem o resultado bastante positivo, com 100% dos títulos disponíveis. Destaca-se também a disciplina Introdução à Administração, que também possui 100% de disponibilidade.

Em contrapartida, verifica-se que há um índice de disciplinas com quantitativo de títulos inferiores, carecendo, dessa

forma, de um diálogo mais efetivo entre biblioteca, coordenações e direção do *Campus* para suprir essa demanda. A disciplina Fundamentos de Ciência da Informação possui a menor disponibilidade apresentada na Tabela 2, seguida da disciplina Inglês Instrumental, com 33,33% e 42,86%, respectivamente.

Por último, na Tabela 3, pode-se ver proporção de disponibilidade de títulos em relação às bibliografias sugeridas para o Curso de Licenciatura em Letras – Espanhol.

Tabela 3 – Disponibilidade de títulos da coleção bibliográfica do curso de Letras - Espanhol do IFCE *Campus* Crato

Bacharelado em Zootecnia					
Nº	Disciplinas	Títulos na ementa	Disponíveis	Não disponíveis	% Disponibilidade
1º semestre					
1	Psicologia do desenvolvimento	8	3	5	37,5%
2	Fundamentos Sociofilosóficos da Educação	7	5	2	71,43%
3	Teoria da Literatura	13	9	4	69,23%
4	Espanhol I: língua e cultura	9	2	7	22,22%
5	Introdução à Linguística	8	4	4	50%
6	Leitura e Produção de Textos I	10	5	5	50%
2º semestre					
7	História da Educação Brasileira	10	7	3	70%
8	Política e Gestão Educacional	10	2	8	20%
9	Crítica Literária	19	13	6	68,42%
10	Espanhol II: língua e cultura	9	2	7	22,22%
11	Fonética e Fonologia da Língua Espanhola	10	7	3	70%
12	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	8	3	5	37,5%
13	História da Língua Portuguesa	12	7	5	58,33%
Total		55	32	23	51,88%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Dos três cursos analisados, Letras - Espanhol é o que apresenta o menor percentual de disponibilidade de títulos no acervo da biblioteca: 51,88% dos exemplares. Destaca-se que esse fato se deve pela recente implantação do curso no *Campus*, no ano de 2022. A bibliografia analisada está em processo de construção e consolidação de seu acervo. A análise quantitativa revelou que o curso em processo de implantação foi o que mais apresentou desprovimento de recursos bibliográficos.

Entretanto, mesmo sendo um curso recentemente implantado, disciplinas como Fundamentos Sociofilosóficos

da Educação e Fonética e Fonologia da Língua Espanhola possuem significativa porcentagem de disponibilidade de títulos, ambas acima de 70%. As disciplinas com menores incidências são as de Política e Gestão Educacional e Espanhol: língua e cultura I e II, com 20% e 22,22% igualmente. É pertinente ressaltar que as disciplinas Fundamentos Sociofilosóficos da Educação, Teoria da Literatura, Introdução à Linguística e Política e Gestão Educacional apresentam obras exclusivamente no formato *on-line*.

Em relação ao idioma usado nas obras dos três cursos, eis que o levantamento aqui realizado identificou as características:

Tabela 4 – Idiomas utilizadas nas obras dos cursos superiores

Idioma	Zootecnia		Sistemas de Informação		Letras	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Português	301	100%	594	98,18%	136	98,55%
Inglês	0	0%	11	1,82%	0	0%
Espanhol	0	0%	0	0%	2	1,45%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

O curso de Zootecnia não apresenta bibliografias em outro idioma além do português. O curso de Letras é o único que apresenta materiais bibliográficos em espanhol e com um maior número de obras, por envolver habilitação em língua estrangeira nesse idioma. No idioma inglês, o curso que possui maior quantidade de obras é o de Sistemas de Informação, convergindo com a característica do curso no

uso das terminologias, da literatura e dos *softwares* estarem na língua inglesa. Nessa perspectiva, percebe-se a necessidade de aquisição de mais livros em outras línguas devido a sua relevância para os cursos de Letras e Sistemas de Informação.

Com o intuito de identificar os períodos de publicação dos títulos dos cursos, seguem os resultados:

Tabela 5 – Atualidade da coleção impressa dos cursos superiores

Ano de publicação	Zootecnia		Sistemas de Informação		Letras	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1968 a 1978	30	10%	0	0%	0	0%
1979 a 1989	15	5%	0	0%	0	0%
1990 a 2000	10	3,33%	19	3,14%	11	10,19%
2001 a 2011	214	71,33%	351	57,93%	28	25,93%
2012 a 2022	31	10,33%	235	38,84%	69	63,89%
Total	300	≅100%	605	≅100%	108	≅100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Notas: Considerou-se a quantidade exata do ano dos exemplares impressos disponíveis.

O curso de Zootecnia tem os livros mais antigos (de 1968 a 1989), com cerca de 15% das obras nesse intervalo. Desse modo, salienta-se a necessidade da realização de um diagnóstico de uso desses livros e da obsolescência do conteúdo para a possibilidade do desbaste. Observa-se que os títulos para o curso citado têm a maior parte das publicações ocorrendo no período de 2001 a 2011, que corresponde a 71,33% do total de publicações dessa área.

Vale acentuar que o curso de Zootecnia, implantado em 2009, apresenta herança histórica do curso técnico de Tratorista e Agropecuária (os mais antigos do IFCE *Campus Crato*), do qual foi aproveitada uma parcela do acervo nas ementas do curso superior. É interessante a realização de um estudo nas bases de dados e no mercado livreiro para verificar a atualização dessas bibliografias. Ressalta-se que essa responsabilidade é compartilhada e cabe aos docentes e bibliotecários averiguar essa situação, a fim de oferecer à comunidade assistida informações atualizadas.

Em títulos mais antigos, segue o curso de Sistemas de Informação, com obras de 1990 a 2000. Percebe-se que a maioria do acervo do primeiro ano foi publicado no período de 2001 a 2011, com 57,93%. Isso posto, revela-se a necessidade de se investigar a obsolescência e atualização do acervo do curso, principalmente por ser uma área de grande rapidez em publicações e novas edições, tendo em vista a evolução exponencial da tecnologia, tornando as obras da área mais rapidamente obsoletas. O período mais recente, de 2012 a 2022, representou 38,84% das publicações.

No curso de Letras-Espanhol, o número de títulos impressos é relativamente baixo em comparação com os outros dois cursos, e a maior parte das publicações é do período mais recente, de 2012 a 2022, correspondendo a 63,89% do total.

No que tange às modalidades de aquisição das obras, seguem os dados:

Tabela 6 – Formas de aquisição da coleção impressa dos cursos superiores

Aquisição	Zootecnia	Sistemas de Informação	Letras
Compra	100%	100%	86,59%
Doação	0%	0%	13,41%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Percebe-se que os cursos de Zootecnia e Sistemas de Informação têm 100% das obras adquiridas por compra. Por outro lado, identifica-se que o acervo referente ao curso de Letras é composto principalmente por livros doados, com exceção

dos títulos que contemplam as disciplinas de Espanhol: língua e cultura I e II.

Com o propósito de verificar o formato predominante nas obras, seguem os resultados contabilizados de cada curso:

Tabela 7 – Formato da coleção dos cursos superiores

Curso	Formato	
	Físico (Livros)	On-line (E-books, artigos, legislações e dissertações)
Zootecnia	31	1
Sistemas de Informação	52	0
Letras - Espanhol	22	47

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Dessa forma, nota-se que o curso de Letras está amparado na maioria dos títulos com obras em formato *on-line*. Nos

demais cursos, predominaram o formato impresso, somente com um título virtual no curso de Zootecnia.

4 Considerações finais

Diante dos resultados e discussões, é possível concluir que as coleções representam a maior parte dos recursos informacionais existentes na biblioteca e carecem suprir as necessidades da comunidade assistida. Cabe, portanto, aos responsáveis por esse processo, buscar meios para sanar os problemas encontrados.

Destarte, o processo de avaliação de coleções é uma ferramenta que possibilita reunir dados visualizar os pontos fortes e fracos da coleção da biblioteca, e permite conhecer a eficácia e a deficiência dos produtos e serviços que ela oferece; por isso, deve ser uma ação contínua, a fim de corrigir falhas e alcançar os objetivos organizacionais.

Esse processo permite ao gestor vislumbrar aspectos fundamentais para o processo de tomada de decisão – seja em aquisição, descarte, desbaste, remanejamento de itens –, para que a coleção consiga atingir seu objetivo de suprir a demanda informacional dos usuários. A disponibilização de materiais bibliográficos coerentes com os assuntos trabalhados nas disciplinas dos cursos constitui-se valiosa ferramenta de apoio ao ensino e uma fonte essencial para a aprendizagem, o que, segundo Crawford *et al.* (2005), traz enormes benefícios para a comunidade acadêmica.

A responsabilidade dos bibliotecários no processo de avaliação da coleção bibliográfica é fundamental para que a gestão da biblioteca seja eficaz, seja por meio de relatórios de uso do acervo, seja por meio de análise quantitativa das bibliografias dos cursos. Nesse sentido, o diálogo entre bibliotecários, direção, coordenação, professores e discentes é imprescindível para atingir os objetivos da biblioteca.

A avaliação pode ser de natureza quantitativa, como é o caso desta pesquisa, ou qualitativa, por meio de estudos de uso da coleção, que será a próxima etapa da pesquisa. Independentemente de sua natureza, a avaliação permite reunir dados que são imprescindíveis para a tomada de decisão, portanto, é essencial para a eficácia dos produtos e serviços ofertados pela biblioteca.

Os resultados da análise demonstraram que o acervo não atende, em sua completude, à demanda bibliográfica dos cursos, e que carece de atualização para que a biblioteca possa estabelecer-se, com mais propriedade, como suporte pedagógico indispensável ao processo de ensino e aprendizagem da comunidade assistida. Para tanto, são necessários mais investimentos financeiros, humanos, tecnológicos, bibliográficos e melhor integração entre os atores envolvidos e a comunidade acadêmica.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/12/2008&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 131, n. 248, p. 27834-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalArquivos=289>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Manual de verificação in loco das condições institucionais**: credenciamento de instituições não universitárias; autorização de cursos superiores (ensino presencial e a distância). Brasília, DF: MEC; SESu, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Manual1.pdf>.

Acesso em: 15 abr. 2023.

CRAWFORD, A. *et al.* **Teaching and learning strategies for the thinking classroom.** New York: RWCT, 2005. Disponível em: [https://www.tnteu.ac.in/pdf/library/School_Education/teaching%20and%20learning%20strategies%20for%20the%20thinking%20classroom%20\(%20PDFDrive%20\).pdf](https://www.tnteu.ac.in/pdf/library/School_Education/teaching%20and%20learning%20strategies%20for%20the%20thinking%20classroom%20(%20PDFDrive%20).pdf). Acesso em: 20 abr. 2023.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 20 abr. 2023.

EVANS, G. E. **Developing library and information center collection.** 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

HAFSERA, D. *et al.* Checklist method for evaluation of library collection. **Khizanah al-Hikmah: Jurnal Ilmu Perpustakaan, Informasi, dan Kearsipan, Padang, Indonésia**, v. 10, n. 1, p. 83-92, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://scholar.uinib.ac.id/id/eprint/743/1/18-Checklist%20method%20for%20evaluation%20of%20library%20collection.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

INEP (Brasil). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância.** Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 28 maio 2023.

INEP (Brasil). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (Bacharelado e Licenciatura).** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 28 maio 2023.

INEP (Brasil). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.** Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 28 maio 2023.

INEP (Brasil). **Instrumento de avaliação**

de cursos de graduação: bacharelado e licenciatura: subsidia o ato de reconhecimento de curso na modalidade a distância. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 28 maio 2023.

INEP (Brasil). **Instrumento de avaliação de cursos de graduação:** presencial e a distância. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 28 maio 2023.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MIRANDA, A. C. C. de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_49ba2f35c9_0012783.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

MOUTINHO, S. O. M. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI - Campus Teresina Zona Sul.** 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3075/00000A51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 maio 2023.

SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. S.; AMARAL, R. M. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/668/1032>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis: APB, 1989.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais especiais:** princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

Conservação e Restauração do **Acervo na Biblioteca do IFCE Campus Itapipoca**

Maria Cristina Barbosa da Silva¹⁷
Terezinha Pereira Aguiar¹⁸

1 Introdução

As bibliotecas são, desde muito tempo, as guardiãs da informação, seja ela em papel (livros, revistas, manuais, documentos institucionais etc.), seja também, nos dias atuais, em mídias digitais. Essa tarefa de guardar e preservar exige muita responsabilidade para que a informação possa chegar ao máximo de pessoas possível, de forma qualitativa e por mais tempo. Com essa responsabilidade, vem o desafio de manter esses materiais em bom estado de conservação e com sua informação na íntegra.

A biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca* é uma das 33 que compõem o sistema de bibliotecas da Instituição. Atualmente, o acervo dessa biblioteca é composto por 1.007 títulos e 3.502 exemplares (Sophia, 2023), que são disponibilizados para empréstimo domiciliar aos usuários cadastrados no sistema Sophia, o Sistema de Gestão de Acervo das Bibliotecas do IFCE.

A comunidade acadêmica e usuária da biblioteca é formada por docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos do *Campus*, num total de aproximadamente 650 usuários (Sophia, 2023), além da comunidade externa, que usa o acervo somente em consulta local. O empréstimo domiciliar é atualmente concedido por 15 dias corridos, podendo,

dentro das regras da biblioteca, ser estendido por mais 15 dias. A biblioteca conta com três servidores nos cargos de bibliotecário, assistente administrativo e auxiliar de biblioteca.

Os livros são os bens patrimoniais mais procurados e manuseados na biblioteca; estes têm uma grande circulação de empréstimos, principalmente em bibliotecas escolares e universitárias, caso da biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*, por sua grande importância e influência na formação e no desenvolvimento do estudante, bem como por sua contribuição na difusão de informações e conhecimento científico.

Por estarem em constante circulação, as obras se tornam mais suscetíveis às intempéries de degradação do papel, pois estão mais expostas aos vários fatores externos às bibliotecas. Mesmo dentro das bibliotecas, essas obras estão sujeitas à deterioração, principalmente se não houver o devido cuidado e uma boa gestão do acervo.

Manter o acervo da biblioteca em boas condições para seus usuários e por um longo período requer muitas responsabilidades, técnicas e cuidados. Uma boa gestão precisa trabalhar a conservação e prevenção, de forma a evitar maiores danos às obras, promovendo uma

17. Auxiliar de Biblioteca do IFCE, Campus Itapipoca. Especialista em Gestão de Bibliotecas Públicas pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2888678950556768>.
18. Bibliotecária do IFCE, Campus Itapipoca. Especialista em Tecnologias Aplicadas ao Tratamento, Recuperação e Gestão da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5252892859137831>.

longevidade às obras bibliográficas e mantendo-as por mais tempo em boas condições de serem usadas pelo público.

Ressalta-se que a conservação do acervo deve sempre ser pensada e planejada primeiro que a restauração, pois a conservação é uma ação de prevenção, devendo esta, preferencialmente, ser pensada e executada por profissionais qualificados, para que se possa evitar equívocos na implantação de medidas de conservação e restauração.

Vale destacar que a devida qualificação e reciclagem dos conhecimentos por parte dos profissionais que atuam nas bibliotecas têm grande influência na tomada de decisões assertivas na hora de fazer uma gestão do acervo voltada à prevenção de danos e perdas das obras. Diante do exposto, objetiva-se apresentar e discutir as experiências de preservação, conservação e restauração realizadas na biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*.

2 Conservação e restauração em bibliotecas

A ideia de conservação, segundo Cassares (2000, p. 12), “é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).”

Este mesmo autor define preservação como as medidas e estratégias que venham a manter a integridade dos materiais; essas técnicas podem ser de cunho administrativo, político e operacional (Cassares, 2000, p. 2). Dessa maneira, pode-se ponderar que os conceitos de preservar e conservar estão na mesma linha de ações que visam manter o acervo em boas condições para uso.

Para os autores Texeira e Kern (2017, p. 565), a preservação de documentos é atividade que está presente no dia a dia de profissionais que lidam com a informação. Os autores ponderam ainda que o arquivamento e a livre utilização dos documentos sem considerar os critérios de preservação acarretarão a diminuição da vida útil desses documentos.

Nesse cenário, a biblioteca não pode se eximir de trabalhar um plano de preservação de seu acervo, considerando que as obras, por estarem em constante utilização, sofrem os desgastes, como destaca Texeira e Kern (2017, p. 565): “[...] este ínterim, a biblioteca que abdicar de controlar

as condições de seu acervo observará que após a aquisição do material o mesmo terá um tempo curto de utilização seguindo para seu inevitável destino: o descarte”.

Milevski (2001, p. 19) também pondera sobre os desgastes naturais e inevitáveis dos livros, considerando que esses não somente sofrem degradação externa, mas também interna:

O desgaste dos livros de uma biblioteca é inevitável, embora filosoficamente desejável, porque é um sinal de que os livros estão sendo usados. Infelizmente, o dano não é só causado pelo uso frequente, mas é, também, o resultado de encadernações frágeis e inadequadas, de armazenamento errado ou do uso de caixas de retorno (Milevski, 2001, p. 19).

Andrade *et al.* (2012) apresentam alguns fatores externos e internos que podem causar danos aos livros, por exemplo, durante um determinado percurso, podem ocorrer quedas e exposições diversas (ao sol, ao calor, à chuva ou, ainda, à umidade). Internamente, segundo os mesmos autores, outros fatores podem causar alguma deterioração, como por exemplo: “[...] a colocação de durex, fita crepe, esparadrapo, clips, o uso de caneta, lápis, marcador de texto, a utilização com as mãos sujas ou gordurosas, rabiscos e/ou perda de páginas, dobras nas margens inferiores ou superiores para marcação [...]” (Andrade *et al.*, 2012, p. 146).



Para os autores Teixeira e Ghizoni (2012, p. 40), as principais causas da deterioração de obras documentais estão classificadas em intrínsecas e extrínsecas, que podem ser descritas como:

- a causa intrínseca está relacionada à produção do papel, como os resíduos na composição da pasta química, com a lignina e cargas, na colagem com alúmen (resina), os ácidos que reagem e destroem aos poucos as cadeias moleculares da celulose, rompendo-as, tornando o papel quebradiço, mesmo com uma simples dobra;
- a causa extrínseca é formada por fatores que representam o meio ambiente, assim como: umidade relativa, temperatura, radiações luminosas, poeira, poluição atmosférica, insetos e roedores, microrganismos, tintas de escrever, manuseio e acondicionamento inadequado, vandalismo, catástrofes (enchentes e incêndios).

No Manual de Conservação de Acervos Bibliográficos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de autoria de Mello e Santos (2004), são destacados com mais detalhes alguns fatores de deterioração dos materiais bibliográficos. Os autores apresentam alguns agentes, vejamos:

Agentes físicos – iluminação, temperatura e umidade; Agentes físico-mecânicos – armazenamento e acondicionamento, manuseio, acessibilidade e desastres (inundações, incêndios e furtos). Agentes químicos – poluentes atmosféricos, poeira e materiais

instáveis; Agentes biológicos – microrganismos (fungos, bactérias), insetos (traças, baratas, cupins e brocas) e roedores (Mello; Santos, 2004, p. 6).

Diante dessa fundamentação sobre a conservação e os fatores de desgaste de livros, faz-se necessário abordar o processo de restauração, de modo a reverter os danos causados, recuperar as obras e evitar a possível necessidade de descarte, especialmente no contexto dos acervos das bibliotecas de institutos federais de educação, que possuem poucos recursos para a aquisição de livros.

Segundo Antunes (2010, p. 16), restauração se define como o “[...] conjunto de intervenções, em obras que sofreram danos, para recuperar seu estado original, o mais possível.” Para Cassares (2000, p. 12), restauração “é um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico”.

De acordo com Cunha (2008, p. 323), restauração é a “aplicação das técnicas para reparar documentos danificados, com a intenção de contribuir para sua preservação.” Para Barros (2009, p. 63), a restauração deve ser a última intervenção a ser feita para salvar o documento, e necessita de mão de obra especializada e de alto custo, portanto deve ser evitada, sendo necessário preservar e conservar para não restaurar.

3 conservação e restauração de livros na biblioteca do IFCE *campus Itapipoca*

Durante o ano de 2022, foram realizados 1.286 empréstimos domiciliares na Biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca* (Sophia, 2023). A maioria dos empréstimos são de livros técnicos, direcionados

ao auxílio das atividades acadêmicas. Com a contínua circulação, ocorreram alguns danos aos livros. A seguir, no Quadro 1, são apresentados alguns dados do último inventário realizado na biblioteca:

Quadro 1 – Obras danificadas da Biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*

Obra	Tipo de dano	Medidas tomadas na biblioteca
1	Molhado	Reposição pelo usuário
2	Molhado	Reposição pelo usuário
3	Molhado	Reposição pelo usuário
4	Contracapa cortada no manuseio do setor do Almojarifado	Restauração
5	Folhas soltas	Reposição pelo usuário
6	Contracapa descolada	Restauração
7	Cadernos descolados	Restauração
8	Folha de rosto faltando um pedaço	Restauração

Fonte: Relatório de inventário da Biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca* (2023).

Como apresentado no Quadro 1, foram identificados 8 livros danificados, sendo que três deles foram molhados, um estava com páginas soltas, um com a contracapa e algumas folhas cortadas, contracapa descolada e outro com alguns cadernos descolados.

A identificação desses danos geralmente se dá durante o empréstimo/a devolução quando o dano é causado pelo usuário, foi o caso dos livros molhados. As outras situações podem ser identificadas com o trabalho diário de organização do acervo, bem como no inventário anual realizado pelos servidores da biblioteca.

Em situações nas quais o usuário causa dano à obra, segue-se o que consta no regulamento da biblioteca, que é a reposição da obra. Quando a situação de dano é identificada em outra situação, vê-se a melhor maneira de amenizar a deterioração da obra; geralmente se realiza uma restauração, quando possível, a fim de manter o livro apto ao uso novamente.

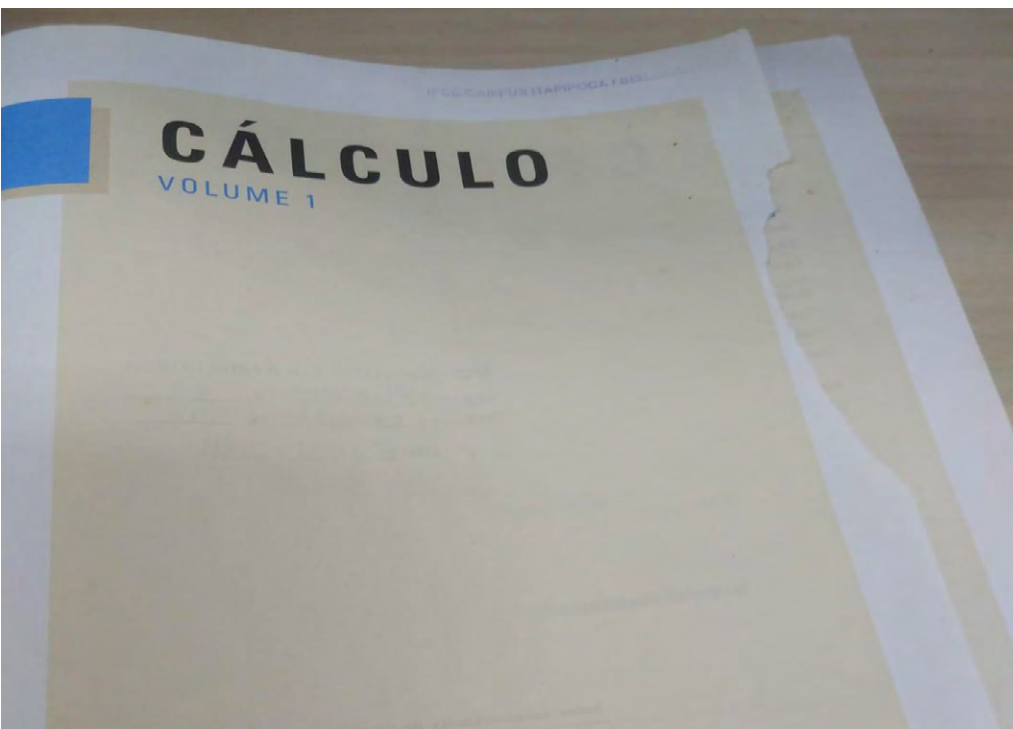
Nas imagens 1 e 2, podemos ver uma das situações na qual o livro, por um momento de descuido, foi danificado. Na Imagem 1, como pode ser observado, o livro foi molhado, causando uma deformação na sua estrutura, deixando-o com uma aparência desgastada, mesmo sendo um livro novo. Na Imagem 2, o livro teve um pedaço da lateral da folha de rosto arrancado. Nesse tipo de dano, é realizado um pequeno reparo, que possibilita a obra voltar a circular.

Imagem 1 – Livro com folhas danificadas por líquido



Fonte: Arquivo das autoras.

Imagem 2 – Livro com dano na folha de rosto



Fonte: Arquivo das autoras.

Uma das formas de estender a vida útil das obras são as ações de restauração dos livros. Tais ações podem minimizar os danos que não puderam ser evitados com as estratégias de prevenção. Porém, podemos enfatizar que, para uma boa restauração, é necessário conhecimento técnico das ferramentas, insumos e técnicas utilizadas no reparo, para que este não seja também um agente de desgaste do livro, assim como afirma Barros (2009, p. 63): “[...] para realizar o processo de restauração, deve-se seguir uma

série de princípios que visam, em geral, as raízes dos objetos, ou seja, preservar suas características histórica, artísticas e materiais”.

Na situação vivenciada na biblioteca em questão, foram realizadas algumas restaurações, como, por exemplo, no livro que teve a contracapa cortada, foram feitos pequenos reparos com papel seda nas folhas e reparo na contracapa com papel ofício bege e, posteriormente, coberto com plástico adesivo adequado para a restauração de livros (Imagem 3).

Imagem 3 – Imagens de antes e depois de reparos realizados em um livro danificado



Fonte: Arquivo das autoras.

Vale ressaltar que a restauração não se dá apenas de forma completa, em que o livro passa por uma série de etapas e sofre significativas mudanças. Uma simples colagem de capa ou folhas soltas, uma guarda nova ou capa nova, todas são ações de restauração e conservação do livro. Nas outras situações, foi feita a colagem das obras, utilizando-se cola adequada para este fim.

Destaca-se ainda que esses trabalhos de restauração e pequenos reparos dos

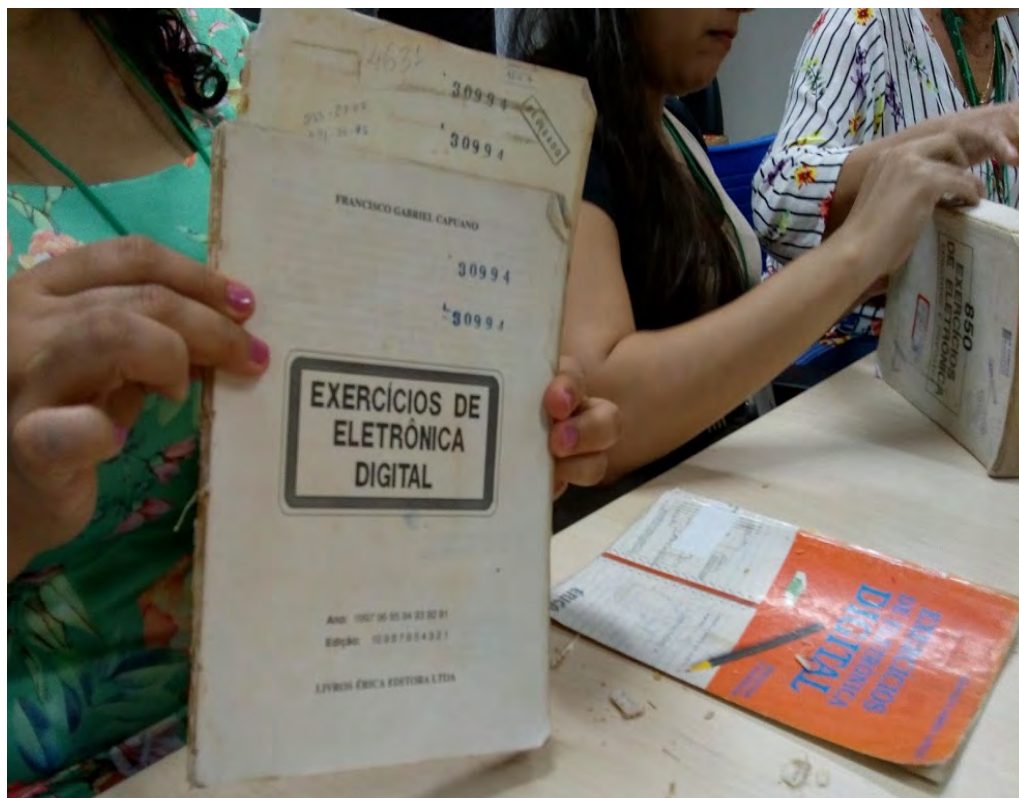
livros são possíveis porque as servidoras da biblioteca do IFCE *Campus* Itapipoca tiveram a oportunidade de realizar um pequeno treinamento em restauração de livros, promovido pela biblioteca do IFCE *Campus* Fortaleza no ano de 2019, gerando, assim, mais segurança na utilização de técnicas e materiais necessários aos reparos dos livros. Vejamos os registros dessa experiência exitosa (Imagens 4 e 5):

Imagem 4 – Servidora em participação de oficina de restauração de livros da biblioteca *Campus Fortaleza*



Fonte: Arquivo das autoras.

Imagem 5 – Servidora mostrando o antes da restauração de um livro na oficina realizada pela Biblioteca *Campus Fortaleza*



Fonte: Arquivo das autoras.

Pelo que foi apresentado nas Imagens 4 e 5, podemos refletir sobre a importância de capacitações e reciclagem dos conhecimentos dos servidores para melhor desenvolverem suas atribuições e, com isso, entregar ao público um serviço de qualidade.

Para Antunes (2010, p. 16), conservação reparadora é um conjunto de medidas que tem como finalidade melhorar os estados físicos, aumentando sua permanência e vida útil, possibilitando, assim, o acesso a essa obra pelas futuras gerações. Levando em consideração a definição de Antunes, na biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*, além de medidas corretivas, também se trabalha com medidas preventivas. Uma das medidas de conservação reparadora é cobrir com plástico filme alguns livros cujas capas são mais frágeis, objetivando deixá-las mais protegidas contra os desgastes do manuseio diário.

Cassares (2000, p. 120) nos apresenta o conceito de preservação como sendo o “[...] conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política

e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”. Diante do que Cassares nos repassa, na Biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca* colocam-se em prática algumas medidas de preservação do acervo, a exemplo dos treinamentos realizados com os alunos novatos no início do semestre. Nessas ocasiões, são explicadas as medidas de prevenção de danos aos livros, como, por exemplo, não comer no momento de manusear os livros, manter fora do alcance de crianças e animais de estimação, dentre outras.

Outra medida de prevenção que é tomada na biblioteca é realizar o envio de lembretes sobre os cuidados no transporte dos livros durante o período chuvoso, com o intuito de evitar que os livros sejam molhados. A reorganização das estantes também foi uma medida de preservação tomada na biblioteca, com a finalidade de evitar desgaste por exposição excessiva à luz solar que entra pelas janelas, como está apresentado na Imagem 6.

Imagem 6 – Organização das estantes da Biblioteca do IFCE *Campus Itapipoca*



Fonte: Arquivo das autoras.

Reforçamos que as ações de educação dos usuários para a preservação do acervo também geram bons impactos para a biblioteca. Os usuários são agentes que podem contribuir tanto para a preservação quanto para o desgaste dos livros. O trabalho educativo visando promover os bons cuidados com o manuseio dos livros é um grande aliado para uma gestão de acervos de sucesso.

Dessa forma, destacamos alguns cuidados que podem ser tomados considerando cada fator potencializador da degradação dos documentos bibliográficos:

- a)** fatores físicos: esse tipo de degradação deve ser evitado utilizando equipamentos e materiais adequados ao ambiente do acervo; por exemplo, para ambiente muito úmido, usar desumidificador, organizar o acervo de forma que não receba a luz do sol diretamente;
- b)** fatores químicos: a degradação por esses agentes pode ser amenizada realizando limpezas periódicas e com materiais e métodos adequados;
- c)** fatores biológicos: geralmente os agentes biológicos de degradação dos acervos podem ser evitados mantendo sempre o ambiente bem higienizado e em boas condições climáticas;

- d)** fatores antrópicos: esses fatores podem ser evitados com a instalação e o uso de sistemas de segurança e ações de educação para a preservação do acervo, como, por exemplo, instalação de sistema antifurto.

Além dos fatores supracitados, com o momento pandêmico vivenciado recentemente, as bibliotecas tiveram, e ainda têm, o grande desafio de gerir a saída e a entrada das obras do seu acervo e, ao mesmo tempo, buscar manter todos os cuidados com a contaminação da Covid-19, cujo primeiro caso no Brasil foi confirmado em fevereiro de 2020 (Brasil, 2020, p. 1). Vale ressaltar que os cuidados com a higienização também devem ser realizados de forma que evite a degradação das obras e deve-se saber que o uso de qualquer produto químico de forma inadequada pode causar danos irreversíveis.

Diante do que foi exposto e em consonância com os autores Texeira e Kern (2017, p. 582), pode-se ponderar que os gestores e colaboradores das bibliotecas e de outros setores de informação e documentação devem repensar a preservação dos documentos, indo muito além da teoria e gerência. A promoção da prática de atividades de recuperação dos acervos é muito relevante na disponibilização de recursos informacionais aos usuários.

É importante promover a otimização do tempo de vida de um recurso, disponibilizando-o pelo maior prazo possível.

Um bom exemplo de experiência com conscientização foi apresentado por Andrade *et al.* (2012, p. 154), em seu estudo na Campanha de Conscientização a Conservação e Preservação do Material Bibliográfico, que, segundo os autores, serviu para a visualização da necessidade premente de realizar maior divulgação e esclarecimentos aos seus usuários externos e internos sobre questões de cuidados de conservação, buscando a importância de sua ação, já que esta propõe

estender a longevidade de documentos em geral, mas especificamente a do livro.

Diante do que aqui foi exposto e refletido, constata-se que as bibliotecas têm o dever de “[...] investirem na preservação do livro em suporte físico de papel. A preservação documental, quando administrada em um aspecto mais amplo, é a garantia do acesso à informação” (Teixeira; Kern, 2017, p. 568). Como profissionais da informação, os servidores da biblioteca têm o dever de resguardá-la e, assim, garantir que um maior número de pessoas possa acessá-la de forma qualitativa.

4 Considerações finais

Como apresentado anteriormente, os danos causados aos documentos bibliográficos são inevitáveis, e os fatores de deterioração estão presentes dentro e fora dos ambientes de informação e documentação; porém, com um bom plano de conservação e preservação, pode-se diminuir essa degradação e, assim, aumentar a vida útil das obras, deixando-as por mais tempo disponíveis aos usuários.

Percebe-se também que os fatores de deterioração dos acervos são diversos e requerem compromisso dos colaboradores e usuários das bibliotecas para que todas as ações de preservação possam ter efeitos positivos e, conseqüentemente, um acervo bem conservado. Essas ações evitam também todo o serviço e investimento em restauração das obras que possam vir a ser danificadas.

Com isso, pode-se perceber que a Biblioteca do IFCE *Campus* Itapipoca

vem buscando, por meio das técnicas de preservação, conservação e restauração, manter a informação do seu acervo íntegra e disponível para seus usuários. E, de forma assertiva, vem gerindo o acervo com bons métodos de preservação e conservação. O investimento nessas ações apresenta resultados satisfatórios para um acervo duradouro e em boas condições de uso, garantindo a difusão de informações.

Este capítulo, portanto, além de apresentar a experiência exitosa da implementação de ações de conservação e restauração do acervo da Biblioteca do IFCE *Campus* Itapipoca, poderá ser utilizado como diretriz pelo Sistema de Bibliotecas do IFCE, orientando o trabalho dos servidores que atuam nessas unidades informacionais, pode ser empregado em bibliotecas de outras instituições, contribuindo com a Biblioteconomia nacional.

Referências

ANDRADE, I. G. *et al.* Estímulo à conservação e preservação do material bibliográfico: relato de experiência. **RDBCi**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 10, n. 2, p. 145-154, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1901>. Acesso em: 13 maio 2023.

ANTUNES, M. A. **Pequenos reparos em material bibliográfico**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2015/06/NOTAS-DE-BIBLIOTECA-N-2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BARROS, G. S. M. **Restauração de documentos com suporte em papel**: um estudo de caso no Centro de Documentação da Universidade de Brasília. 2009. 72 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/937/1/2009_GabrielladaSilvaMottaBarros.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL confirma primeiro caso do novo coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTE, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MELLO, P. M. C.; SANTOS, M. J. V. C. **Manual de conservação de acervos**

bibliográficos da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2004.

MILEVSKI, R. J. **Manual de pequenos reparos em livros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_13_1253283779.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

SOPHIA. **Sistema de Bibliotecas do IFCE – SIBI**. São José dos Campos: Prima Software, 2023. Disponível em: <http://www.biblioteca.ifce.edu.br/>. Acesso em: 13 maio 2023.

TEIXEIRA, L. C.; GHIZONI, V. R. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC Edições, 2012. Disponível em: http://art-conservation.fr/wp-content/uploads/2014/10/Conservacao_Preventiva.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

TEXEIRA, M. V.; KERN, L. M. A importância de um Setor de Restauração para bibliotecas universitárias: um estudo de caso na Biblioteca Central Ir. José Otão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 563-583, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1022/683>. Acesso em: 13 maio 2023.

Modos de Ler: Leituras Plurais nas Bibliotecas do IFCE Campus Fortaleza e IFSP Campus São Paulo

Tatiana Apolinário Camurça¹⁹
Célia Petronilha Fonseca Barboza²⁰

1 Introdução

[...] experiência requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Bondía, 2002, p. 27).

Neste capítulo, abordamos a importância da leitura como experiência, como um processo que não cabe na definição mecânica de decodificar códigos, na obrigação de sua prática, mas partimos da aposta de vê-la como potência de condução de uma vida com mais liberdade e menos desigualdades.

Temos a concepção de serem as bibliotecas a representação de conhecimento, ciência e saberes por meio da construção humana coletiva. Embasamos nossa escrita concebendo a existência das bibliotecas, bem como as práticas de leituras, a partir de uma abordagem humana,

social e tecnológica, um fenômeno em andamento que mobiliza a vida de toda uma nação.

Mesmo com a reconhecida história de sua evolução e benefícios trazidos à humanidade ao longo do tempo (Serrai, 1975; Morigi, 2005; Santa-Anna, 2015; Oliveira, 2019), as bibliotecas ainda padecem com nebulosas conceituações sobre elas. Muitos pensam que as bibliotecas são instituições para poucos, longe da vida dos cidadãos; parece ser, assim, uma compreensão enraizada em uma cultura de privilégios.

Contudo, esse estigma não é real, mesmo sendo ainda preciso marcar a necessidade de defender as bibliotecas e reivindicar a constante mobilização dos poderes públicos para uma política de contínuo investimento de recurso em suas estruturas e em seus colaboradores. Ainda há muitas lutas pelo não abandono; ainda há um constante embate para manter suas portas abertas para uso da comunidade.

Nosso foco é fixado na proposta de entender que a leitura é fundamental para ampliar as liberdades, alargar a socialização e a tomada de decisões, na qual a informação está em constante evolução

19. Bibliotecária do IFCE, Campus Fortaleza. Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3790055638762353>.

20. Bibliotecária do IFSP, Campus São Paulo. Mestra em Educação pela Universidade Ibirapuera (UNIB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2781399126741594>.

e transformação. A leitura também é vista como uma ferramenta de extensão de saberes e inclusão na sociedade, além de ser associada tanto a projetos educacionais quanto ao lazer, e, acompanhando esse processo de evolução, os modos de ler também se transformam a cada dia.

Defendemos a compreensão de que as bibliotecas são relevantes agências de transformação social e destacadas como importantes aliadas na formação de leitores. O fomento de projetos de incentivo à leitura é visto como um desafio para o sistema de ensino.

No Brasil, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem trajetória centenária (primeiras instituições criadas em 1909) no exercício dessa missão, com os IFs, principais instituições da Rede. Desta forma, exercendo um papel estratégico na formulação e implementação das políticas públicas de educação e desenvolvimento local (Aguiar; Pacheco, 2017), tendo em vista sua capilaridade e interiorização (Minghelli, 2018, p. 163), ao oferecer um itinerário formativo da educação básica até a educação superior, em meio ao fluxo informacional de produção e difusão do conhecimento.

Atualmente, essa Rede Federal está presente em 572 municípios brasileiros, compreendendo 38 IFs, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II.

Dada sua presença geográfica nacional — os 38 IFs estão distribuídos pelos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, com 602 unidades — pluralidade de cursos e modalidades de ensino, os IFs se destacam como referência nacional na educação básica de nível médio, técnica e de nível superior.

De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha (2023), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *Campus* São Paulo, e o IFCE *Campus* Fortaleza, são os dois maiores IFs do país, respectivamente,

conforme dados de matrículas, cursos ofertados e quantidade de servidores. Diante do destaque dessas instituições de ensino como referência nacional da educação básica à superior, descreveremos o papel de suas bibliotecas como agentes de transformação social e de formação de leitores.

Apesar de existirem fatores que podem interferir no processo de leitura e nos seus modos de ler, como os diversos recursos tecnológicos e as mídias digitais e hiper mídias, a leitura é vista como uma prática social, educacional e econômica suportada. É enfatizado que o incentivo à leitura pode criar oportunidades de aquisição do prazer de ler por toda a vida.

A informação é um elemento essencial para a convivência em sociedade, pois contribui significativamente para o crescimento e amadurecimento do indivíduo, garantindo sua sobrevivência em um mundo competitivo e globalizado. As transformações na sociedade da informação, especialmente aquelas relacionadas aos meios de comunicação, exercem uma grande influência no comportamento cultural e social dos indivíduos, o que torna necessário que o ser humano esteja em um processo contínuo de evolução (Vilaça; Araujo, 2016).

A globalização e o fluxo rápido de informações mudam constantemente o estilo de vida das pessoas. Para se adaptar a esse cenário, é necessário ter acesso aos meios pelos quais as informações são divulgadas, sendo a leitura um desses meios. Isso permite a formação de uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres e com uma visão mais ampla do mundo e das pessoas, pois a leitura é uma ferramenta importante para entender as mudanças que ocorrem em uma sociedade saturada de informações.

O acesso à leitura foi se transformando ao longo dos tempos. Desde os gregos até os tempos da efervescente expansão das tecnologias, o mundo é compreendido por meio da leitura (Fischer, 2006). O homem é um animal que comunica, e a leitura é o seu portal para acessar diferentes mundos em diferentes épocas.

Uma forte característica das bibliotecas no mundo é prover acessos, compartilhamentos e competências em uso de conhecimento, além de proporcionar experiências que extrapolam as produções acadêmicas e científicas; têm condições de proporcionar experiências e encontros com as manifestações culturais locais, criar experiências com artes de sujeitos produtores de saberes diversos, lazer, e permitir que o leitor explore e descubra, por meio de suas experiências, um modo de olhar para si e para o mundo.

Embora o ambiente escolar seja favorável para o desenvolvimento da leitura e da formação do leitor, é crucial que esse processo seja continuado, até a formação completa desse indivíduo leitor (Medeiros; Câmara, 2021). Um aspecto importante e comum no mundo da leitura experienciado nas bibliotecas é ter a real sensação de estar conectado com diferentes culturas por meio do amplo acervo, contemplando obras de escritores pouco conhecidos, *best-sellers*, de diferentes continentes, em diferentes décadas.

Desde a década de 1990, vários recursos tecnológicos têm sido aprimorados, o que resultou em uma revolução tecnológica (Oliveira, 2003). Com isso, a quantidade de informações disponíveis aumentou significativamente, chegando às pessoas por meio de diversas mídias. Desse modo, o uso de tecnologias como *tablets*, *smartphones* e *e-readers* tem agradado bastante. Se usadas corretamente, essas tecnologias podem trazer benefícios tanto para os usuários quanto para a sociedade em geral.

O ambiente *on-line* oferece uma forma mais interativa de leitura, permitindo que o leitor navegue por diferentes recursos visuais. Com o aumento do volume de informações, cresce também o número de pessoas em busca de conhecimento, para vivenciar suas necessidades de saber ou, até mesmo, para se divertir, assim como fariam com a leitura de um livro impresso.

Diante dessa busca pelo conhecimento, temos as bibliotecas como espaço de interação e mediação com o público leitor. Adaptando-se às mudanças no contexto econômico, social e tecnológico, ampliando seus papéis e responsabilidades para inovar constantemente e promover mudanças incrementais ou radicais, as bibliotecas têm se tornado espaços de conhecimento cada vez mais importantes; mas, também tem enfrentado desafios, como as novas formas de ensino e aprendizagem, a interação com as tecnologias de informação e comunicação móveis, as novas formas de mediação da informação e o acesso aberto à informação. Esses desafios impulsionam as bibliotecas para que ali se desenvolvam habilidades em informação e haja atuação de maneira diferente com seus usuários.

Nesse contexto, observando que essa revolução tecnológica apresenta possibilidades de novas formas de leitura, analisamos o percurso da leitura e do leitor diante das novas formas de ler e como agentes das bibliotecas do IFSP e do IFCE têm acompanhado essas transformações e adaptado os serviços para os usuários.

2 A leitura como dispositivo indispensável na sociedade da informação

Quando atribuímos um conceito à leitura, é possível distinguir entre diferentes formas, tais como leitura linear, extensiva, intensiva, hipertextual e digital. A leitura intensiva é aquela realizada

no âmbito escolar, na qual os textos são selecionados. Já a leitura extensiva é caracterizada pela liberdade do leitor na escolha do que ler, sem a necessidade de decorar ou memorizar informações,

sendo uma leitura que busca satisfazer os interesses pessoais. A leitura não se restringe apenas ao mundo da escrita, podendo abranger um conjunto de símbolos e objetos que transmitem inúmeros significados (Carvalho, 2020).

Ler, em um sentido mais amplo, é criar uma conexão entre um símbolo – seja ele um som, ícone, gesto, uma cor ou letra – e um significado, como por exemplo a compreensão de que se deve parar diante da luz vermelha do semáforo. É por conta desse amplo significado que expressões como “leitura de mundo” ou “minha interpretação deste evento” são utilizadas (Gabriel, 2006).

Feijó (2010) conceitua a leitura como a habilidade de decodificar símbolos e integrar informações para compreender uma mensagem, que pode ser aplicada a diversas formas de textos, como narrativas verbais, mapas, partituras musicais e diagramas. Na leitura de textos escritos, interpretamos palavras e frases; na leitura de arte sequencial, é necessário interpretar imagens e sequências de causa e efeito.

A leitura desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, ajudando-o a analisar a sociedade, sua rotina e, de maneira mais ampla, diversificar sua visão e interpretação do mundo e da vida em geral. Para que isso aconteça, é crucial que a leitura ocorra em ambientes favoráveis e que seja adaptada ao nível sociocultural do leitor (Krug, 2015).

Além disso, é por meio da leitura que se adquire e se domina a linguagem, que é uma ferramenta insubstituível para o aprendizado em todas as áreas do conhecimento. A leitura é parte integrante do conhecimento e é essencial para fundamentar nossas interpretações e compreensão do mundo e dos outros (Krug, 2015).

Com o avanço tecnológico, na chamada Sociedade da Informação, somos expostos a uma quantidade imensa de informações, que precisam ser filtradas e compreendidas de maneira crítica e reflexiva. Cortella (2021, p. 2) afirma que “Não devemos confundir informação

com conhecimento. Informação é base para o conhecimento. Informação é cumulativa e conhecimento é seletivo.” Sendo assim, a leitura é uma ferramenta que permite a assimilação do conhecimento de maneira mais profunda e integrada, além de desenvolver habilidades cognitivas, como a interpretação, a análise e a síntese de informações.

Além disso, a leitura promove o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, estimula a empatia e a compreensão do mundo e das pessoas ao nosso redor. Por isso, é fundamental que nas bibliotecas e noutras instituições culturais seja promovido o acesso à leitura e incentivado o hábito de ler em todas as idades, objetivando formar cidadãos mais críticos, conscientes e preparados para enfrentar os desafios da sociedade da informação.

É essencial promover um trabalho eficiente de leitura, a fim de contribuir para a formação do sujeito leitor, que não apenas consome livros, mas também os produz, preenchendo lacunas e mergulhando na ambiguidade dos textos em busca de significados mais profundos. A habilidade de leitura é muito mais do que simplesmente decodificar palavras e frases, ela é uma ação que prepara leitores capazes de participar da sociedade e transformá-la. Durante a leitura, valores, crenças e gostos são trocados, refletindo não apenas o leitor ou o autor do texto, mas todo um contexto sociocultural (Krug, 2015).

2.1 O leitor contemporâneo e as tecnologias

Existem quatro tipos de leitores que possuem características e habilidades que os distinguem: contemplativo, movente, imersivo e ubíquo.. Abordaremos, a seguir, sobre os dois últimos tipos de leitores citados.

O surgimento do leitor imersivo ou virtual está diretamente ligado à era digital e é mais comum nos grandes centros urbanos, nos quais as pessoas estão acostumadas a navegar no ciberespaço, em contraste com o leitor contemplativo, que manuseia os livros com calma e

precisa se deslocar até uma biblioteca para encontrar suas fontes de leitura.

O leitor imersivo ou virtual está sempre em “[...] estado de prontidão, conectando-se entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multi sequencial e labiríntico que ele próprio ajudou a construir ao interagir com os nós entre palavras, imagens, documentação, músicas, vídeo, etc.” (Santaella, 2007, p. 33). Ele tem suas leituras ao alcance das mãos, dentro do bolso, com um *smartphone*, um *e-reader*.

Em contraste com o leitor contemplativo, que manuseia livros com calma e precisa ir à biblioteca para encontrar materiais de leitura, e o leitor movente, que se depara com signos e informações em seu caminho pelas ruas, o leitor imersivo encontra-se diante de uma tela, com acesso a uma infinidade de materiais de leitura e signos variados a qualquer momento (Andrade, 2020). Este tipo de leitor tem maior liberdade de escolha entre nexos e pode encontrar uma ampla gama de temas, de assuntos e textos em velocidade considerável.

Segundo Santaella (2013), em seu livro *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*, um quarto tipo de leitor surge em um curto período de aproximadamente dez anos, após a autora ter estudado e escrito sobre os três tipos de leitores: contemplativo, movente e imersivo. Esse novo leitor, o ubíquo, possui características marcantes do leitor movente e do leitor imersivo, mas é singular em relação ao novo espaço das tecnologias e redes sociais.

O leitor ubíquo é aquele que combina as habilidades do leitor imersivo e do leitor movente, mas com uma diferença fundamental: a sua capacidade de acesso à informação não está limitada a um computador fixo. Enquanto o leitor imersivo fica parado em frente a uma tela, o ubíquo tem acesso à informação por meio de sistemas computacionais portáteis, como *smartphones* e *tablets*, que podem ser carregados facilmente no bolso (Santaella, 2013).

Com isso, o leitor ubíquo tem a possibilidade de navegar velozmente entre

nós e nexos, tanto no mundo virtual quanto no mundo físico, tendo acesso a uma grande quantidade de informações a qualquer momento e em qualquer lugar (Andrade, 2020).

Ao mesmo tempo em que está corporalmente presente, perambulando e circulando pelos ambientes físicos – casa, trabalho, ruas, parques, avenidas, estradas – lendo os sinais e signos que estes ambientes emitem sem interrupção, este leitor movente, sem necessidade de mudar de marcha ou de lugar, é também um leitor imersivo. Ao leve toque do seu dedo no celular, em quaisquer circunstâncias, ele pode penetrar no ciberespaço informacional, assim como pode conversar silenciosamente com alguém ou com um grupo de pessoas a vinte centímetros ou a continentes de distância (Santaella, 2013, p. 278).

O leitor ubíquo é aquele que surgiu com o aumento do uso das redes de comunicação, que deixaram de ser utilizadas apenas em relações governamentais e empresariais e se tornaram acessíveis a todos. Com o advento de ferramentas como *e-mails* e *chats*, a comunicação em massa se tornou possível, independentemente da localização física das pessoas. Esse novo modo de leitura traz desafios para a educação, uma vez que a ideia de que leitura se faz em um momento tranquilo na biblioteca, manuseando livros, já não é suficiente para esse tipo de leitor (Andrade, 2020).

A partir da compreensão dos diferentes tipos de leitores e suas práticas, pode-se afirmar que a introdução de um novo tipo de leitor não resulta na extinção dos anteriores. Todos esses leitores coexistem na contemporaneidade, apresentando semelhanças e diferenças em diversos aspectos.

É importante notar que cada tipo de leitor tem suas peculiaridades e formas próprias de se relacionar com a leitura e com o mundo, mas isso não significa que um seja melhor ou pior que o outro. Cada um tem sua importância e lugar no contexto da cultura e da educação, e é fundamental que sejam considerados

em suas especificidades. Sendo assim, perguntamos: qual o papel das bibliotecas do IFCE e IFSP nesse atual cenário da leitura e suas novas formas de ler?

2.2 Bibliotecas em Sistemas de Instituições de Ensino Federais

A história das bibliotecas no Brasil não traz uma linearidade de desenvolvimento. A questão do analfabetismo, o sistema de educação tardio, a desigualdade social, regional e econômica atravessam e impactam a existência de leitores e bibliotecas em todo o Brasil ao longo de décadas.

Com a transformação de escolas técnicas em sistemas de educação de nível federal, denominados Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs), de forma rápida em todos os estados do Brasil, em 2008 (Brasil, 2008, p. 1), a criação, o desenvolvimento e a avaliação da estrutura e dos serviços ofertados pelas bibliotecas dessas instituições ainda são pouco investigados.

Por ser uma instituição de ensino com público de níveis diferentes, ainda não há consenso entre os profissionais da área sobre qual seria a denominação mais adequada para as bibliotecas dos IFs, pois o público-alvo é multifacetado, alunos de cursos rápidos, alunos de curso técnicos, educação de nível médio, nível superior e de pós-graduação.

Contudo, consideramos mais relevante que a preocupação em denominar uma biblioteca é saber como cultivar leitores, estudantes e pesquisadores. E, para isso, é necessário olhar para as demandas do público, conhecer a realidade local e ser uma chave de intervenção nas debilidades de acesso ao conhecimento.

Santos (2012) traz uma visão de que “as bibliotecas dos IFs deverão ser estudadas à luz dos modelos conceituais das bibliotecas universitárias, escolares e especializadas”. E o que se espera dessa perspectiva sobre o que é uma biblioteca que possa articular ações atendendo a essa multiplicidade de usuários? Assumir

que a compreensão e o conhecimento da demanda informacional, social, cultural, dentre outras questões que devem ser observadas e pesquisadas, torna-se fator prioritário para o desenvolvimento e a estruturação de serviços e produtos.

Na capital do estado do Ceará, Fortaleza, no Nordeste brasileiro, uma cidade que apresenta mais de 2.7 milhões de moradores, conforme última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), e conta com a presença de menos de dez bibliotecas públicas (Costa, 2017), por si já traz uma denúncia da ausência de investimentos em espaços de leitura, além de políticas públicas não continuadas e que não alcançam a população de uma cidade com esse quantitativo de habitantes.

Não é muito diferente na Região Sudeste do País, mais especificamente em São Paulo capital, com mais de 12.3 milhões de habitantes (IBGE, 2022). De acordo com Quaresma (2023), a cidade que *nunca dorme* ganhou nos últimos anos mais 12 bibliotecas, chegando a totalizar 106 unidades abertas a todo tipo de público. Porém, a maior e mais populosa cidade da América Latina tem menos de uma biblioteca por 100 mil habitantes.

Tal descaso é apenas um recorte do que acontece no País que, apenas entre 2015 e 2020, perdeu ao menos 764 bibliotecas públicas, segundo dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), mantido pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (Carranço, 2022). A queda no número de bibliotecas revela um descaso do poder público com a população mais vulnerável, que não tem acesso a livrarias.

O recorte feito aqui, de duas instituições de ensino (plural, diverso, híbrido e multinível) deve-se porque a construção desse modo de fazer educação é uma oportunidade de fomentar a aproximação, o gosto e as habilidades para a leitura nos diversos gêneros, desde uma conhecida literatura, até a compreensão de textos de cunho científico.

Tais instituições são voltadas a oferecer recursos humanos para o mercado

de trabalho, atuar no desenvolvimento de tecnologia, indústria, inovação, meio ambiente e arte, mesmo antes de muitos alunos pertencerem ao quadro de cursos do ensino superior.

2.3 Diferentes modos de ler em diferentes modos de vidas

Em grego, o pleno sentido de ler como sendo *legei* é colher, recolher, juntar, que o latim transformou em *lego*, *legis*, *legere*, denotando juntar horizontalmente as coisas com o olhar. Em latim também se usava *interpretare* para ler, mas com um significado mais profundo, o de ler verticalmente, sair de um plano para outro, de forma transcendente (Couto, 2011).

Apenas analisando etimologicamente o termo ler já é possível vislumbrar a complexidade que carrega a palavra leitura, ultrapassando a decodificação de códigos, transformando-se em ponte instrumental.

A compreensão dos sentidos das palavras, frases, parágrafos, textos e seus contextos e pertinências, enfim, o sentido mesmo das coisas, que é o que torna possível a relação do homem com ele próprio, com seu semelhante e dele com o mundo. A necessidade de o leitor universitário ter o domínio de leituras volumosas e complexas faz-se presente de maneira acentuada (Camurça, 2010).

É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento (linguístico, textual, de mundo...) que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si é que a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que, sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor, não haverá compreensão.

A relevância da leitura no contexto acadêmico é uma preocupação constante nas pesquisas de Carelli *et al.* (1999, p. 3), pois, para o estudante universitário, a leitura deve ser uma habilidade instrumental adquirir informação e processá-la

na produção de conhecimento, a partir do qual está apto a elaborar seus textos científicos, ou seja, novo conhecimento.

Um desafio que avança na contramão do desemprego, ao se falar em leitura, um fenômeno que atravessa todos os estágios do fazer educacional, é a biblioteca, uma propulsora de construir pontes, facilidades e marcar sua missão de ser uma agência de leitura.

Oliveira e Santos (2008) pesquisam leitura na universidade, defendendo que os estudantes universitários que apresentam limitações na compreensão em leitura são aqueles que, por diversos motivos internos e/ou externos a eles, não tiveram oportunidade de experimentar de forma positiva e bem-sucedida atividades ligadas à linguagem escrita. Sampaio e Santos (2005) revelam que os alunos despreparados são justamente aqueles que tiveram pouca ou nenhuma experiência agradável nas atividades de leitura e redação, encarando-as, então, de modo relutante.

Nesse contexto, os agentes das bibliotecas dos IFs têm a oportunidade de aproximar esses estudantes da leitura ainda no ensino médio, possibilitando progressos nesse processo, conforme esses estudantes avancem nos demais níveis de ensino nessas instituições. Como as duas maiores referências nacionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFSP, *Campus São Paulo*, e o IFCE, *Campus Fortaleza*, nos permite analisar a leitura nesse âmbito educacional.

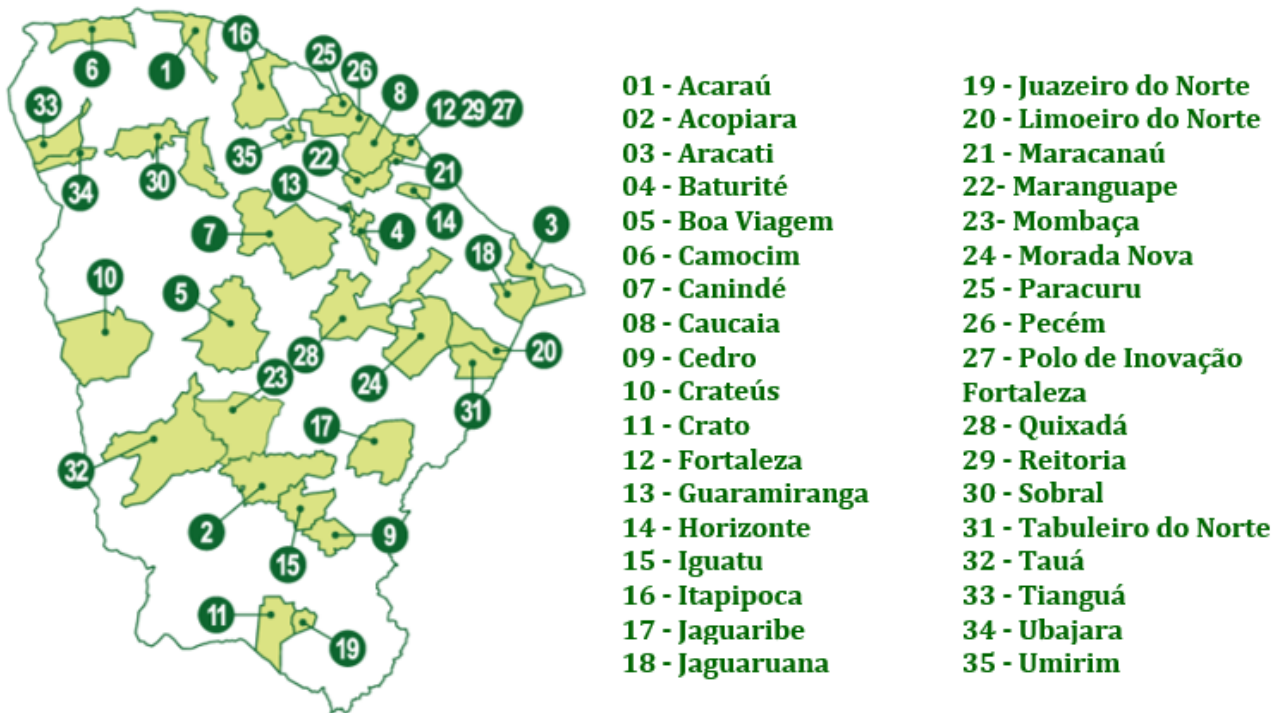
O Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI), criado por meio da Portaria nº 410/GR/2015, está diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino/Coordenadoria de Bibliotecas, e é depositário de todo material informacional disponibilizado à comunidade técnico-acadêmica do IFCE, com vistas à promoção do acesso, da disseminação e do uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com as políticas, os planos e programas institucionais (IFCE, 2015).

Esse conjunto de bibliotecas e bibliotecários estão espalhados nas 6 regiões

geográficas intermediárias e nas 18 regiões geográficas imediatas do estado do Ceará, em 33 *campi*, conforme ilustrado na Figura 1. Conseguem chegar a lugares em que existem estudantes que nunca entraram em uma biblioteca, e

a instalação de uma estrutura como os IFs, com salas de aulas, laboratórios e bibliotecas representa um rompimento de décadas de exclusão ao ensino, ao conhecimento e à leitura.

Figura 1 – Mapa do Ceará e os *campi* do IFCE



Fonte: Adaptado de IFCE (c2023).

Assim, é preciso continuar para além da instalação dos *campi*, e conhecer as necessidades locais, aproximar-se das comunidades, que já detêm saberes culturais e locais, são detentores de conhecimentos que formam a cultura da cidade. Colocando os moradores da cidade onde está a biblioteca como sujeitos que sabem, outros conhecimentos tornarão maiores as possibilidades de crescimento humano e social, no caminho de construir laços, proximidade e trocas com a população local, tendo-os como protagonistas de seus saberes e de suas histórias de vida.

Segundo o guia de acessibilidade e de serviços oferecidos pela Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, do IFCE *Campus* Fortaleza, disponível no próprio *site* da instituição, a biblioteca apresenta as seguintes disposições de serviços e espaços: ocupa uma área de 470m²,

servindo como um importante centro de pesquisa da instituição, *hall* de entrada; setor de atendimento ao público; terminal para consultas ao acervo, renovação e reservas; área de consulta local do acervo; setor de consulta local; sala de processamento técnico; sala de estudo em grupo com capacidade para 92 assentos; sala de multimídia (computadores para acesso à internet); sala da coordenação e serviços administrativos; acervo bibliográfico com 11.255 títulos e 41.712 exemplares; 53 cabines para estudo individual (Barbosa, 2019).

Quanto ao reconhecimento da relevância da existência e do desenvolvimento de bibliotecas como a Biblioteca do IFCE *Campus* Fortaleza, parece existir uma unanimidade; já existe a prevalência de um senso comum de que biblioteca é uma coisa boa, mas é preciso explicar o que é bom e como incentivar e investir

nessa verdade, com instituições de políticas internas e externas, pois as bibliotecas ainda não são setores independentes e estão subordinadas às constantes mudanças administrativas e políticas causadas pelos que estão em situação de poder de decisão, tanto para implementar infraestrutura como para apoiar financeiramente novos projetos.

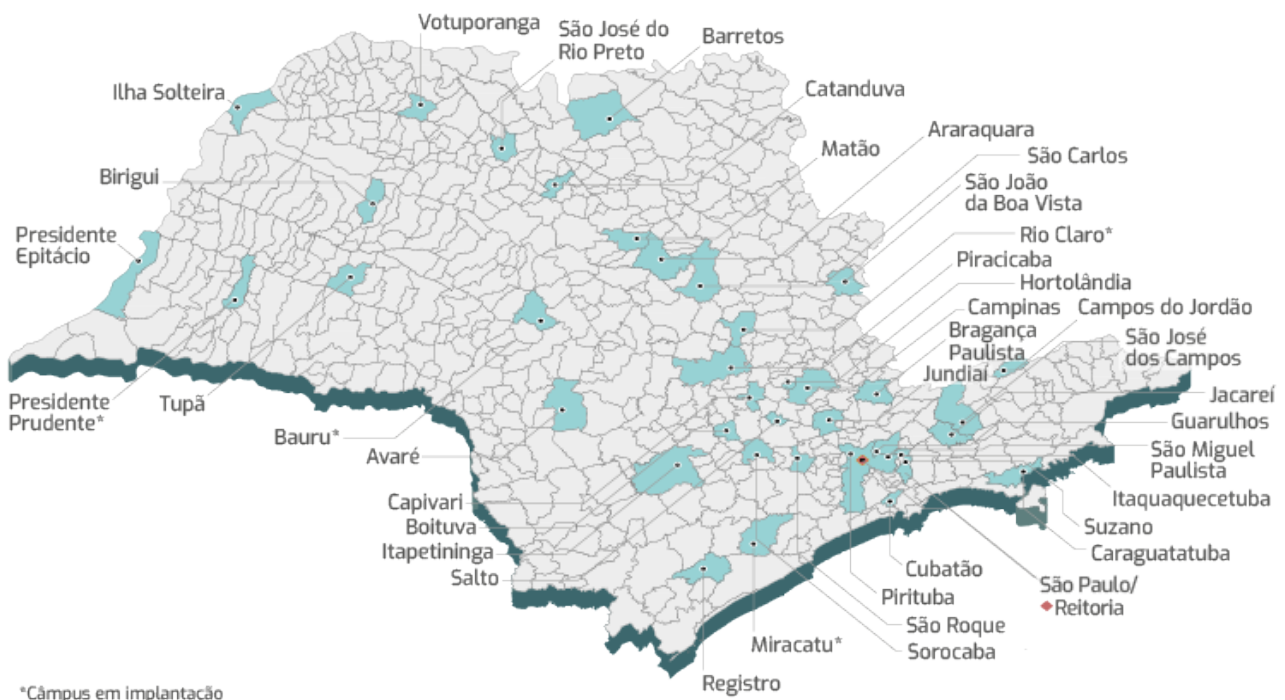
As pesquisadoras e bibliotecárias Sousa e Silva (2020), ao apresentarem um provocante resultado de sua pesquisa, alertam que, embora a biblioteca seja citada na maior parte dos documentos gerenciais e regulatórios do IFCE, essas unidades de informação estão ausentes no planejamento estratégico da instituição, sendo citadas de forma superficial nos planos de trabalho do IF e, dessa forma, ficando à parte no agrupamento de estratégias e na formulação de objetivos alinhados às demandas, potencialidades

e limitações da instituição contemplados no planejamento estratégico.

Assim a biblioteca assume uma postura de inquietação, refletindo e construindo práticas, acontecimentos que facilitem, estimulem a leitura, o pensar em si e no mundo. Um dos exemplos bem falados entre os alunos por meio dos *feedbacks* em redes sociais é a ação denominada “Conhecendo a Biblioteca”. Tal ação tem o objetivo de oferecer informações sobre esse espaço, seu regulamento, serviços e produtos, além dos sistemas disponíveis para utilização do acervo e periódicos, sendo todas ferramentas que facilitam e estimulam a leitura para toda a comunidade acadêmica do *Campus*.

Com relação ao IFSP, seus 38 *campi* estão distribuídos pelo estado de São Paulo, como podemos observar na Figura a seguir:

Figura 2 – Mapa de São Paulo e os *campi* do IFSP



Fonte: IFSP (2023).

O regulamento de uso das bibliotecas do IFSP foi instituído pela Portaria nº 1.612/2019 (IFSP, 2019). Suas respectivas bibliotecas estão diretamente ligadas à Diretoria Adjunta Educacional (DAE)

e são articuladas por equipe composta por bibliotecários-documentalistas e auxiliares de biblioteca, podendo, excepcionalmente, ter a atuação de servidores de outros cargos lotados na biblioteca, a

critério da administração, e que deverão desempenhar as mesmas atividades do auxiliar de biblioteca.

Os serviços disponibilizados e espaços se apresentam assim: possui uma área de 850m², *hall* de entrada; setor de atendimento ao público; terminal para consultas ao acervo, renovação e reservas; área de consulta local do acervo; setor de consulta local; sala de processamento técnico; espaço para estudo em grupo com capacidade para 165 assentos; espaço multimídia (computadores para acesso à internet); sala da coordenação e serviços administrativos; acervo bibliográfico com aproximadamente 34 mil itens impressos, incluindo livros, periódicos científicos, trabalhos acadêmicos e multimídias; e 40 cabines para estudo individual.

Quanto à importância do papel da Biblioteca Francisco Montojos, do IFSP, *Campus* São Paulo, em relação ao estímulo da leitura, é um espaço no qual se lê e se criam opiniões, segundo seus

usuários. Para estimular os alunos a explorar suas expectativas, necessidades e interesses literários, essa biblioteca possui um projeto literário chamado Clube do Livro, idealizado e coordenado pela bibliotecária Luciana Rosa Alves de Oliveira. O projeto tem como objetivo atuar fortemente na mediação da leitura, recomendando-a por diferentes gêneros textuais e promovendo debates sobre os livros lidos, com encontros mensais.

Ainda abordando sua relevância, por meio do elo biblioteca e leitura, é possível estimular o pensamento crítico com ideias criativas e ampliar a visão de mundo. A organização de eventos que envolvam a leitura, como contação de histórias, *saraus* literários e celebrações da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, ajudam a incentivar o interesse pela leitura. Concurso de textos, apresentações de teatro, dança, música e literatura, exposições e oficinas também são estratégias importantes para fomentar a participação e o envolvimento dos alunos.

3 Considerações finais

A leitura é um direito humano e social que ainda precisa de defesas, pois, para a formação de leitores, são necessários muitos passos, vencer muitos obstáculos de oferta de acessos. Formação de leitor exige investimento de recursos financeiros, humanos e tecnológicos por parte de governos e gestores.

Mesmo assim, independentemente do tipo e do suporte (livros físicos, *e-books*, artigos *on-line*, etc.), concluímos que a leitura pode trazer uma série de benefícios, tais como: a melhora da capacidade de comunicação – a leitura ajuda a desenvolver a habilidade de se expressar melhor, seja na escrita ou na fala –; ampliação do conhecimento – a leitura permite que aprendamos sobre uma variedade de assuntos, o que pode melhorar nosso entendimento de mundo e de outras culturas –; estímulo à criatividade – a leitura pode inspirar a imaginação e ajudar a criar novas ideias e perspectivas –; melhora da capacidade de concentração

por meio da atenção e do foco; redução do estresse – a leitura pode ser uma forma de relaxamento e escapismo, permitindo a desconexão do mundo real e o envolvimento em uma história ou assunto que nos interessa –; desenvolvimento da empatia – a leitura pode ajudar a desenvolver a capacidade de se colocar no lugar dos outros e entender suas perspectivas e seus sentimentos.

Muito para além de oferecer livros, as bibliotecas dos IFs dispõem da competência de desenvolver ações, projetos e oportunidades de acesso a experiências intelectuais, artísticas e culturais. São necessários constantes investimentos em infraestrutura, engenharias de projetos, modernização e *designer* dos ambientes de estudos, leitura e pesquisa, além de tecnologia em equipamentos, mobiliários, iluminação. Pensar e desenvolver projetos arquitetônicos em diferentes ambientes dentro da biblioteca precisam ser considerados como parte desse

grande desafio que é provocar o acesso à leitura de diferentes modos.

As centenas de bibliotecas pertencentes aos IFs espalhadas por todo o Brasil (os IFs têm 602 unidades de ensino) estão nas trincheiras mais vulneráveis, ao contextualizar as desigualdades sociais e educacionais; tal evidência é uma responsabilidade e uma nova atribuição para quem está na linha de frente e para quem está na gestão das bibliotecas. Deverão assumir o papel de espaços de aprendizagem, educadores e difusores de saberes e isso demanda uma nova configuração de trabalho, ações e implementação de

estratégicas voltadas ao atendimento das necessidades e expectativas dos estudantes e da comunidade local.

O que mobiliza nossa crença como pesquisadores é que as possibilidades de leitura para qualquer indivíduo podem trazer oportunidades de torná-lo sujeito consciente; podem revelar as suas condições legítimas de ser um cidadão que não se sujeita, ao contrário, passa a praticar ações, construir questionamentos sobre si e sobre o outro, fazendo da sua vida uma verdadeira obra de arte, com práticas refletidas e autônomas.

Referências

- ANDRADE, M. S. **Formação do leitor contemporâneo:** possibilidades e estratégias de leitura aos anos iniciais do ensino fundamental. 2020. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2020. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1934>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BARBOSA, E. C. B. F. **Guia de acessibilidade:** informação & inclusão: Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira (IFCE Campus Fortaleza). Fortaleza: UFCA, 2019. Disponível em: https://ifce.edu.br/fortaleza/biblioteca-waldyr-diogo-de-siqueira/pdfs/guia-de-acessibilidade_ebook.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 253, p. 1, 30 dez. 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 15 maio 2023.
- CAMURÇA, T. A. **Leitura no ensino superior:** compreensão de textos científicos. 2010. 76 f. Monografia (Especialização em Pesquisa Científica) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2010.
- CARELLI, A. E. *et al.* Leitura na universidade: resultados preliminares de um estudo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: SNBU, 2014. Disponível em: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>. Acesso em: 15 maio 2023.
- CARRANÇA, T. Brasil perdeu quase 800 bibliotecas públicas em 5 anos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/07/16/brasil-perdeu-quase-800-bibliotecas-publicas-em-5-anos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- CARVALHO, P. C. P. **Leitor autônomo:** visualizações, leituras e pesquisas em ambiente *on-line*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Niterói, 2020.

CORTELLA, M. S. Não devemos confundir informação com conhecimento” [Entrevista concedida a] Kátia Carmo. **Revista Administrador Profissional**, São Paulo, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://crasp.gov.br/admpro//site/entrevistas/nao-devemos-confundir-informacao-com-conhecimento-#:~:text=Cortella%20%2D%20N%C3%A3o%20devemos%20confundir%20informa%C3%A7%C3%A3o,est%C3%A1%20acontecendo%20%C3%A0%20minha%20volta.> Acesso em: 20 abr. 2023.

COSTA, I. Conheça oito bibliotecas de Fortaleza com serviços gratuitos. **O Povo: Leituras da Bel**, Fortaleza, 3 maio 2017. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/leiturasdabel/2017/05/03/conheca-oito-bibliotecas-de-fortaleza-com-servicos-gratuitos/>. Acesso em: 29 maio 2023.

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?**: e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FEIJÓ, M. **O prazer da leitura**: como a adaptação de clássicos ajuda a formar. Salvador: Ática, 2010.

FISCHER, S. R. **História da leitura**. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

GABRIEL, R. A compreensão em leitura enquanto processo cognitivo. **Rev. Signo**, Santa Cruz do Sul, p. 73-83, 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/441>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IFCE. A presença do IFCE no Ceará. **IFCE**. Fortaleza, c2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br/aceso-rapido/campi/campi>. Acesso em: 23 fev. 2023.

IFCE. Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira. **IFCE**, Fortaleza, 2023. Disponível em:

<https://ifce.edu.br/fortaleza/biblioteca-waldyr-diogo-de-siqueira>. Acesso em: 21 mar. 2023.

IFCE. Portaria nº 410/GR, de 30 de junho de 2015. IFCE, Fortaleza, jun. 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/regimento-sibi.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

IFCE. Regimento interno do Sistema de Bibliotecas. **IFCE**, Fortaleza, jun. 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/regimento-sibi.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

IFSP. Portaria nº 1612, de 7 de maio de 2019. Revogar parcialmente a Portaria nº 1.279, de 20 de abril de 2016, a aprovar a atualização do Regulamento de Uso das Bibliotecas do IFSP. **IFSP**, São Paulo, maio 2019. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/E0IUt73GZMP9v3W#pdfviewer>. Acesso em: 14 maio 2023.

IFSP. **Regimento geral do IFSP**. São Paulo: IFSP, 2013. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Colegiados/Regulamentos/regimento-geral-do-ifsp.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

KRUG, F. S. A importância da leitura na formação do leitor. **Revista de Educação do IDEAU**, [s.l.], v. 10, n. 22, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files_mf/b80cee602abb950b63a6d6c-5cb43df40277_1.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

MEDEIROS, D. F. D.; CÂMARA, A. R. M. Leitura literária e o leitor na era digital. **Revista Galo**, Parnamirim, ano 2, n. 4, p. 3-16, 12 dez. 2021. Disponível em: https://www.ifesp.edu.br/ik/images/documentos/biibiblioteca/Revista_Galo.pdf#page=13. Acesso em: 29 maio 2023.

MORIGI, V. J. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>. Acesso em: 29 maio 2023.

OLIVEIRA, C. L. **A revolução tecnológica e a dimensão humana da informação:**

a construção de um modelo de mediação. 2003. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, A. A. A. Estudo de intervenção para a compreensão em leitura na universidade. **Rev. Interação em Psicologia**, Curitiba, v, 12, n. 2, p. 169-177, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/9575>. Acessível em: 1 mar. 2023.

OLIVEIRA, L. A. R. **Bibliotecas:** uma breve revisão histórica. 2019. 52 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39907/2/BibliotecasBreveRevisao_Oliveira_2019. Acesso em: 29 maio 2023.

QUARESMA, C. SP ganhou bibliotecas nos últimos anos, mas taxa por 100 mil habitantes é menor do que em outras cidades da América Latina. **G1 SP**, São Paulo, 23 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/23/sp-ganhou-bibliotecas-nos-ultimos-anos-mas-taxa-por-100-mil-habitantes-e-menor-do-que-em-outras-capitais-da-america-latina.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SAMPAIO, I. S.; SANTOS, A. A. A. Compreensão em leitura e avaliação da aprendizagem em universitários. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 118-124, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/ptqHsxKtDnSgXPWg9tFRXtq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SANTA-ANNA, J. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, v. 13,

n. 1, p.138-156, jan./abr. 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1585/pdf_89. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTAELLA, L. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço:** o perfil cognitivo do leitor imersivo. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, C. A. S.; BOCCATO, V. R. C.; HOFFMANN, W. A. M. A atuação dos bibliotecários do Instituto Federal de São Paulo: uma perspectiva sociocognitiva do fazer profissional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2368>. Acesso em: 15 maio 2023.

SERRAI, A. História da Biblioteca como evolução de um a idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/download/36168/28322/108819>. Acesso em: 29 maio 2023.

SOUSA, R. V.; SILVA, E. N. As bibliotecas nos documentos gerenciais e regulatórios do IFCE. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, 2022. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/62699>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VILAÇA, M. L. C.; ARAUJO, E. V. F. **Tecnologia, sociedade e educação na era digital.** Duque de Caxias: Unigranrio, 2016. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/tecnologia,sociedadeeducacaonaeradigital_011120181554.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

Sobre os **organizadores**



Rosana de Vasconcelos Sousa

Doutoranda em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Instituto Federal da Bahia (IFBA), com período sanduíche no Doutorado em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4254058302672965>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7517-2534>



Carlos Henrique da Silva Sousa

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal). Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Educação. Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade de Educação. Especialista em Pesquisa Científica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Avaliador interno de cursos técnicos, superiores e de projetos de pesquisa do IFCE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5295031480692172>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0783-6877>



Sara Maria Peres de Morais

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Marketing Estratégico em Unidades de Informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Atualmente é Coordenadora de suporte à editoração científica do IFCE, editora adjunta da revista Conexões e editora adjunta da Editora IFCE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8934119704905734>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1800-6243>



Carlos Robson Souza da Silva

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com período sanduíche na Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Práticas Educativas em Bibliotecas Escolares pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio do Ceará. Bacharel em Biblioteconomia pela UFC. Bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pesquisa sobre Bibliotecas Profissionalizantes e sobre Competência em Informação na Educação Profissional.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1843747941427506>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6489-3210>

Sinopse

Em “Múltiplos cenários da Biblioteconomia: reflexões teóricas e experiências práticas no âmbito das bibliotecas do IFCE”, servidores das bibliotecas do IFCE trazem à tona uma multiplicidade de discussões sobre a realidade das bibliotecas em que atuam. Temas que vão desde a gestão de unidades de informação e gestão dos acervos à atuação profissional, perpassando o livro e a leitura, permeiam os capítulos que compõem este livro e mostram como as experiências e as vivências nas bibliotecas do IFCE devem também ser tidas essenciais para o desenvolvimento científico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação